

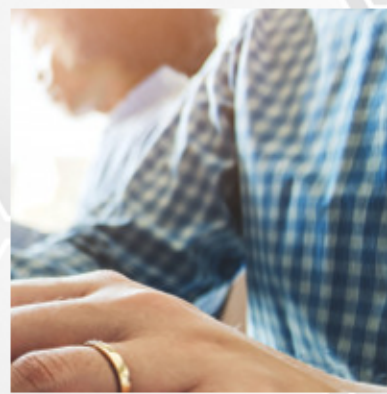


ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

ISSN 2525-5975

REVISTA Nº 02 - ANO 8 (2019)





Aqui eles fizeram história.
Faça você a sua.



**INSTITUTO
IDEIA**

Mestrados e Doutorados no Mercosul



SEDE INTERNACIONAL

Rua Senador Furtado, 18 Praça da Bandeira
Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 20270-020
Tel/Fax: (21) 2567-7441 - Cel: (21) 98596-4934
www.ideiaeduc.com.br • contato@ideiaeduc.com.br

SEDE ASSUNÇÃO

Calle 25 Mayo, 542
Oficina 12
Edifício - Bahia
Asunción - PY • Tel.: 440 346





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

<http://www.revistaideario.com.br>



REVISTA Nº 02 - ANO 8 (2019) / Rio de Janeiro / 186 Páginas



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

Revista Ideário

Revista Científica do Instituto Ideia

REVISTA Nº 02 - ANO 8 (2019)

CONTATOS

PROFESSOR RICARDO DE BONIS

E-mail: contato@revistaideario.com.br

PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço:
contato@revistaideario.com.br

VEJA O SITE DA REVISTA

<http://www.revistaideario.com.br>



■ CORPO EDITORIAL

Conselho Editorial

PROF. ANA ESTELA BRANDÃO DUARTE

Pós Doutoranda em Educação - UNIBE, Doutora em Educação (UAA), Coordenadora da Universidade Aberta do Brasil UAB/CAPES, Coordenadora Pedagógica da FAP e Geremario Dantas, Graduada em Matemática (UPE) e Pedagogia. Consultora do MECAL.

PROF. CARLOS ESTEPHANIO

Doutor em Educação pela Universidad Americana de Asunción.

PROF. CARMELINDO MALISKA

Doutor em Medicina - UFRJ, Mestre em Biociências Nucleares pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Especialista em Neuropsicologia pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (SCMRJ) - Universidade Cândido Mendes, Professor Titular das disciplinas de Biofísica e de Diagnóstico por Imagem do Curso de Medicina e Fisioterapia da Universidade Iguazu. Chefe da Divisão de Pesquisa do Departamento de Ensino e Pesquisa e Chefe do Serviço de Medicina Nuclear do Hospital Central do Exército.

PROF. CELSO AFONSO

(Doutor em Educação pela Universidad Americana de Asunción).

PROF. DIOSNEL CENTURIÓN

Doctor en Comunicación Internacional por la Macquarie University, Sydney - Australia.

PROF. NILTON CESAR FLORES

Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre pela UGF; Coordenador-Adjunto e professor do PPGD - UNESA e Professor do PPGD - UNESA, Aprovado em 1o Lugar no concurso público para professor adjunto de direito Empresarial da UFF; membro do Comitê Institucional de Inovação da UFF, membro do conselho Consultivo da Millennium e da Revista de Tecnologia da informação. Coordenador brasileiro, do Grupo de pesquisa sobre direitos fundamentais e a propriedade intelectual, da Universidad Los Andes, Venezuela; Coordenador do GEDAPI-UNESA (Grupo de Estudos em Direito ambiental e propriedade intelectual). Advogado e graduado pela UFRJ.

PROF. PEDRO CARLOS PEREIRA

(Doutor em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Graduado em Licenciatura Matemática; Professor adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, coordenador da Especialização em Ensino de Matemática da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

PROF. RICARDO DE BONIS

Pós-Doutor pela Universidad Iberoamericana; Doutor em Administração pela Universidad Americana de Asunción e Mestre pela UFRJ.

PROF. RONALDO DO NASCIMENTO CARVALHO

Pós-Doutor na Universidad Ibero Americana/PY, Doutor em administração pela Universidad Americana/PY; Pós-Graduado em Finanças e Gestão de Negócios pelo IPEP - Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa; Graduado em administração pela Universidade Guarulhos; Professor da Unicaldas - Faculdade de Caldas Novas; Possui experiência nas áreas: administração, tecnologia da informação, planejamento estratégico, lucro, micro e pequena empresa.

PROF. VALESKA REGINA SOARES MARQUES

Pós Doutoranda pela UNIBE, Doutora em Saúde Pública pela Universidad Americana, MBA em Gestão e Marketing – ESPM.

■ PERIODICIDADE

SEMESTRAL: Abril e Outubro.

■ IDIOMA

A revista aceita artigos em português e espanhol.

■ EDITOR

Revista editada pelo IDEIA – Instituto de Desenvolvimento Educacional Iberoamericano
Sede: Rua Senador Furtado, nº 18 – Praça da Bandeira (Maracanã)
Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP 20.270-020

■ DIRETOR ACADÊMICO

PROF. CARLOS ESTEPHANIO

■ DIRETOR ADMINISTRATIVO

PROF. CELSO AFONSO

■ COORDENADOR

PROF. RICARDO DE BONIS, PHD, MBA, DDS

■ PROJETO GRÁFICO / EDITORAÇÃO / CAPA

ADILCEMAR DE SOUZA

■ PUBLICAÇÃO ONLINE - Na Internet

<http://www.revistaideario.com.br>



ideário
Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

REVISTA Nº 02 - ANO 8 (2019)

O **INSTITUTO IDEIA** - Detentor da marca Revista Ideário, não se responsabiliza por informações contidas nos artigos assinados. Não é permitida a reprodução de textos ou imagens sem autorização de seus autores.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**



SUMÁRIO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

005 | EDITORIAL - Por Carlos Estephano

009 | APRESENTAÇÃO - Ricardo De Bonis

013 | A GESTÃO DE PESSOAS COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO DA REDE HOTELEIRA DO MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS – GO
Luis Antônio Zonta, Ronaldo do Nascimento Carvalho

023 | A CONTRIBUIÇÃO DO IORUBÁ PARA A LÍNGUA BRASILEIRA E ESPECIALMENTE PARA A MÚSICA BAIANA
Elaine Santos Ferreira

037 | A TRANSEXUALIDADE E O DIREITO
Fatima Maria Marins Guerreiro

049 | DESMATAMENTO, QUEIMADAS E AMEAÇA DE EXTINÇÃO DA FLORA E FAUNA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA
Wanderley do Carmo, Maria das Graças do Carmo

063 | A INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NO APRENDIZADO COM IDADE ESCOLAR
Maurício Moreira de Freitas

073 | GESTÃO ESCOLAR NO CONTEXTO INFANTIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
Karen Santos D'Oliveira

085 | DIRIGENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES
Rosemary Ramos e Silva, Ronaldo do Nascimento Carvalho

097 | PROGRAMAS DE COMPLIANCE: CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA NECESSÁRIA PARA OBTENÇÃO DA GESTÃO DO COMPLIANCE EFICAZ
Gustavo Novelli Ferreira, Ronaldo do Nascimento Carvalho

113 | DISCIPLINA: UM DOS FATORES QUE INFLUENCIAM A QUALIDADE DO ENSINO BRASILEIRO
Celma Eliete de Quadros Padilha

121 | SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO: RELEVANTES FERRAMENTAS PARA A INTEGRIDADE FUNCIONAL
Leopoldo Tindaro do Amaral Filho, Ronaldo do Nascimento Carvalho

131 | O SUPREMO TRIBUNAL E A IGUALDADE DE GÊNEROS
Fátima Maria Marins Guerreiro

CONVIDADO

149 | A QUALIDADE DA ÁGUA UTILIZADA PARA CONSUMO EM CIDADE DE LESTE
João Guilherme Cruz Nunes, Jessica Manuela Moreira Carmo Lima,
Márcio Antônio de Abreu Brasil, Jefferson Oliveira Moura Silva, Alessandro Balbi Uchôa

175 | REVISÃO DA LITERATURA
A CIÊNCIA EM QUESTÃO

179 | BIBLIOTECÁRIO
ANÁLISE DOS RESULTADOS

183 | NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA IDEÁRIO

SUMÁRIO



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**



EDITORIAL





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

O MERCOSUL, O BRASIL E A PRODUÇÃO ACADÊMICA E CIENTÍFICA

Estephanio, Carlos

O Mercosul foi criado em 1991 com propostas relativamente progressistas à época, mas vem, entretanto, caminhando, em especial na área da pós-graduação stricto sensu, de forma fleumática, em decorrência de uma burocracia incompatível com a dinâmica moderna e com os atuais preceitos da internacionalização da educação, o que compromete, por conseqüência, a produção acadêmica e científica no país e no referido bloco.

E a reação a esse cenário letárgico, nos faz crer que os demais países do Mercosul se deixaram contaminar pelo vírus da 'síndrome da cultura tupiniquim', apesar da recente sinalização de mudança por parte do PARLASUL - Parlamento do Mercosul quando durante a LXVI Sessão Plenária daquela Câmara, realizada em 26 de agosto de 2019, apontou para um projeto de harmonização da educação em nível de pós-graduação no Mercosul.

O restrito avanço na formação de novos mestres e doutores pelo Brasil, corrobora, por certo, para a ausência da geração relevante e da falta de aplicabilidade de muitas produções desenvolvidas em universidades brasileiras, tendo como um dos componentes os acanhados números de apenas 24,8 mestres e 8,3 doutores por cada 100.000 habitantes.¹

Nos reportemos a uma pesquisa desenvolvida pela empresa Clarivate Analytics, que informa que o Brasil, no período de 2011 a 2016, publicou mais de 250 mil artigos na base de dados Web of Science em todas as áreas do conhecimento. Mas a questão que aí reside não é o aspecto quantitativo, mas qual o percentual de aplicabilidade do teor desses artigos em favor da ciência e da sociedade.

A esse respeito, apresenta-se como oportuno trazer ao bojo do presente texto o que afirmou em 2018 o então secretário regional da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência no Rio de Janeiro (SBPC-RJ), o conceituado Professor Dr. Leandro Lobo: "É preciso aproximar a população e as empresas privadas das universidades públicas e dos outros centros de pesquisa. Esse diálogo é essencial para a valorização da ciência brasileira." Me permitindo opinar acerca dessa relevante colocação, o citado diálogo não só é fundamental como converge para fortalecer a prática da

extensão universitária, em geral o componente menor da trilogia ensino, pesquisa e extensão que deveria legitimamente compor a indissociabilidade basilar da universidade brasileira, segundo o artigo 207 de nossa Carta Magna.

Já em 2016, o renomado físico Professor Dr. José Goldemberg afirmava que '...a produção científica brasileira tem baixo impacto internacional. Os 639,5 mil estudos nacionais publicados em periódicos de renome de 1996 a 2015 angariaram em média 8,96 citações por artigo (contra as 21,66 de uma potência como os EUA, com seus 8,45 milhões de trabalhos no período).' E nesse eixo direcional, vamos encontrar outra referência da inocuidade de muitas pesquisas acadêmicas ou científicas de nosso país, se analisarmos o que afirmou o Professor Dr. Evilázio Teixeira, em abril de 2017, quando assumia a Reitoria da PUC-RS: "O Brasil produz muita pesquisa mas não inovação".

Considerando que o nosso país por si só não faz seu dever de casa na formação stricto sensu, base da geração produtiva acadêmica e científica, por quais razões não valorizar os vários Acordos e Tratados que foram assinados no âmbito do Mercosul em relação aos diferentes níveis da educação, ratificados e vigentes entre os países do bloco econômico em foco e pouco respeitados pelo Brasil, incluindo os que se referem à formação de mestres e doutores? Afinal, tal prática por si só comprometedora, vai confrontar também com o que preceitua o artigo 26 da Declaração dos Direitos Humanos da ONU: "...A educação promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações..."

(1) Fonte: Mestres e Doutores 2015: Estudo da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília / DF. CGEE - MCTI, 2016.

Carlos Estephanio
Doutor em Educação
Mestre em Tecnologia
Diretor do Instituto IDEIA
Presidente da ABPÓS MERCOSUL



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**



APRESENTAÇÃO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores, estamos apresentando a nossa décima quarta edição da Revista IDEARIO, com artigos em diversas áreas. Com oito anos de existência, é um jovem periódico que a cada edição, mantém sua posição entre as publicações científicas.

Em especial, eu destaco o artigo **“O SUPREMO TRIBUNAL E A IGUALDADE DE GÊNEROS”**, cuja autora é aluna da Universidad Columbia. A mesma aborda um tema polêmico no mundo do direito onde raros são os Operadores do Direito que ousam duvidar do que acontece naquela casa, o Supremo Tribunal.

Vamos divulgar a nossa revista, para os seus grupos e listas de contato, pois a busca da revista, no site, é um dos critérios para obter a indexação.

Agradecemos aos autores pelo envio dos artigos e também pelas mensagens de incentivo, que temos recebido a cada edição publicada. O corpo editorial se sente feliz pela publicação de mais uma edição..

Ricardo De Bonis
PD, PhD, MBA, DDS
Coordenador do Instituto IDEIA
Responsável pela produção da Revista



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**



ARTIGOS





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

A GESTÃO DE PESSOAS COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO DA REDE HOTELEIRA DO MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS – GO

LUIS ANTÔNIO ZONTA (z3a211@outlook.com) - Mestre em Administração na Universidad Columbia del Paraguay.

RONALDO DO NASCIMENTO CARVALHO (dr.ronaldocarvalho@gmail.com) - Doutorando em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguay e docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.

RESUMO: Qualquer organização para obter sucesso depende do desempenho humano. Por esse motivo, para melhor compreensão e organização do desempenho humano criou-se modelos de gestão de pessoas. Diante da importância da gestão de pessoas o presente estudo tem como objetivo analisar o planejamento estratégico de gestão de pessoas como instrumento de ação para a organização na rede hoteleira do município de Caldas Novas – GO. A pesquisa é classificada como pesquisa descritiva, exploratória, de campo e com uma abordagem do tipo quali-quantitativa, onde se utilizou da aplicação de um questionário junto a gerência de Recursos Humanos da rede hoteleira de Caldas Novas - GO. Através dos resultados obtidos foi possível verificar que o modelo de gestão de RH baseado em segmentos de cargos e a filosofia prospectiva foram os mais citados pelos participantes. Também foi possível verificar que a maioria dos participantes fazem avaliações de empregados, de departamentos e gerencial, afirmam realizar treinamentos e afirmam conhecer ferramentas de gestão. Recomenda-se a realização de um workshop focado na apresentação das ferramentas de gestão para a rede hoteleira de Caldas Novas – GO.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de Pessoas, Recursos Humanos, Rede Hoteleira.

RESUMEN: La organización para el éxito depende del desempeño humano. Por esta razón, para una mejor comprensión y mejor desempeño humano, se crearon modelos de gestión de personas. Dada la importancia de la gestión de personas, este estudio tiene como objetivo analizar la planificación estratégica de la gestión de personas como un instrumento de acción para la organización en la cadena hotelera de la ciudad de Caldas Novas - GO. La investigación se clasifica como descriptiva, exploratoria, de campo y con un enfoque cualitativo y cuantitativo, que utilizó la aplicación de un cuestionario con la gestión de Recursos Humanos de la cadena hotelera de Caldas Novas - GO. A través de los resultados obtenidos, fue posible verificar que el modelo de gestión de recursos humanos basado en segmentos de trabajo y la filosofía prospectiva fueron los más citados por los participantes de la investigación. También fue posible verificar que la mayoría de los participantes hacen evaluaciones de empleados, departamentales y gerenciales, afirman tener capacitación y afirman conocer herramientas de gestión. Se recomienda realizar un taller centrado en la presentación de herramientas de gestión para la cadena hotelera de Caldas Novas - GO.

PALABRAS CLAVES: Recursos humanos, gestión hotelera, gestión de personas.

1. INTRODUÇÃO

A área de gestão de pessoas, conhecida popularmente como Recursos Humanos, evoluiu historicamente e sofreu grandes transformações correlatas ao mundo do trabalho.

Para Pedro (2005) essas transformações foram influenciadas, por alguns fatores como pelo desenvolvimento econômico e tecnológico, acirramento nas relações de trabalho, doutrina humanista e evolução das ciências comportamentais até se firmar no século XX.

Diante da evolução da área de gestão de pessoas, Toledo (1986, p.8) define Recursos Humanos como a função que norteia:

[...]um conjunto de princípios, estratégias e técnicas que visa contribuir para a atração, manutenção, motivação, treinamento e desenvolvimento do patrimônio humano de qualquer grupo organizado. Seja este grupo, ou organização, pequeno ou grande, seja privado ou público, desempenhe ele atividades de trabalho, de lazer, ação política ou religiosa.

Ribas e Duran (2015, p.3) complementam afirmando que “toda e qualquer organização depende, em maior ou menor grau, do desempenho humano para seu sucesso. Por esse motivo, desenvolve e organiza uma forma de atuação sobre o comportamento que se convencionou chamar de modelo de gestão de pessoas”.

Pedro (2005, p. 82) assevera que devido à complexidade na gestão de pessoas é necessário “um conjunto interdisciplinar de conhecimentos para sua melhor compreensão”.

A gestão de pessoas vem se destacando na tentativa de se encontrar respostas para o desempenho da organização, assumindo um papel mais estratégico e voltado para resultados (DA SILVA BARRETO, DE ALBUQUERQUE E MEDEIROS, 2014).

Para Lacombe e Albuquerque (2008), esse papel estratégico acaba demandando um maior investimento em pessoas, e isso deve ser justificado por meio de resultados para a organização.

Ulrich (2000) relata que diversos estudos demonstram as relações favoráveis entre as práticas de gestão de pessoas e/ou investimentos na área e os resultados financeiros das organizações.

Wei e Lau (2010) – assim como Ulrich (2000; 1998) afirmam a necessidade de se conhecer melhor a relação da gestão de pessoas e a efetividade organizacional.

No entanto, sabendo da importância da gestão de pessoas para os resultados das organizações, assim como o papel dos recursos humanos, principalmente em empresas de serviço, como o caso da rede de hotelaria, é imprescindível associar o tema de melhoria da qualidade de serviço as técnicas eficazes de seleção, recrutamento, treinamento e programas de desenvolvimento. (OLIVEIRA E GUEIROS, 2004)

Diante da importância dos recursos humanos na empresa o presente artigo abordará o planejamento estratégico do RH na rede hoteleira de Caldas Novas – GO.

2. METODOLOGIA

O presente artigo utilizou-se de uma pesquisa do tipo aplicada, descritiva, exploratória, de campo e com uma abordagem do tipo mista (quali-quantitativa), junto ao departamento de Recursos Humanos, ou departamento similar, da rede hoteleira de Caldas Novas - GO.

A população foi composta pelos setores de RH dos 74 hotéis de grande porte existentes na cidade de Caldas Novas - GO. Buscou-se convidar a participar da pesquisa os 74 responsáveis pelo RH dos hotéis de grande porte do município de Caldas Novas - GO. Os critérios para inclusão na amostra foi a existência de um departamento de RH ou de algum departamento similar e como critérios de exclusão da amostra foi a não presença do responsável pelo RH ou departamento similar nos dias de realização da pesquisa; o recebimento de questionários incompletos e o não aceite em participar da pesquisa.

Durante o convite para participação da pesquisa verificou-se a ausência do departamento de RH, ausência da pessoa responsável pelo departamento, o

desinteresse na participação da pesquisa e a não devolução do questionário.

Após a aplicação desses critérios chegou-se a um número de 20 participantes. (N= 20). O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário estruturado elaborado pelo pesquisador.

A coleta de dados através da aplicação do questionário foi realizada nos meses de julho a agosto de 2019.

O procedimento de coleta de dados somente deu início após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Estadual de Goiás em 09 de abril de 2019 sob precer 3.253.158.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Na apresentação dos resultados provenientes da aplicação do questionário, com perguntas fechadas, junto aos responsáveis pelo RH ou departamento similar, pudemos verificar que a maioria dos participantes (14 participantes) relataram que o modelo do RH se baseia em segmentos de cargos, 3 participantes relataram que o RH se baseia na substituição de postos chaves, 2 participantes relataram se basear no fluxo de pessoal e 1 participante relatou se basear na procura estimada do produto ou serviço.

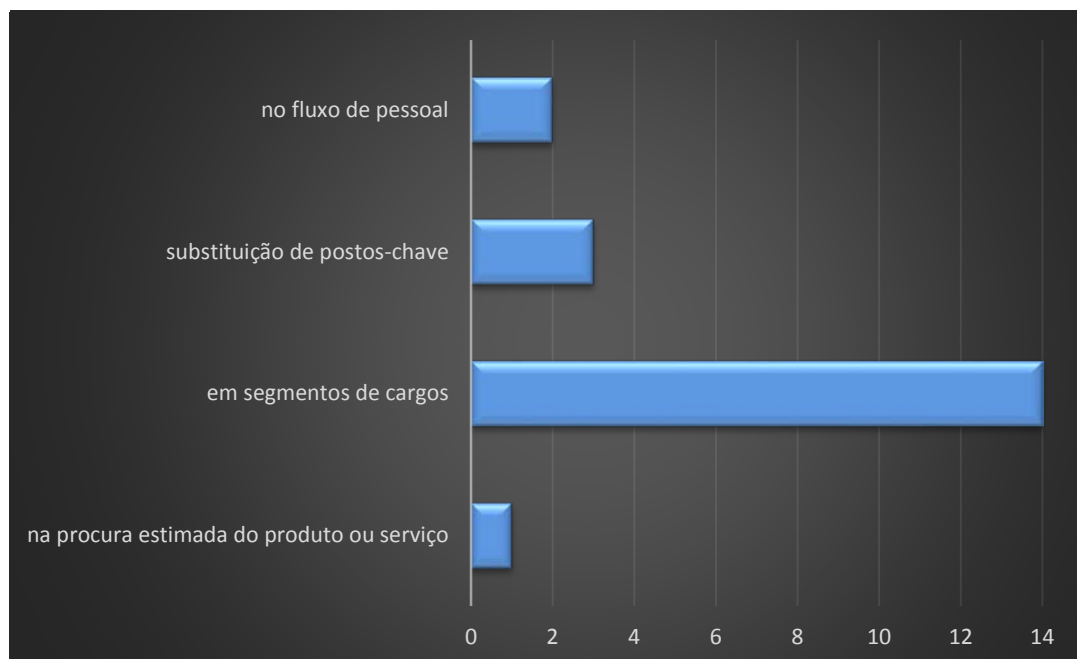


GRÁFICO 1 – MODELOS DE RH
FONTE: DADOS DO AUTOR

De acordo com Ribas e Duran (2015), o modelo baseado em segmento de cargos é voltado para o nível operacional da organização, geralmente utilizado em empresas de grande porte.

Valle (2003) complementa definindo o que consiste o modelo baseado em segmento de cargos:

- 1. Escolher um fator estratégico cujas variações afetam proporcionalmente as necessidades de pessoal.**
- 2. Estabelecer os níveis históricos (passado) e futuro para cada fator estratégico.**
- 3. Determinar os níveis históricos da força de trabalho para cada unidade.**

- 4. Projetar os níveis futuros de mão de obra para cada unidade, através da correlação com a projeção dos níveis (históricos e futuros) do fator estratégico correspondente. (VALLE, 2003, p. 23).**

Também pudemos verificar que a 10 participantes relataram que a filosofia adotada é a filosofia prospectiva ou ofensiva, 8 participantes relataram que usam a filosofia conservadora ou defensiva, 2 participantes relataram usar a filosofia otimizadora ou analítica.

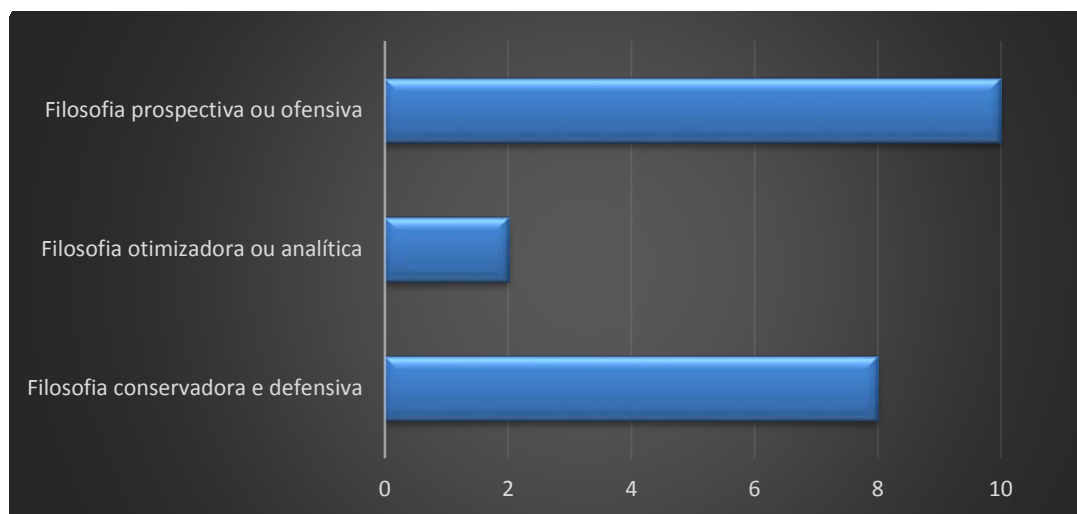


GRÁFICO 2 – FILOSOFIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
 FONTE: DADOS DO AUTOR

Ribas e Duran (2015, p. 54) afirmam que o planejamento estratégico se baseia na tomada de decisões antecipadas, considerando 3 filosofias de ação:

- **Filosofia conservadora ou defensiva:** voltada para a estabilidade e manutenção da situação existente. (Manutenção)
- **Filosofia otimizadora ou analítica:** voltada para melhorar as práticas vigentes. As decisões visam à obtenção dos melhores resultados possíveis. (Mudança)
- **Filosofia prospectiva ou ofensiva:** voltada para as contingências e centrada no futuro da organização. Há uma preocupação em ajustar a empresa às demandas ambientais e preparar-se para o futuro. (Futuro)

Pfeiffer (2000) afirma que a filosofia básica do planejamento estratégico é

conduzir o processo de desenvolvimento, e não correr atrás deste processo.

Zanetti (2002) afirmam que as empresas não investem mais somente em produtos e serviços, também investem nas pessoas que trabalham com esses produtos e serviços, pois sabem como criá-los, desenvolvê-los e melhorá-los.

Fernandes (1999) afirma que as avaliações de satisfação no trabalho conciliam a verificação dos interesses dos indivíduos com os das organizações, visando a melhoria da satisfação do trabalhador e conseqüentemente a melhoria na produtividade da empresa.

Quanto a avaliação de desempenho observamos que 13 participantes alegaram que não fazem avaliações de desempenho junto aos empregados e 7 participantes afirmaram que fazem avaliação de desempenho.

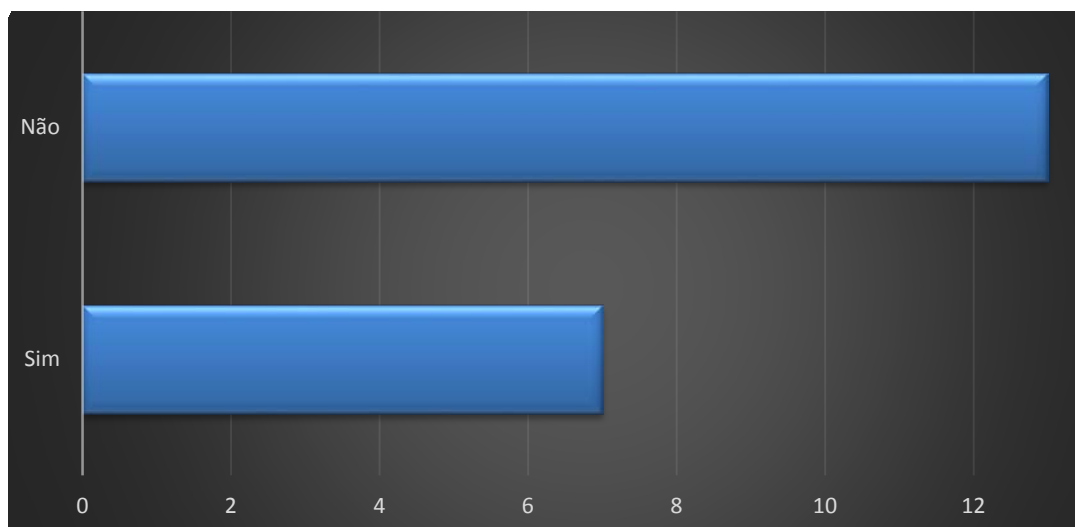


GRÁFICO 3 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO JUNTO AOS FUNCIONÁRIOS
FONTE: DADOS DO AUTOR

Segundo Peter Drucker (1989), toda organização tende a permanecer em uma mediocridade segura; com isso, o primeiro passo para a saúde organizacional é a demanda por alto desempenho. Drucker alerta também para o fato de não se confundir insucesso da organização com baixo desempenho; pois o empregado que não se arrisca, se restringi ao desempenho seguro e conformista.

Desempenho são esforços empreendidos para se alcançar os resultados traçados. (PALVARINI, 2010).

A avaliação de desempenho consiste em um:

[...]processo sistemático de coleta de dados, orientado por critérios pré-estabelecidos e conhecidos por aqueles que serão avaliados, o que permite a formação de um julgamento de valor basea-do em evidências e a tomada de decisões relativas a desenvol-vimento

pessoal e planejamento. (ROGERS; BADHAM, 1994 apud Reifschneider, 2008, p. 49).

Para Lourenço (2000, p. 6) “ Avaliar a eficácia é pronunciar um julgamento fundado sobre um certo número de critérios que são os resultados desejados, procurados.

Beaudin & Savoie (1995), afirmam que uma equipe eficaz significa afirmar que aquilo que a equipe oferece, o qual consideramos importante, corresponde às nossas expectativas.

Desller (2003) afirmam que como departamento estratégico da organização o RH tem como funções: elaborar claramente a estratégia da empresa, unindo processos com as práticas de gestão, gerar competências, gerir o desempenho, as recompensas e o reconhecimento, a comunicação, o treinamento e o

desenvolvimento, a liderança, programas de assessoria, seleção e sucessão.

Para Volpe e Lourusso (2009, p. 1) definem treinamento como “um processo educacional para gerar crescimento e mudanças de comportamento”.

Da Silva Barbara (2013) afirma que a

de um programa formal de orientação, visando familiarizar os novos empregados com a empresa, com seus cargos e suas unidades de trabalho.

Em relação ao uso da avaliação 360º Graus, observou-se que 10 participantes alegaram não terem usado a avaliação 360º e 10 participantes afirmaram que já haviam

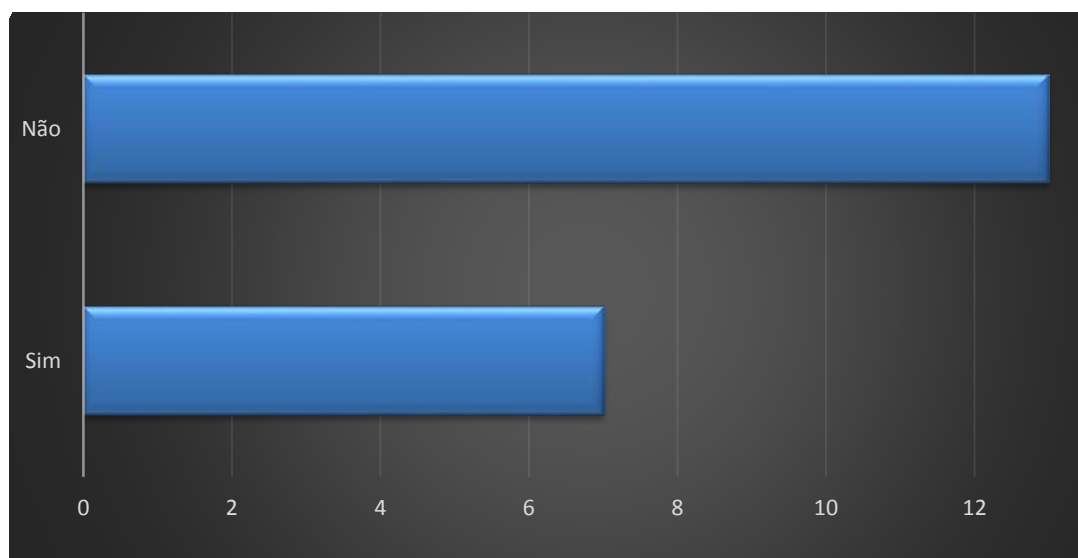


GRÁFICO 4 – USO DA AVALIAÇÃO 360

FUNTE: DADOS DO AUTOR

proposta do treinamento é baseada na oferta

Em relação a ferramenta avaliação 360º Periard (2012) afirma que esta avaliação consiste na aplicação de um questionário que descreve os comportamentos e competências significativos pela empresa, e visa atingir os objetivos estratégicos.

usado a avaliação 360º.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Concluimos que o modelo de gestão de RH mais citado pelos participantes foi o modelo baseado em segmentos de cargos; a filosofia adotada como planejamento estratégico do RH foi a prospectiva ou ofensiva; a maioria dos participantes alegam que realizam avaliações junto aos

empregados e avaliações departamental e metade dos participantes alegam realizar avaliação gerencial. A maioria afirma realizar treinamento e afirmam conhecer algumas ferramentas de gestão.

Recomenda-se que a rede hoteleira de Caldas Novas – GO promova uma melhor capacitação de seus empregados das áreas de recursos humanos e departamentos similares. Recomenda-se, também, que seja destacado junto a rede hoteleira de Caldas Novas - GO, através de palestras, encontros, workshops, entre outros tipos de eventos a importância do departamento de recursos humanos, além da importância da gestão de pessoas.

Também é válido destacar que sejam realizados, por organizações afins, outros tipos de workshops, voltado para gestão da rede hoteleira no município de Caldas Novas – GO, visando a melhoria no desempenho organizacional.

Propor a realização de cursos extra- formação, onde os colaboradores possam ter a formação nas IES da cidade de Caldas Novas-GO, onde se tem curso na área de gestão em hotelaria, e com isso vir a ter o networking e construir novos saberes a partir da interrelação com acadêmicos de outras instituições.

Recomenda-se também que novos estudos sejam realizados na rede hoteleira não somente na região de Caldas Novas - GO, mas também de todo o estado buscando o desenvolvimento regional, com ampliação de empregos, capacitação profissional e prospecção. É relevante citar que o estudo apresentado será apresentado também aos Hotéis da pesquisa tendo como propósito ampliar a discussão e promover a reflexão necessária para a implementação de novos processos a fim de buscar a excelência no processo e nos serviços prestados por todos participantes desse estudo em questão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIHGO – **Associação Brasileira da Indústria Hotéis de Goiás**. Disponível em: <http://www.abihgo.org.br/> Acesso em: 23/08/2019.
- BEAUDIN, G. & SAVOIE, A. (1995) L'efficacité des équipes de travail: définition, composants et mesures. **Revue Québécoise de Psychologie**, v. 16, n. 1, p.: 185-201.
- BOERGER, Marcelo Assad. **Gestão em hotelaria hospitalar**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- BOHLANDER, George; SNELL Scott; SHERMAN Arthur. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- DA SILVA BARRETO, Leilianne Michelle Trindade; DE ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão; MEDEIROS, Carlos Alberto Freire. Estratégias de gestão de pessoas e desempenho

organizacional na hotelaria: o papel das capacidades organizacionais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 2, p. 340-360, 2014.

- DA SILVA BARBARA, Sheila Gomes. **O treinamento como fator de desenvolvimento de habilidades**. Pós-graduação “lato sensu” AVM Faculdade Integrada, Rio de Janeiro, 2013.
- DE OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Universidade Federal de Goiás. Catalão–GO, 2011.
- DESSLER, Gary. **Administração de Recursos Humanos**. 2ª ed. Editora Pearson, 2003.
- FERNANDES, Eda Conte. **Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar**. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.
- FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.
- LACOMBE, Francisco José Masset. **Dicionário de administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- LACOMBE, B. M. B.; Albuquerque, L. G. Avaliação e mensuração de resultados em gestão de pessoas: um estudo com as maiores empresas instaladas no Brasil. RAUSP. **Revista de Administração**, v. 43, n.1, p. 5-16, 2008.
- LAKATOS, E .M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2006.
- LOURENÇO, Paulo Renato Martins Ribeiro da et al. **Concepções e dimensões da eficácia grupal: desempenho e níveis de desenvolvimento**. 2000. Tese de Doutorado.
- MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001
- MARINHO, Robson M.; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo. **Liderança: uma questão de competência**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MARQUES, José Roberto. **Qual é a definição de gestão organizacional**. Disponível em <<https://www.jrmcoaching.com.br/blog/qual-e-definicao-de-gestao-organizacional/>> Acesso em: 21 jun. 2019.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Sociologia das Organizações: uma análise da fome e das empresas no ambiente competitivo**. São Paulo: Pioneira, 2011.
- PALVARINI, Bruno. **Guia referencial de mensuração do desempenho na administração pública**. 2010.

- PEDRO, Wilson José Alves. Gestão de pessoas nas organizações. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 9, n. 2, p. 81-86, 2005.
- PERIARD, Gustavo. **Avaliação 360 graus**: o que é e como funciona. 2012. Disponível em: <<http://www.sobreadministracao.com/avaliacao-360-graus-o-que-e-e-como-funciona/>> Acesso em: 19 mai. 2019.
- RIBAS, Andréia; DURAN, Cristiana. **Gestão de pessoas nas organizações**. 2015.
- ROBBINS, S. Comportamento organizacional. Prentice Hall, 2002.
- TOLEDO, F. de. **O que são recursos humanos**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ULRICH, D. **Recursos humanos estratégicos**: novas perspectivas para os profissionais de RH. São Paulo: Futura, 2000.
- WEI, L., & LAU, C. High performance work systems and performance: the role of adaptive capability. **Human Relations**, v. 63, n.10, p. 1487-1511, 2010.
- XAVIER, Carlos, **Eficiência, Eficácia, Produtividade e Competitividade**. Apostila Estratégia Concursos, 2016.
- ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto et al. **Gerenciamento de recursos humanos: o caso das micro e pequenas indústrias de confecções do município de Colatina-ES**. **Dissertação**, Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.

6. NOTAS BIOGRÁFICAS

Luis Antônio Zonta

Graduado em Administração na Universidade Cândido Mendes, com especialização em Gerência de Produção e Gerência de Materiais na Faculdade Clóvis Bevilacqua, Complementação Pedagógica de 1 ano para Licenciatura Plena em Administração na Faculdade de Formação Profissional Integrada/RJ com Homologação UFF – Universidade Federal Fluminense e Mestre em Administração na Universidad Columbia del Paraguay.

Ronaldo do Nascimento Carvalho

Graduado em Administração na Universidade Guarulhos – UnG, com especialização em Finanças e Gestão de Negócios no Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa IPEP, mestre em Administração pela Universidad Americana/PY, doutor em Administração pela Universidad Americana/PY e Pós-doutor pela Universidad Íbero-Americana/UNIBE-PY. Atualmente é docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.

A CONTRIBUIÇÃO DO IORUBÁ PARA A LÍNGUA BRASILEIRA E ESPECIALMENTE PARA A MÚSICA BAIANA

ELAINE SANTOS FERREIRA (es.ferreiraelaine@gmail.com) - Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Columbia Del Paraguay, Especialista em metodologias para o ensino bilíngue pela UNIOPET, Especialista em Língua Inglesa pela UNIFACS, Graduada em letras vernáculas e Literaturas de Língua Portuguesa pela UNEB, Professora da rede de educação básica em Salvador.

RESUMO: A presença das línguas africanas no território brasileiro contribuiu de forma significativa para que muito da África fosse incorporado pelo povo brasileiro, fazendo surgir o que hoje denominamos de cultura afro-brasileira. O estado da Bahia, entretanto, parece ter absorvido os costumes do povo africano de uma maneira mais intensa que os demais estados brasileiros, pois reflete a África na fala, na música, na dança, na culinária, enfim, no cotidiano de forma geral. Para estudar a africanidade presente na música, faz-se necessário primeiramente fazer um estudo histórico da influência das línguas africanas na língua portuguesa, tema central desse trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: línguas africanas; língua e identidade; sócio-história do português brasileiro.

RESUMEN: La presencia de lenguas africanas em el territorio brasileño contribuyó significamente a la incorporación de gran parte de África por parte del pueblo brasileño, dando lugar a lo que ahora llamamos cultura afrobrasileña. Sin embargo, el estado de Bahia parece haber absorvido las costumbres del pueblo africano de una manera más intensa que los otros estados brasileños, ya que refleja África e haber em el habla, la musica, lá danza, la cocina, em resumen, em la vida cotidiana em geral. Para estudiar la africanidad presente em la musica, primeiro es necesario hacer um estudio historico de la influencia de las lenguas africanas em portugués, el tema central de este trabajo.

PALABRAS CLAVES: lenguas africanas; lenguaje y identidad; sociohistoria del portugués brasileño.

1. INTRODUÇÃO

A contribuição africana para a formação do povo brasileiro, como um dos legados da vinda dos povos africanos, que durante muitos séculos foram trazidos para o Brasil, com a finalidade de trabalhar de forma escrava, já vem sendo estudada por pesquisadores das ciências sociais e das letras. Esses estudos levam a constatação de que mesmo inseridas em um universo completamente diferente em relação às suas origens, as línguas africanas conseguiram penetrar de forma profunda a língua portuguesa e nela deixar sua marca, que pode ser facilmente reconhecida hoje na fala do povo brasileiro.

Embora muito se tenha tentado fazer para suprimir a cultura africana, por ser considerada inferior à branca, as tradições, ideias, hábitos alimentares, canções, crenças religiosas e mitos que os africanos trouxeram, enraizado em si, de seu continente, se difundiram ao longo do tempo e foram incorporados pelo povo brasileiro, ficando difícil hoje separar o que é africano e o que é brasileiro, fazendo surgir então o termo afrobrasileiro, para designar essa tão vasta cultura brasileira apresentada, como afirma Brog em seu artigo publicado pela revista *Discutindo Língua Portuguesa*: “O africano pôde trazer sua cultura ao Brasil somente em sua alma, marcada pela palavra verbal (oralidade), que detém um valor mítico essencial ao moldar o Ser do africano.” (BROG, 2009, p. 59).

Entretanto, no que diz respeito ao estudo dessa palavra verbal, trazida pelos africanos, que tanto influenciou a fala do povo brasileiro, os estudos ainda são muito escassos e não há um conhecimento amplo e mais aprofundado desse processo.

Percebe-se que a presença da cultura africana na música baiana é intensa, tanto no léxico quanto no ritmo, todavia, devido a falta de conhecimentos na área, muitas vezes canta-se sem saber o real significado das palavras pronunciadas, deixa-se levar apenas pelo ritmo e esquece-se que existe uma mensagem sendo transmitida através da letra da música.

1.1.METODOLOGIA

No presente trabalho, tem-se por objetivo estudar a influência da língua iorubá e seus signos religiosos na música baiana. O corpus eleito para o estudo é composto pela canção *Ashansu* de Carlinhos que apresenta-se em sua maior parte com léxicos identificados como pertencentes à língua em questão. Será utilizado como base teórica o ramo da linguística denominado lexicologia, que tem por finalidade um estudo científico de um acervo de palavras de um determinado idioma. Procurar-se-á, portanto, determinar a origem, a forma, o significado religioso e o universo dos rituais em que são utilizados os léxicos de origem africana que compõem a letra das músicas, bem como o seu sentido específico na forma que estiver sendo utilizada. Para tratar das questões do âmbito lexical serão utilizados os conhecimentos divulgados pela etnolinguísta Yeda Pessoa de

Castro, que no momento apresenta-se como uma das maiores estudiosas das questões referentes às línguas africanas e sua influência no português do Brasil. Trata-se, portanto, de uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa.

O autor foi escolhido por possuir um amplo trabalho de reconhecimento e projeção das raízes afro-brasileiras e uma exaltação a negritude e baianidade dos indivíduos visando a formação de uma identidade cultural de matriz africana. É considerado um líder, por propagar a cultura negra e baiana, não só nacionalmente, como também internacionalmente.

Para a composição do *corpus* de análise selecionou-se a canção *Ashansu*. Essa foi escolhida por aparentemente exaltarem a religiosidade de base africana, além de possuir um ritmo composto por tambores que caracteriza-se com forte influência africana. A composição apresenta um grande número de palavras não identificadas como pertencentes à Língua portuguesa, sendo extremamente complicado compreender, de fato, o que dizem e qual é a mensagem transmitida através delas, pelo fato de apresentar-se, em grande parte, em um idioma que a população soteropolitana não domina ou conhece. É uma música muito conhecida, cantada nos carnavais de Salvador pelos foliões que seguem os trios, assim como no dia a dia de população baiana. Todavia, acredita-se que, para a maioria dos indivíduos que as canta, esses signos não possuem significado algum.

2. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE A SOCIO-HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Para estudar os signos religiosos do iorubá expressos na música baiana, é necessário primeiramente compreender o processo que possibilitou o encontro entre a língua portuguesa e as línguas africanas, e quais as marcas deixadas por essas línguas, trazidas do continente africano, na língua portuguesa. Entretanto, quando se fala em história da Língua Portuguesa muitas hipóteses são levantadas por pesquisadores filiados a diversas correntes teóricas que acreditam em processos completamente diferentes, os quais resultaram no português que falamos nos dias atuais.

As duas principais correntes teóricas divergentes são as de Dante Lucchesi e a de Marta Scherre e Antony Naro. Para o primeiro pesquisador, no decorrer da história do português no Brasil não houve a formação de uma língua crioula, já que, para isso seria necessário a perda de morfologia flexional e concordância verbal e nominal de forma total. No processo de transmissão linguística irregular, que segundo Lucchesi ocorre quando se faz necessário uma “recomposição das estruturas gramaticais perdidas na fase inicial do processo de aquisição precária da língua alvo por uma comunidade de falantes adultos [...]” (LUCCHESI, 2003, p.275), a perda dessas estruturas pode ser em maior ou menor grau. Pode-se concluir, segundo ele,

que houve a formação de um semi-crioulo ou até um crioulo leve, tendo em vista que a erosão gramatical no português do Brasil ocorreu com grande intensidade. Entretanto, Marta Scherre e Antony Naro mostram-se veementemente contrários às teorias de Lucchesi, uma vez que, para eles, a transmissão linguística irregular não ocorre quando são necessárias recomposição das estruturas gramaticais perdidas no processo de aquisição, caracteriza-se apenas pela aquisição de uma segunda língua na fase adulta:

É interessante notar que a aquisição de uma segunda língua por adultos, seja através de ensino formal em sala de aula, seja através de mecanismos informais durante o curso normal da vida cotidiana, também constitui “transmissão linguística irregular”, já que os agentes do processo, diferentemente do caso de “transmissão linguística regular”, são adultos e não crianças. (SCHERRE, 2007, p. 139).

Mesmo que apresente falhas nas estruturas gramaticais, a aquisição de uma língua por indivíduos na infância é considerada regular por Scherre e Naro. Eles trazem também o conceito de deriva da língua, que são as transformações inerentes à língua. Toda língua passa por diversas transformações com o decorrer dos séculos. Obviamente, o contato com outras línguas faz com que esse processo flua de forma mais acentuada. Outra questão pertinente levantada pelos estudiosos é o fato de não haver muito falantes da língua padrão europeia residindo no território brasileiro, ou seja, a língua que aqui se utilizava já era

uma variação do português padrão, uma língua já em processo de transformação natural.

Sabe-se que a língua portuguesa que chegou até o continente americano há cinco séculos não é a mesma com a qual nos comunicamos. Houve contato de diversas formas, com diversos povos, em situações distintas. A coexistência de tantas línguas contribuiu para que o português falado no Brasil possuía características distintas do veiculado em Portugal.

Todo o percurso começa com a vinda dos portugueses às Américas: o primeiro contato com as populações indígenas que habitavam as terras brasileiras. A princípio, a língua portuguesa não foi imposta para esses indivíduos, muito pelo contrário, os jesuítas buscaram aprender a língua destes, que, segundo Meira (2009) pode ser classificada em três grandes troncos: *Tupi*, *Macro-Jê* e *Aruák*. Estabeleceu-se assim uma situação de bilinguismo ou multilinguismo, já que se trata de diversas línguas no Brasil. Sabe-se que o processo de colonização por exploração não obteve êxito, pois os indígenas se recusavam ao trabalho escravo e, principalmente, à colonização cultural, religiosa e linguística. A população nativa foi dizimada, brutalmente, pelos europeus, o que reduziu gritantemente a população indígena no território brasileiro, conseqüentemente, o número de falantes das línguas indígenas, sem contar as diversas doenças trazidas pelos europeus, as quais os índios não tinham contato, como sarampo, febre, tuberculose, varíola, que também foram responsáveis por muitas mortes.

Apesar da utilização de uma língua geral, de base tupi, que veiculou na Colônia por muito tempo, ganhando força e prestígio, não se pode considerar que as línguas indígenas foram responsáveis pela difusão da Língua Portuguesa utilizada nos dias atuais no território brasileiro – a população indígena circulava basicamente nas áreas rurais da colônia, principalmente após a proibição do uso da língua geral pelo governador Marquês de Pombal. Não se pode negar as marcas deixadas pelas diversas línguas indígenas no português brasileiro. Meira (2009) afirma que “Muitos dos topônimos registrados, por exemplo, no Estado da Bahia fazem referência à cultura indígena, como: Itapetinga, Itabuna, Jequié, Ipiaú, Jaguaquara, dentre outros.” (MEIRA, 2009, p. 25). Entretanto, não se pode afirmar que essas línguas foram as principais responsáveis pelo produto hoje veiculado no Brasil, denominado Língua Portuguesa. As línguas africanas ficaram em contato com o português por um período relativamente maior e de uma forma mais intensa e urbana. Os negros trazidos pelo tráfico negreiro para trabalhar como escravos instalaram-se dentro das propriedades dos fazendeiros e conviveram com maior proximidade. Sem mencionar que, em alguns períodos da história do Brasil, a população negra e mestiça era maior que a população portuguesa.

Os africanos trazidos para o Brasil, a partir da primeira metade do século XVI, eram pertencentes a dois principais grupos linguísticos: o Banto, formados pelas tribos do sul e Oeste da África, mais especificamente

Angola e Moçambique; e os Sudaneses, advindos principalmente da Nigéria, Guiné e Daomé. O primeiro grupo fora levado principalmente para o Rio de Janeiro e Pernambuco, o segundo, para a Bahia. O contato dos negros com a população brasileira era diário e relativamente íntimo, já que as mulheres e crianças costumavam adentrar as casas dos brancos para realizar as tarefas domésticas. Meira (2009) resume as atividades assumidas pelos negros nas diferentes regiões e épocas do Brasil da seguinte forma:

Nos séculos XVI e XVII, havia grande concentração de escravos nas lavouras canavieiras de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. No final do século XVII e no século XVIII, os negros e seus descendentes predominavam nas zonas de mineração de ouro e de diamantes em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. No século XIX, a mão de obra africana se concentrava na área cafeeira do Vale do Paraíba e em áreas do Rio de Janeiro e das Minas. (MEIRA, 2009, p. 27)

Os africanos eram obrigados a aprender a língua portuguesa para poderem se comunicar com os senhores fazendeiros, com os outros funcionários das fazendas com maior poder hierárquico e necessitavam, acima de tudo, compreender as línguas dos outros negros africanos, companheiros das senzalas, já que indivíduos de tribos diferentes eram agrupados, para dificultar a comunicação e evitar movimentos de fuga. Todas essas línguas, tanto a portuguesa, quanto as africanas, foram aprendidas de forma extremamente irregular. O que

ocasionou o surgimento de uma língua crioula de base africana em algumas localidades do território brasileiro, a exemplo do dialeto kalunga, falado pelos escravos na região centro-oeste do país.

A fusão entre as culturas africanas e brasileiras, e, sobretudo entre as línguas, é explicada, segundo a doutora Yeda Pessoa de Castro, sob diversos fatores, entre eles a questão da superioridade do número de africanos que conviveram no Brasil em relação ao de portugueses. O fato de possuir um número maior de falantes fez com que as diversas línguas utilizadas entre os negros como forma de comunicação nas senzalas, plantações, minas e posteriormente nos centros urbanos, se incorporasse ao português de forma expressiva, contribuindo para a formação de novos dialetos, o que Castro (2001) explica:

Inicialmente, a densidade demográfica estimada em cinco a oito milhões de africanos introduzidos para substituir o trabalho escravo ameríndio, o que originou um contingente populacional de 75% de negros e mestiços em relação ao número de portugueses e outros europeus, conforme o censo oficial de 1823, um ano após a independência do Brasil. Essa vantagem, em termos de superioridade demográfica no confronto das relações de trabalho e na convivência diária, contribuiria, para o desaparecimento, já no século XVIII, de uma língua franca de base indígena, dando lugar à emergência de dialetos afro-brasileiros [...] (CASTRO, 1981 apud CASTRO, 2001, p.63)

Ao falar em um desaparecimento de uma língua franca de base indígena, pode-se inferir que Castro desconsidera a possibilidade da existência de uma língua crioula de base indígena. Entretanto, ao afirmar a emergência dos dialetos africanos, que estavam em indiscutível maioria, fica claro que a partir desse momento histórico se deu uma maior modificação na Língua Portuguesa.

Outro aspecto a ser considerado e igualmente discutido pelos estudiosos é a aquisição do português pelos africanos e indígenas como segunda língua. Aquisição essa que foi imposta, devido à convivência cotidiana e a necessidade de comunicar, e apenas na oralidade, ou seja, “o africano adquiriu o português como segunda língua e foi o principal responsável pela difusão da língua portuguesa no território brasileiro” (CASTRO 2001, p. 78), já que estavam, incontestavelmente, em maior número. Nesse ponto tem-se, então, uma questão crucial para ratificar as teorias dos que acreditam na interferência substancial e concreta das línguas africanas no português brasileiro: a língua portuguesa foi igualmente imposta tanto para os índios quanto para os negros africanos; entretanto, devido a ocorrência do genocídio dos índios e posteriormente do grande tráfico de negros, a superioridade demográfica desse povo fez com que o processo de difusão do português, segundo Castro, deixasse marcas semânticas, lexicais, prosódicas e sintáticas (das diversas línguas de base Banto trazidas da África), considerando que a língua é uma forma de representação da identidade cultural de um

povo. Logo, essa identidade era transmitida cada vez que o africano tentava se comunicar em português.

3. O IORUBÁ E A LÍNGUA PORTUGUESA

A língua Iorubá, pertence ao ramo *Kwa*, dentre os seis existentes no tronco *Congo Cordo Faniano*, da região sub-saariana - Níger-congo, línguas tradicionalmente conhecidas como sudanesas, do oeste-africano. É uma língua muito distinta, formada por um grupo de falares de sua região, dentre eles os ijexá, oió, ifé, ondô, entre outros, que foi trazida para o Brasil com os escravos africanos do sudoeste da Nigéria e do Queto, hoje conhecido como Benin e outrora chamados de ànàgó pelos povos vizinhos, termo pelo qual também são conhecidos no Brasil (nagôs).

É uma língua extremamente complexa, seu léxico deriva de uma parte essencial e primitiva, composta por monossílabos, em uma estrutura consoante vogal. No português, essas monossílabas CV geralmente não possuem significado algum sozinhas, são ensinadas aos falantes do português, na maioria das vezes quando crianças, para a aquisição da língua escrita: a junção da consoante B com as vogais, que corresponde a “b+a= BA; b+e= BE; BI; BO; BU, e assim por diante, utilizando todas as consoantes e realizando o encontro delas com todas as vogais.

No iorubá, esses encontros correspondem a palavras, mais precisamente em 195 formas primitivas de verbos, como afirma Rodrigues (2008): “Bá, encontrar; Be, saltar; Bi, criar; Bó, deixar cair; Bú, cozinhar, assar. E assim por diante, de *d*, de *f* e de *g*, etc. São esses os verbos da I classe.” (RODRIGUES 2008, p.123). Por ser uma língua tonal, a depender da forma em que o falante pronuncie, esses verbos podem ter significações completamente diferentes: a junção da consoante b e da vogal a pode formar três palavras distintas dependendo da entonação “Bà, pousar, Ba, agachar-se, Bá, surpreender com ou ainda um verbo auxiliar para o substantivo indicando contingência”. (RODRIGUES 2008, p.123)

No português, a junção de dois desses monossílabos já se caracteriza como uma palavra com um caráter semântico completo, como em baba, bebe, bobo. Já no iorubá, a duplicação dos verbos de primeira classe resulta na formação dos verbos de terceira classe, a exemplo de *Bá-já*, pelear com: de *Bá*, encontrar e *Já* pelear. Os da segunda classe são compostos dos verbos da primeira classe seguidos da letra *n*, assim como em *Yan*, bocejar, que vem de *yá*, abrir. Existem no total VI classes de verbos que não sofrem modificações de acordo com a pessoa, como no inglês. O infinitivo, o passado e o presente do indicativo possuem a mesma forma, para os demais tempos verbais são utilizados prefixos e o auxílio de outros verbos.

Os povos falantes dessa língua foram trazidos para a Bahia tardiamente, na última fase do tráfico negro, no século XVIII, e por

conta disso realizaram, em sua maioria, trabalhos urbanos e domésticos na capital baiana – no século XVIII sua atividade principal era a agricultura e no século XIX os serviços urbanos, concentrados em Salvador, principalmente, além das cidades do Rio de Janeiro, Recife e São Luís. Segundo Rodrigues (2008) a maior concentração dos povos que dominavam essa língua foi na Bahia, onde muitos escravos aprendiam cada vez menos o português e davam preferência a comunicação em iorubá, dando abertura a formação de uma língua geral de base africana, como pontua na afirmação do Visconde de Porto Seguro:

Já o Visconde de Porto Seguro tinha assinalado com precisão o papel de língua geral desempenhado na Bahia pelo nagô. “Os (negros) mais conhecidos no Brasil eram os provindos da Costa de Mina donde eram o maior número dos que estavam na Bahia que ficava fronteira e com mui fácil navegação, motivo por que nessa cidade tantos escravos aprendiam menos o português, entendendo-se uns com os outros em nagô” (RODRIGUES, 2008, p. 121)

Rodrigues (2008) ainda afirma que dentre as muitas línguas oriundas da África faladas no Brasil, duas foram adotadas como línguas gerais, o nagô ou iorubá, na Bahia e a quimbunda ou congoleza, no norte e no sul. Entretanto, a pesquisadora Yeda Pessoa de Castro na obra *Falares africanos na Bahia*, não concorda completamente com essa afirmação. Para ela o iorubá pode ter sido muito falado na cidade de Salvador e não em todo o estado da Bahia. Esse equívoco pode ter ocorrido por

uma questão de nomenclatura, pois naquela época a cidade de Salvador era popularmente conhecida e enquadrada como Bahia. Todavia, ao fazer tal afirmação, Rodrigues desprestigia e desconsidera outras línguas que possuíam grande influência também naquela época:

Em outros termos, isso significava dizer, que naquela cidade, embora em número relativamente menor, africanos de outras etnias também se organizavam em “cantos”, conseqüentemente, também falando suas línguas maternas, a exemplo daquelas, já mencionadas, que foram registradas pelo próprio Rodrigues. Visto por esse ângulo, parece historicamente mais correto considerar o fato de que o iorubá era a língua africana majoritária entre os negros da cidade de Salvador, na segunda metade do século XIX, do que aceitar como verdadeira a suposição vigente de que tenha sido a “língua geral” dos negros africanos na Bahia, durante todo o século [...] (CASTRO, 2001, p. 54-55)

Esse equívoco não se deu somente na obra de Rodrigues, ainda na mesma obra Castro retifica uma citação de Melo (1946) da seguinte maneira:

Ao final, termina por admitir ter havido duas línguas gerais de negros no Brasil, de acordo com a procedência desses: o nagô ou iorubá na Bahia, talvez querendo dizer Salvador, e o quimbundo em outras regiões[...] (CASTRO, 2001, p. 60)

De qualquer forma, sem o consenso na delimitação da região, o fato é que alguns teóricos acreditam e defendem a existência de uma língua geral de base iorubá na cidade de Salvador e no grande prestígio dessa

língua, chegando até “a ser ensinado a negros baianos por outros negros que aprenderam a ler e a escrever nessa língua em Lagos (Nigéria), em escolas de missionários” (CASTRO p.51).

Como já se sabe, houve uma preocupação, em larga escala, por parte dos jesuítas no aprendizado e gramatização da língua tupi, para a comunicação e catequização dos indígenas, forçando o surgimento de uma língua geral de base tupi no Brasil, como afirma Mariani (2003): “A gramatização efetuada pelos jesuítas representa um passo no processo de tradução, de adaptação e conversão dos sentidos pertinentes à cultura indígena aos sentidos consecutivos da cultura europeia e cristã.” (MARIANI, 2003, p. 96). O que muitos não têm o conhecimento é de que também houve uma preocupação, em menor escala, pelos missionários católicos interessados na catequização africana em 1889. Um sermão foi pregado na igreja da Sé em 4 de janeiro pelo padre Coquard inteiramente em iorubá. Entretanto, o esforço não obteve o menor sucesso, pois o iorubá falado na Bahia, mais precisamente em Salvador, como já foi dito anteriormente, não era um iorubá “puro”, já consistia em uma mistura de várias línguas – uma língua geral de base nagô. Sem contar com o total desinteresse dos africanos em aprender e compreender os ritos da prática cristã, pois já possuíam suas próprias práticas e ritos religiosos.

Cabe aqui ressaltar a supremacia das línguas africanas face a todos os esforços no intuito de criar uma língua geral de base tupi,

que inclusive possui literaturas, e que não sobreviveu, ao contrário das línguas africanas, que foram suprimidas e renegadas e que hoje é possível perceber sua presença na fala, no cotidiano e na música do povo baiano/brasileiro. Difícil compreender como uma língua que foi falada em todo o território brasileiro e que inclusive era ensinada como língua materna aos filhos dos portugueses nascidos no Brasil, que possuía tanta força a ponto de ser proibida pelo governante da época (Marquês de Pombal), se perdeu completamente, não deixando sequer vestígios de sua existência. E mais difícil ainda é compreender com uma língua desprestigiada, discriminada e proibida “sobreviveu” até os dias atuais.

O iorubá é, até os dias atuais, uma língua que, dentre as inúmeras africanas faladas nesse território, possui relativa importância e notoriedade, não só no âmbito religioso, como também no nível acadêmico – é relevante a quantidade de cursos de iorubá oferecidos nas universidades e centros especializados em cultura afro-brasileira. É claro, sem mencionar os estereótipos e generalizações feitas pelos menos esclarecidos, que consideram o iorubá a língua africana, como o inglês é para os Estados Unidos e o português é no Brasil. Como é a língua africana com mais notoriedade, atualmente, acham que é a língua oficial de todo o continente africano, como pontua Castro (2001): “[...] o estereótipo colonialista de se idealizar o continente africano como um país singular, isto é, uma “África única”, de língua e cultura

iorubá, sem considerar sua variedade étnica, linguística e cultural. (CASTRO, 2001, p. 67).

Esses equívocos acerca do iorubá não são cometidos apenas na atualidade. Popularmente *nagô* era um termo comum utilizado para classificar qualquer falar africano utilizado nos ritos religiosos, não compreendidos pelos falantes do português. Para os conhecedores e componentes das comunidades dos terreiros, *nagô* possui dois significados: um conjunto de ritos ancestrais de tradição iorubá, restrito a “nação do candomblé”, ou um sistema linguístico baseado em diferentes línguas africanas faladas no território brasileiro, em que o iorubá possui predominância na simbologia religiosa.

3.1.0 SIGNO RELIGIOSO DO IORUBÁ E A MÚSICA BAIANA

O iorubá não possui muita relevância para o português brasileiro, no que diz respeito às influências morfológicas e sintáticas como as línguas banto, que possuem derivados portugueses provenientes de raiz banto (molambo, esmolambar, esmolambento) e palavras para as quais não existem versões em português, como *dengo* e *caçula*. A sua importância concentra-se nos aspectos religiosos, o que pode ser explicado pelo fato dessa língua penetrar em solo brasileiro tardiamente. Como a cultura religiosa foi bastante preservada, podemos perceber com mais nitidez a língua dos *nagôs* na contemporaneidade. “Foi através da prática contínua de sua religião que os *Nàgô*

conservou um sentido profundo de comunidade e preservou o mais específico de suas raízes culturais.” (SANTOS, 1984, p. 32)

Para professar a fé e cultivar os orixás existe uma linguagem própria utilizada, denominada *língua-de-santo*. A linguagem do candomblé, entretanto, não se restringiu aos terreiros, segundo CASTRO, passou a ser também divulgada na música popular brasileira:

Essa língua-de-santo é a fonte atual dos aportes lexicais africanos no português do Brasil, e a música popular brasileira é, hoje, o seu principal meio de divulgação, em razão de muitos dos seus compositores serem membros de comunidades afro-religiosas, como o foi Vinicius de Moraes e, atualmente, Caetano Veloso, Gilberto Gil e tantos outros de igual grandeza, entre os quais os compositores de blocos afros e afoxés da Bahia. Exemplo relevante é a palavra *axé* (de étimo fon/iorubá), os fundamentos sagrados de cada terreiro, sua força mágica, usada como termo votivo equivalente a “assim seja”, da liturgia cristã ou então “boasorte”, que terminou incorporada ao português do Brasil para denominar um estilo de música de sucesso internacional, tipo “world-music”, produzida na Bahia e conhecida por todos como “axé-music”. (CASTRO, 2009, p. 5)

Comparado ao número de composições de outros idiomas, como o inglês e o espanhol, que circulam com bastante intensidade no solo brasileiro, o número de canções que apresentam o signo do iorubá em suas composições ainda é baixo. Entretanto, tendo em vista a grande discriminação que as línguas africanas sofreram e o processo de

transmissão irregular (não se atendo aqui a particularidade e os choques entre as teorias que utilizam tal nomenclatura) a que foram submetidas, possuir músicas populares de sucesso em iorubá já é um grande passo. Trazer a cultura religiosa, sagrada e desprestigiada para o âmbito popular e midiático, com sucesso, diga-se de passagem, é uma prova de que a aceitação da herança religiosa africana, outrora denominada “coisa do diabo” é, hoje, muito mais bem aceita.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A composição *Ashansu*, foi adaptada em 2003 por Carlinhos Brown e Mateus e lançada no CD “2005 Axé”. Música de grande sucesso, veiculada com muita frequência até os dias atuais.

“Ashansu
 Obaluaê
 Babalorixa-ê
 Babalorixá, átotô
 Babalorixa-ê
 Ê nirê, nirê
 Ê nirê, nirê
 Babaolorum xexê salerojá
 Babaolorum xexê salerojá
 Aê nirê, nirê ô
 Aê nirê, nirê ô
 Aê nirê, nirê ô
 Aê nirê, nirê ô
 Meu padrinho é Obaluaê
 Orixá ê
 Meu padrinho é Obaluaê
 Orixá ê
 Meu padrinho é Obaluaê
 Orixá ê
 Meu padrinho é Obaluaê
 Orixá ê
 Ê nirê, nirê
 Ê nirê, nirê
 Babaolorum xexê salerejá

Babaolorum xexê salerejá
 Aê nirê, nirê ô
 Aê nirê, nirê ô
 Aê nirê, nirê ô
 Aê nirê, nirê ô
 Babaluaê

Citação: saudação à Obaluaê
 (domínio público) - declama:
 Mateus

Atotô babá
 Atotô
 Azassum
 Atotô Omolú
 Babalodê alorê minazú didê
 Olorum modupê
 Olorum didê
 Kalofé
 Kalofé”

(Domínio Popular – Tradição afro-brasileira. Arranjo e adaptação: Carlinhos Brown / Mateus © 2003 by Candyall Music)

A citação declamada no final da canção *Ashansu*, de Carlinhos Brown é uma saudação a um orixá africano conhecido como Obaluaê, Omolu, Xapanã ou Sapatá. Segundo a mitologia africana, Obaluaê é “o senhor da peste, da varíola, da doença infecciosa, o conhecedor de seus segredos e de sua cura” (PRANDI, 2010, p 21). Prandi (2010) ainda faz as seguintes colocações sobre o orixá, tomando como base a mitologia:

[...] Uma vez ou outra ele causa varíola em orixás e humanos. Ele é tão temido que as pessoas evitam pronunciar seu nome. Elas o insinuem indiretamente, chamando-o “Ilê Gbigona”, que significa Chão Quente, ou “Ilê Titu”, o mesmo que Chão Frio, ou “Olode”, Senhor da Vastidão do Mundo. Ou simplesmente o chamam Babá, isto é, Pai. [...] (PRANDI, 2010, p. 214)

Para compreender o significado da canção, faz-se necessário, além do estudo lexical de cada palavra, a compreensão do universo que é levantado através da mesma. Nesse caso, percebe-se que a composição *Ashansu* traz o imaginário e a mitologia da religião de base africana denominada Candomblé. Essa religião possui uma linguagem própria, denominada “língua de santo”. Segundo Castro (2001):

[...] nos candomblés de “nação” jeje-mina e congo-angola, que se utilizam, respectivamente, de um repertório de base ewe-fon ou banto em sua linguagem cerimonial. [...] canta-se para os *voduns* em jeje-mina, para os orixás em nagô-iorubá, para os *inquices* em congo-angola, em cerimônias que acontecem em recintos chamados de *runpame* ou *rondemo* em jeje-mina, *ilê* em nagô-queto, *unzólcanzuá* ou *ganzuá* em congoangola [...] (CASTRO, 2001, p. 68)

Como a composição em questão faz saudação a um orixá, acredita-se, portanto, que as palavras utilizadas em sua composição sejam pertencentes à língua nagô-iorubá, uma língua do grupo Egbê ou Guineano, proveniente da parte sudanesa da África, que segundo Rodrigues (2008) foi muito falada na Bahia, no século XIX, tanto pelos pretos velhos africanos de diferentes nacionalidades, quanto por muitos crioulos e mulatos. Nesse grupo, as línguas da família *Kwa* foram as mais importantes e influentes no português brasileiro.

No trecho da composição de Carlinhos Brown utilizado como corpus para a realização desse trabalho levantou-se e

estudou-se os vocábulos, chegando ao seguinte resultado:

Atotô é uma expressão da família *kwa*, um grito de saudação para Omolu, sempre acompanhado pelo gesto de tocar na testa e no chão com a ponta dos dedos. Segundo a comunidade religiosa afro-brasileira quer dizer silêncio, respeito. Babá é um substantivo masculino, também da família *kwa*. Palavra dicionarizada pelo Aurélio que significa pai, antepassado, chefe. A palavra encontrada na composição com a grafia “*azassum*” corresponde à *azunsum*, um substantivo pertencente à mesma família que as palavras anteriores e representa o nome de *xapatá*, que por sua vez é um substantivo masculino utilizado para representar o *vodum* (designação genérica das divindades na língua *jeje*) da varíola, equivalente a *xapanã*, ou seja, todos esses vocábulos apresentam-se como variantes do orixá em questão. *Omolú*, conforme já foi citado anteriormente, é um nome atribuído ao orixá, entretanto, essa denominação corresponde à forma do orixá velho, decrepito, que mal pode caminhar, com o rosto coberto por um capuz de *palha-da-costa* (proveniente do dendezeiro). *Dirê* é um verbo pertencente à língua-de-santo, variante de *odidê* que significa chegar, esperar, levantar, ficar de pé. *Olorum*, palavra dicionarizada pelo Aurélio, é um substantivo masculino que significa Deus supremo, dono do céu. *Colunfé* (grafada como *kalofé* na composição) é uma expressão de saudação de boas-vindas e de benção, da família *Kwa*, utilizada na língua-de-santo. *Modupê* quer dizer obrigado em *iorubá*.

Desta forma, percebe-se que a saudação a Obaluaê, presente na composição

de Carlinhos Brown denominada *Ashansu*, é composta por vocábulos de base africana da família *kwa*, apresentados, em sua maioria, na forma da língua de origem, sendo que, alguns já foram dicionarizados. Nesse texto o eu lírico louva e saúda e invoca o orixá, em todas as suas formas, como um deus, expressando respeito e temor. Tem-se, portanto, a seguinte mensagem “Saudação pai, saudação azunsum, saudação omolu, [...] Dono do céu, obrigado, Deus supremo que chega, seja bem-vindo, a sua benção. “Os colchetes representam os vocábulos *babalodê*, *alorê* e *minazú*, não encontrados nos dicionários. Entretanto, acredita-se que a ausência dos mesmos não compromete a compreensão total da análise.

A análise foi feita com o auxílio do dicionário de línguas africanas, presente no livro da doutora Yeda Pessoa de Castro, “Falares africanos na Bahia – um vocábulo afro-brasileiro”.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTELHO, André; STOLBERG, Daiane. **As origens do português brasileiro**. *Eletras*, Vol. 18, n. 18, jul. 2009.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afrobrasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2001.
- LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português no Brasil. In: RANCARTI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (org.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: Letras, 2003. p.272 – 283.

5. CONCLUSÃO

A africanidade que transparece a todo o momento no dia a dia do baiano é resultado de anos de contato direto e intenso entre Brasil e África, já que a Bahia, mais especificamente sua capital, Salvador, era utilizada como porto de desembarque dos milhares de negros, de diversas partes do continente africano, que aportavam nos cais dessa cidade com a finalidade de servirem como escravos. Analisar a representação da africanidade no cotidiano do povo baiano é tentar levantar as marcas deixadas por tanto tempo de convivência, marcas essas que podem ser percebidas na música baiana, não apenas no léxico, mas também no ritmo. Pode-se inferir que, no que diz respeito à religião, a africanidade do povo baiano é cultivada, preservada e propagada, já que a utilização dos vocábulos africanos ocorre não só nos cultos, mas também são representados na música popular baiana, como é o caso do corpus em questão.

- MEIRA, Vivian (org). **Português brasileiro: estudos funcionalistas e sociolinguístico**. Salvador: EDUNEB, 2009. NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Garimpo das origens do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- RODRIGUES; Nina. **Os africanos no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Madras, 2008.
- SANTOS, Juana Elbein dos. **Os nagô e a morte – Pàde, Asèsè e o culto Égun na Bahia**. 3 ed. Petrópoles: Vozes, 1984.
- TAVARES, Luís Henrique dias. **O primeiro século do Brasil – da expansão da Europa ocidental aos governos gerais das terras do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 1999.

7. NOTA BIOGRÁFICA

Elaine Santos Ferreira

Professora da rede privada de educação básica na cidade de Salvador. Graduada em Letras Vernáculas e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Especialista em Língua Inglesa pela Universidade Salvador – UNIFACS; Especialista em metodologias para o educação bilíngue pela UniOPET; Mestranda em Ciências da educação pela Universidad Columbia del Paraguay.

A TRANSEXUALIDADE E O DIREITO

FATIMA MARIA MARINS GUERREIRO (fatimaguerreiro03@gmail.com) – Especialista em Direito Civil Constitucional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e em Direito Administrativo pela Faculdade UnYleYa; Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FND/ UFRJ; Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio; Servidora Técnica-Administrativa de Nível Superior da Advocacia-Geral da União – AGU. Mestranda em Ciências Jurídicas na Universidad Columbia.

RESUMO: O presente estudo aborda um tema pouco discutido no mundo do direito, raros são os Operadores do Direito que ousam quanto as pesquisas ou entrevistas. Todavia, os transexuais carecem de um olhar do direito quanto a dignidade da pessoa humana.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Transexualidade; Dignidade da Pessoa Humana.

RESUMEN: El presente estudio aborda un tema poca em el mundo del derecho, es raro que los Operadores de Derecho se atrevan con investigaciones o entrevistas. Sin embragos, los transexuales carecen de una visión legal de la diginidad de la persona humana.

PALABRAS CLAVES: Derechos Humanos; Transexualidad; Dignidade de la Persona Humana.

1. INTRODUÇÃO

A transexualidade é um tema pouco estudado pelo Direito pátrio, são poucos os estudiosos que se debruçam sobre o mesmo, alguns autores demonstram, inclusive, preconceito, poucos se permitem ouvir a comunidade trans, o que ela tem para contribuir em prol de si mesmo.

Neste sentido, optando por uma vertente mais humanista, obrigatoriamente, o estudo dos direitos humanos pelo viés da teoria crítica é fundamental em razão do tema que requer sensibilidade, luta por direitos, por justiça e por dignidade para a comunidade trans, considerada invisível pela maioria da sociedade civil.

Inicialmente, para que haja entendimento quanto ao tema, importante saber que o Brasil¹ é o país no topo do ranking internacional de assassinato de pessoas trans, o que demonstra o desprezo por essa comunidade, que sofre pela obstinação da cultura cisgênera que insiste em impor o seu padrão eurocêntrico hegemônico que é binário² (cisgênero – aquele que vive e se identifica com o sexo biológico de nascimento).

Na sigla LGBTI, o “T” representa travestis, transexuais ou transgêneros e é a comunidade que mais sofre aversão por parte da sociedade, aversão essa que pode ser demonstrado por atos de discriminação,

marginalização, agressões, assédios e violências de todos os tipos, todas estas aversões são denominadas por transfobia que é uma espécie de homofobia.

Essas violências impedem que pessoas reconhecidamente trans exerçam seus direitos, seja na família, na escola, na igreja, no lazer e o que mais afeta seu psicológico, a dificuldade extrema de ser aceito no mercado de trabalho.

Na comunidade trans o índice de suicídios é muito maior que a incidência do todo o restante da população, como se fosse uma solução no seu imenso sofrimento em entender sua realidade e por um fim nas suas dificuldades que perpassa todo a sua vida.

Apesar de grande parcela de a sociedade considerar a transexualidade como uma doença, fato este que demonstra tão somente preconceito, desconhecimento quanto às identidades de gêneros, enfim, uma postura desconhecadora dos avanços da psicologia, da psiquiatria, das ciências sociais e dos estudos sobre gênero e questões identitárias, pois se o indivíduo trans entender sua condição de ser humano, não se mutilar, não poderá ser considerado doente.

Para as pessoas comuns é deveras difícil tentar entender o que seja transexualidade, um ser que nasce com um determinado sexo biológico e seu desejo é

¹ GGB – Grupo Gay da Bahia – Relatório 2017 – Pessoas LGBTTT Mortas no Brasil, in www.ggb.org.br, acesso 22/04/2019.

² BUTLER, Judith – Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da Identidade. 15ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2017. p. 22.

ser de outro sexo, aliás, não se sente no sexo que consta em seu registro de nascimento, se vê no sexo oposto e é esse o início de seu sofrimento, seja para se entender, seja o medo de enfrentar a sua realidade, o que fazer e como fazer para ser aceito por todos e ter seus direitos não violados.

O Direito não pode se esquivar desta questão, não pode deixar de ouvir, de dar visibilidade, de lutar por direitos desta comunidade, pois caso contrário, estará contribuindo com o silêncio e disseminando o ódio.

Conseqüentemente, o estudo dessa temática é relevante e colabora para com a visibilidade trans na defesa da legitimidade de sua identidade, no reconhecimento de suas reivindicações que estão, obrigatoriamente, circunscritas no universo dos direitos humanos.

2. METODOLOGIA

O tema é parte da pesquisa a ser apresentada no trabalho final dos estudos, sendo uma pequena amostra.

A comunidade trans é considerada invisível e até abjeta em alguns momentos, não há dados oficiais por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nem nos grupos de defesa LGBTI consideram a possibilidade de individualização, fato este que impede a adoção de políticas públicas, ora por falta de dados números, ora por não

ser individualizado nem quanto as violências sofridas, pois é comum ser identificado como sendo gay ou lésbica, comprovando o desconhecimento por parte das autoridades públicas.

Todavia, importante discutir o tema em razão da distinção entre orientação sexual e identidade de gênero, inclusive, por serem categorias extremamente distintas.

Não há como negar a existência dessa comunidade que grita pelos seus direitos e pelo reconhecimento como sujeito destes mesmos direitos.

Neste sentido, será apresentado um relato de uma trans que aceitou narrar em poucas linhas seu sofrimento e como se resume sua vida, caso real que resume a complexidade do tema, não sendo comum a disponibilidade de relatos, dado o isolamento desta comunidade.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Um relato que expõe toda a problemática do tema. O relato de J.¹, mulher trans assim descreve parte de sua vida ao ser questionada se já sofreu preconceito:

“Bom, sou uma mulher transexual e comecei a perceber o preconceito desde minha infância, vinculada da própria família”. Tipo eu gostava de brincar de casinha e boneca com minhas primas e sempre alguém da família criticava que era

¹ J. mulher trans assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em 28/02/2019, CAAE: 09372419.3.0000.5626.

algo de “mulher” e não de homem. Como se uma criança de apenas 8 anos de idade iria ter maldade de um brinquedo, e como se um brinquedo tivesse identidade de gênero. O tempo foi passando e na adolescência que foi minha pior fase da minha vida, pelo fato de não estar sendo quem eu era, sofrendo preconceito na escola e muitas das vezes chacotas, fui molestada por alguns primos meus que sempre diziam a você não quer ser mulher então tem que experimentar com é servir para um homem. Foi horrível para mim na época porque eu achava que eu era a errada da história e hoje em dia vejo que não, que quem era errado eram eles por cometer um crime de abuso sexual com um membro da própria família. Muitas das vezes nem banheiro eu usava pelo fato de me sentir constrangida ao entrar num banheiro masculino. Já no ensino médio foi mais tranquilo pelo fato dos jovens da minha sala ter a mente mais aberta, aí comecei a mostrar a minha identidade, minha família começou a perceber que eu gostava mais de trajes femininos do que masculinos, e sempre meu pai falava que se um filho dele virasse mulher ele sairia de casa, então quando eu completei meus 18 anos, assumi minha sexualidade para minha mãe e logo em seguida comecei minha transição. E resolvi ir embora de casa, morei um tempo com uma amiga e logo depois arrumei um serviço que na época já não era fácil mais mostrei meu potencial para a dona do estabelecimento e ela me contratou.

Podemos dizer que foram vários anos, mas o principal que até hoje me persegue é a alteração do registro de nascimento. Muitas pessoas transexuais deram sorte com esse novo Provimento 73 que autoriza qualquer pessoa transexual ou

travesti de fazer a troca do nome e sexo no registro de nascimento diretamente no cartório. Só que meu caso é um pouco complicado, pois sou do estado da Paraíba e atualmente moro no Rio de Janeiro, e já que estou nesse processo de averbação já tem mais de um ano. Primeiro o cartório de registro lá da Paraíba começou perturbar que não sabia dessa nova lei, até aí tudo bem. Passaram-se uns meses retornei uma ligação para lá e me informaram que já estavam fazendo o processo de averbação, preparei toda a documentação. E procurei o cartório do meu bairro para dar entrada ao processo, de início foi meio burocrático pelo fato de ser gratuito. E a titular do cartório se negava o tempo todo que não queria fazer. Sempre inventando desculpas. Outro fato também não bem agradável foi na Receita Federal quando fui solicitar meu CPF com o nome social, o atendente simplesmente olhou para mim e falou que não sabia fazer. E se retirou para almoçar e falou para eu voltar outro dia. Eu indignada procurei o responsável e ele me transferiu para outra atendente. Chegando à atendente ela me perguntou por qual motivo ele não fez e lhe respondi que ele disse que não sabia e ela riu risos, como assim uma pessoa que trabalha num órgão federal e não sabe retirar um CPF com o nome social? Respondo-lhe, pois é querida, também não entendi, ela logo jogou a real que eu sentei-me à mesa errada, ou seja, ele era transfóbico. (...)”

A narrativa acima trás diversas questões que precisam de esclarecimento em várias áreas do conhecimento que colaboram para seu entendimento, tais como, o termo **trans** se remete a diversas identidades de gênero e não se trata de

orientação sexual. A identidade de gênero se remete em como a pessoa se sente e se vê, sendo este fato que se difere da cisgeneridade, pois o termo cisgênero se remete a pessoas em que o sexo biológico é o mesmo que o sexo psíquico¹. O termo trans abrange travestis, transgêneros e transexuais, *queer*, ou seja, não fazem parte da ditadura do gênero binário.

Para melhor compreensão, ao se referir a uma mulher trans, significa que nasceu homem e se identifica como sendo do sexo oposto, logo, mulher trans. No caso de ser homem trans, nasceu biologicamente mulher e se identifica como sendo do sexo oposto, logo, homem trans.

O relato de J. vai ao encontro do citado por Pereira e Melino² quando afirmam que “não há dados referentes aos estupros que pessoas trans sofrem, pois socialmente a violência sexual a essas pessoas e, principalmente a travestis, é naturalizada e legitimada por um Estado que mal reconhece a existência e a cidadania desses sujeitos”. Inclusive, no Brasil não há legislação própria que criminalize os atentados sofridos na comunidade trans.

Em 2004, a Desembargadora Maria Berenice Dias ³ assim se referia à transexualidade:

¹ SILVA, Inajara Piedade da . A Transexualidade sob a Ótica dos Direitos Humanos – a redesignação de sexo na sociedade globalizada. 1ª ed. Porto Alegre. Editora Meridional Ltda. 2018, p. 20.

² PEREIRA, V. M.; MELINO, H. Jogando na Roda: trans-feminismos. In: Anna Paula Uziel; Flavio Guilhon. (org.). Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsitos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016, v. 1. p. 437-450.

³ DIAS, Maria Berenice Dias – Conversando sobre Homoafetividade. 1ª ed. Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora. 2004, p. 135.

⁴ Ibidem. p. 22

“Ainda que o transexual reúna, seu psiquismo pende, irresistivelmente, ao sexo oposto. Mesmo sendo biologicamente normal, nutre um profundo inconformismo com o sexo anatômico e intenso desejo de modifica-lo, o que leva à busca de adequação da externalidade de seu corpo à sua alma”.

Silva ⁴ preleciona que “a antiga terminologia transexualismo foi empregada cientificamente pela primeira vez pelo doutor Harry Benjamin. Hoje a terminologia utilizada pela maioria dos pesquisadores do assunto é transexualidade, abolindo o sufixo “ismo”, que significa doença, adotando o sufixo “dade”, que quer dizer modo de ser”.

Importante lembrar esse detalhe, pois muitos doutrinadores defenderam durante muito tempo que os transexuais deveriam, primeiramente, fazer tratamento hormonal e, posteriormente, se submeter à cirurgia de transgenitalização ou redesignação sexual como condições fundamentais para mudança do nome social e sexo em sua certidão de nascimentos. Fato este que demonstra uma imposição autoritária e sem levar em consideração que o transexual é um sujeito de direito, sendo uma afronta a sua dignidade humana.

No Brasil não há legislação que verse sobre identidade de gênero, talvez esta seja a lacuna e a causa de tantos tropeços nos direitos humanos, demonstrando que sequer há a possibilidade de ouvir a comunidade trans quanto à questão, partindo-se de determinações que refletem como é tratada a questão: de modo desumanizado, coisificando-a.

Na América Latina, somente a Argentina conceituou identidade de gênero pela ótica da teoria crítica dos direitos humanos na Lei nº 26.473-2012, no art. 2º, in verbis:

ARTICULO 2º - Definición. Se entiende por identidad de género a la vivencia interna e individual del género tal como cada persona la siente, la cual puede corresponder o no con el sexo asignado al momento del nacimiento, incluyendo la vivencia personal del cuerpo. Esto puede involucrar la modificación de la apariencia o la función corporal a través de medios farmacológicos, quirúrgicos o de outra índole, siempre que ello sea libremente escogido. También incluye otra expresiones de género, como la vestimenta, el modo de hablar y los modales.

Conforme preleciona Silva¹, “(...) a identidade de gênero não está ligada aos órgãos genitais, é o sentimento que tem a pessoa quanto ao gênero ao qual pertença. Será homem quando se reconhecer como tal, será mulher se desta forma se perceber,

pode ainda se considerar homem e mulher, ou ainda não se sentir em nenhum dos gêneros, masculino ou feminino (...)”.

Esta lei argentina pode ser considerada uma das mais avançadas no mundo sobre o tema, demonstrando um total respeito aos direitos da pessoa, sua dignidade como ser humano e de uma sensibilidade ímpar, pois não há como negar que a **disforia** de gênero traz um profundo sofrimento psíquico aos trans, uma vez que a **disforia** representa a disparidade entre o sexo biológico e o sexo jurídico, ou seja, o sexo biológico e a não autorização para a mudança do nome social e do sexo nos documentos civis, é permanecer a margem da sociedade, mantendo sua exclusão, sendo inimaginável essa dor para os cisgêneros.

No Congresso Nacional ocorreram diversas tentativas de Projeto de Lei e o primeiro foi o PL 1.909-A, apresentado em 25/09/1979, de autoria do Deputado Federal José de Castro Coimbra – MDB/SP, que propunha acrescentar o paragrafo ao artigo 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-Lei 2.848, de 07/12/1940, cujo objetivo era amparar o médico realizador de operação, que implique “ablação” de órgãos e partes do corpo humano de transexuais e não ser considerada lesão corporal. Apesar de ter sido aprovado, foi vetado pelo então Presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo.

¹ Ibidem, p. 32.

Até a presente data não há no Brasil lei que regulamente a transexualidade. Inclusive, o Conselho Federal de Medicina já teve posicionamentos vários, tipo, já considerou a transgenitalização uma cirurgia mutilante e que feria o Código de Ética Médica e somente em 1.997, através da Resolução nº 1.482, se enumerou critérios para a adoção de cirurgia em transexuais no caso de desconforto com o sexo biológico e que deveria ocorrer tão somente em hospitais universitários dados a característica de ser cirurgia experimental.

A transgenitalização somente passaria a ser possível no caso dos transexuais demonstrarem o desejo de eliminar o sexo anatômico natural; o desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; permanência desse distúrbio de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; e a ausência de outros transtornos mentais¹.

O Conselho Federal de Medicina se posicionou por diversas vezes e em 2010, através da Resolução nº 1.955, publicada em 03 de setembro, determinou, após quatorzes “considerandos” e com sete artigos, que o tratamento de transgenitalismo deve ser realizado apenas em estabelecimentos que contemplem integralmente os pré-requisitos estabelecidos nesta resolução, bem como a

equipe multidisciplinar conforme previsto no seu artigo 4º.

Além de todas essas ponderações, sem uma legislação que autorize, inclusive, a conduta médica, há o risco do perigo se responde penalmente por qualquer problema na cirurgia.

Vários outros Projetos de Lei tramitam na Câmara Federal objetivando mudança na Lei de Registros Públicos quanto a intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e outras providências, em especial, mudança do prenome mediante autorização judicial nos casos em que o requerente tenha submetido a intervenção cirúrgica destinada a alterar o sexo original, ou seja, operação transexual².

De todos os Projetos de Lei que versão sobre o tema, cito, PL 3727/1997; PL 2976/2008; PL 1281/2011; PL 4241/2012; PL 1475/2015; PL 5255/2016; PL 5453/2016; PL 4870/2016, favoráveis aos transexuais e o PL 5872/2005, contra os direitos dos transexuais, todos se encontram apensos, por serem complementares ao tema inicial, porém, sem perspectiva de tramitação e a maior parte destes Projetos de Lei visam alteração em artigos da Lei de Registros Públicos, a Lei nº 6.015/1973, em especial, deixando claro quanto a necessidade do transexual ter realizado a transgenitalização para a alteração do nome.

¹ Ibidem, p. 47.

² <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15009&ord=1> – consulta em 22/04/2019.

Somente os Projetos de Lei nº 4.241/2012, de autoria do Deputado Federal Erika Kokay – PT/DF, propõe a não exigência de cirurgia de transgenitalização para ter o direito ao alteração no assento de nascimento quanto a identidade de gênero e do nome.

Alguns destes projetos de lei tratam de intersexos, mas não é matéria deste estudo.

Todavia, nesta insegurança jurídica e sem uma possível solução que atenda ao clamor da comunidade trans, inclusive, tendo se posicionado em encontros regionais contrários a imposição de comprovar o uso de hormônios e da obrigatoriedade da transgenitalização para ter seus direitos reconhecidos, o Conselho Nacional de Justiça, Corregedoria Nacional de Justiça, exarou o Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018, que dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgêneros no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN)¹.

A fundamentação do Provimento nº 73 é libelo aos direitos humanos, uma vez que afirma estar considerando a legislação internacional de direitos humanos, em especial, o Pacto de San Jose da Costa Rica, que impõe o respeito ao direito ao nome, ao reconhecimento da personalidade jurídica, à liberdade pessoal e à honra e à dignidade. Inclusive, lembrando que o país é signatário à Convenção Interamericana de

Direitos Humanos, determinando a sua observação sob a responsabilidade internacional, especificando o respeito à identidade de gênero, igualdade e não discriminação e define as obrigações dos Estados-Parte, se referindo a Opinião nº 24/17 da Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto a alteração do nome e da identidade de gênero².

A construção do Provimento nº 73 foi exímia ao privilegiar em primeiro momento o Direito Internacional e após o Direito pátrio ao final se remeter ao direito constitucional consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil, em especial, aos artigos 1º, inciso III e ao 5º, caput e ao inciso X, respectivamente, à dignidade da pessoa humana, à igualdade, à intimidade, à vida privada, à honra, à imagem, à identidade ou expressão de gênero sem discriminações.

O Provimento vai mais além quando se reporta a decisão da Organização Mundial da Saúde ao excluir a transexualidade do capítulo de doenças mentais da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, inclusive, afirmando que a partir de maio de 2019 os Estados-Membros quando da apresentação do documento na Assembleia Mundial de Saúde, quando será permitido o planejamento e a adoção de políticas e providências adequadas à nova classificação.

¹ <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>, consulta em 22/04/2019.

² <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>, consulta em 23/04/2019.

O Provimento nº 73 é derivado de decisão da Suprema Corte ao dar interpretação conforme à Constituição da República Federativa do Brasil ao art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, isto é, reconhecendo o direito da pessoa transgêneros que desejar, independentemente de cirurgia de designação ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, à substituição de prenome e gênero diretamente no ofício do Registro Civil de Pessoas Naturais (ADI nº 4.275/DF), ou seja, no cartório onde está assentado o registro de nascimento.

Em seguida, lista as determinações a serem observadas e cumpridas pelos cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais de todo o país. Este ato administrativo desencadeia alteração em toda a vida civil do transgêneros, uma vez que permitirá alterar todos os dados civis, tais como, certidão de nascimento, Cadastro de Pessoa Física (CPF), título de eleitor, carteira de motorista, conselhos de classe, certidão de casamento, dentre outros.

Agora, cabe a pessoa trans optar por alterar seus dados civis junto ao cartório onde consta seu assentamento, não sendo uma imposição, mas tão somente um direito.

4. CONCLUSÃO

Pode-se afirmar que mais uma vez o Poder Judiciário resgata uma luta e concretiza direitos que eram negados. O Provimento nº 73 permite fazer um paralelo com os Acórdãos prolatados no julgamento

da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277 e da Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional 132, que culminou com a Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, que reconheceu a inconstitucionalidade de distinção de tratamento legal às uniões estáveis constituídas por pessoas de mesmo sexo e concedeu mais direito ao afirmar que inexistem óbices à celebração de casamento entre pessoas do mesmo sexo e passa a proibir as autoridades competentes a se recusarem quanto à habilitação e celebração ou a conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo.

A diferença entre os dois atos do Conselho Nacional de Justiça é a sanção prevista na Resolução de avocar o Juiz Corregedor, enquanto o Provimento, por ser da lavra da própria Corregedoria, já está a sanção implícita no próprio ato, em razão da autoridade que assina.

Todavia, são avanços democráticos que reconhecem as demandas da comunidade transgênera, empoderando-a ao reconhecer o direito ao nome, proporcionando uma melhor psique (saúde mental) no enfrentamento diuturno nos espaços públicos. Ainda é um pequeno avanço, dando visibilidade e acarretará as demais demandas que se refere a não violência e a não discriminação.

Segundo Joaquim Herrera Flores¹ “(...) devemos ser conscientes de que, ao lado de

¹ FLORES, Joaquim Herrera – A (re)invenção dos direitos humanos. Fundação Boiteux. Florianópolis. 2009. P. 43

toda luta diária em nome dos direitos, nos deparamos com uma série de obstáculos que impedem sua plena implementação”. Essa constatação está presente na vida de transexuais na luta por sua dignidade, pelo reconhecimento de seus direitos, enfrentando uma complexidade de problemas, ora políticos, ora sociais, ora econômicos ou jurídicos, na busca de igualdade de direitos numa sociedade extremamente conservadora.

Parafraseando Wisniewki, que afirma “a partir daí a teoria crítica de Herrera Flores propõe a ressignificação do conceito tradicional de direitos humanos permitindo pensá-lo como transitórios e cujo conteúdo mostra-se passível de uma contínua reconstrução na busca da realização plena da dignidade para todos os indivíduos¹”.

Ao pautar-se na teoria crítica pressupõe que para concretização dos direitos humanos não é necessário estar normatizado, mas a conscientização da realidade passível de reconstrução se adapta as novas lutas, buscando garantias formais e o reconhecimento jurídico que proporcionará o empoderamento dos transgêneros na luta em defesa da igualdade de acesso aos bens protegidos pelo direito, em especial, o reconhecimento de que são sujeitos de direitos e possuem o direito de terem direitos.

O Provimento nº 73 coloca o Brasil no mesmo patamar da Argentina, pondo por terra as teses preconceituosas das ciências médicas e biológicas, impondo o respeito aos transgêneros, seus desejos e não mais obrigando o tratamento hormonal e a transgenitalização, inclusive, tratamentos tão distantes da realidade desta comunidade.

Pode-se ousar tanto quanto Daniel Borrillo² ao afirmar: “O Estado jamais deve se interessar pelos nossos órgãos genitais, menos ainda pelos nossos desejos e fantasmas sexuais, pelo que fazemos com eles e por como nos definimos sexualmente. Trata-se de situações juridicamente irrelevantes, que não podem nem devem condicionar a cidadania”. E conclui dizendo “o gênero humano é, em definitivo, o único gênero significativo para a linguagem universal do Direito”.

De fato, se o Estado adota-se a tese defendida por Borrillo evitaria tantos dissabores, tantos suicídios, humilhações, sofrimentos e o desrespeito aos direitos personalíssimos da comunidade transgênera.

Por fim, não há como negar que o Conselho Nacional de Justiça iniciou o avanço, mas ainda falta muito para a implantação do estado democrático de direitos, em especial, para a comunidade transgênera no Brasil.

¹ Ibidem, p. 71.

² BORRILLO, Daniel – “Uma Perspectiva Crítica do Direito, do Gênero e das Sexualidades no Mundo Latino”, in Direitos Sexuais e direito de família em perspectiva queer., RIOS, Roger Raupp, SEFFNER, Fernando. 1ª ed. Porto Alegre. Editora da UFCSPA, 2018, p. 132.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, Judith – Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da Identidade. Ed. Civilização Brasileira, 15ª Ed.; Rio de Janeiro, 2017.
- BENTO, Berenice – O que é transexualidade? Editora Brasiliense. São Paulo. 2012. Republicado em e-book pela Amazon, 2019.
- DIAS, Maria Berenice – Conversando sobre Homoafetividade. 1ª ed. Livraria do Advogado Editora. Porto Alegre. 2004.
- _____ – Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo. Editora Revistas dos Tribunais. 3ª Ed. São Paulo. 2017.
- FLORES, Joaquim Herrera – A (re)invenção dos direitos humanos. Fundação Boiteux. Florianópolis. 2009.
- PEREIRA, V. M.; MELINO, H. Jogando na Roda: trans-feminismos. In: Anna Paula Uziel; Flavio Guilhon. (org.). Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsitos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- RIOS, Roger Raupp – “Homossexualidade e Direitos Sexuais – Reflexões a partir da decisão do STF”, Livraria do Advogado Editora; 1ª Ed., Porto Alegre, 2007.
- RIOS, Roger Raupp, SEFFNER, Fernando – Direitos Sexuais e Direito de Família em Perspectiva Queer. Editora da UFCSPA. 1ª Ed. Porto Alegre. 2018.
- RIOS, Roger Raupp, GOLIN, Célio, LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo – Homossexualidade e Direitos Sexuais – Reflexões a partir da decisão do STF. Editora Sulina. 1ª Ed. Porto Alegre. 2011.
- SILVA, Inajara Piedade da – A Transexualidade sob ótica dos Direitos Humanos – a redesignação de sexo na sociedade globalizada. Editora Sulina. Porto Alegre. 1ª Ed. 2018.
- WISNIEWSKI, Ana Patrícia Racki – Transexualidade e Direito – Construção para além dos círculos hegemônicos de poder. 1ª Ed. Lumen Juris. Coleção Crítica do Direito, 2019.

Acesso a páginas da Rede Mundial de Computadores:

- GGB – Grupo Gay da Bahia – Relatório 2017 – Pessoas LGBTTT Mortas no Brasil, in www.ggb.org.br.
- Câmara dos Deputados
www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15009&ord=1 – consulta em 22/04/2019.
- Conselho Nacional de Justiça.
<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>, consulta em 22/04/2019.
- Supremo Tribunal Federal julgou duas ações que pediam o reconhecimento legal da união estável de homossexuais e obteve, por unanimidade, o voto a favor da união homoafetiva. Votação histórica na Corte Suprema do país em 05 de maio de 2015 – www.stf.jus.br.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Fatima Maria Marins Guerreiro

Graduada em História, Licenciatura Plena, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, em março de 1982; Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FND/ UFRJ, em 2004;

Especialização em Direito Civil Constitucional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ em 2006 e em Direito Administrativo pela Faculdade UnYleYa em 2016. Mestranda em Ciências Jurídicas na Universidad Columbia desde julho de 2018.

Trabalhou como Professora concursada em 1982, da rede estadual de ensino no Estado do Rio de Janeiro, lecionando História até 2001. Concursada pública DASP em 1983, para ocupar cargo efetivo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ocupando, inclusive, diversos cargos de confiança, posteriormente, redistribuída para Advocacia-Geral da União em 2002, estando na ativa até a presente data na qualidade de Assessora do Setor Previdenciário do Escritório Avançado da Procuradoria Seccional de Petrópolis em Nova Friburgo.

DESMATAMENTO, QUEIMADAS E AMEAÇA DE EXTINÇÃO DA FLORA E FAUNA NA AMAZONIA BRASILEIRA

WANDERLEY DO CARMO (carmowanderley@yahoo.com.br) - Pós- Doutorando em Educação na Universidade Iberoamericana de Asunción – PY, em parceria com o Instituto IDEIA-BR. Doutor em Ciências da Educação pela Universidad Americana (2015).

MARIA DAS GRAÇAS DO CARMO (mdcarmoc1@yahoo.com.br) - Pós Doutora em Educação/Didática pela Universidade Iberoamericana (UNIBE), Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Nacional de Cuyo (2014), Doutora em Educação pela Universidad Americana (2014).

RESUMO: A perpetuação das queimadas impõe perdas sociais e ambientais de grande monta, devido à alta do risco de incêndios. A mitigação das consequências é requerente de políticas públicas, que se mostram eficientes em conter o desmatamento regional. Entretanto, o mesmo não pode ser dito em relação as ocorrências do fogo, que nos últimos tempos, não seguiu uma trajetória de forma nítida. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo identificar os principais impactos causados pelas atividades de origem antropogênica do desmatamento e das queimadas no clima amazônico. Assim sendo, a investigação consiste no tipo de pesquisa analítica histórica que investiga a conjectura (conjectura se refere a uma situação ou circunstância), de impactos ambientais que já tenham ocorrido, utilizando métodos descritivos e analíticos para estudo e avaliação aprofundados de informações disponíveis na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno. A composição e estrutura atmosférica da região amazônica tem sofrido com as modificações significativas, em função da má utilização do solo. Todas estas modificações acabam causando importantes alterações climáticas não somente nesta região, mas, também nas regiões contíguas. Por fim, o investimento em novos estudos científicos dos impactos causados pelas queimadas e desmatamento na região amazônica são necessários. Assim sendo, a inclusão dos inter-relacionamentos entre a biosfera e atmosfera tornam-se essenciais com o intuito de propiciar um maior conhecimento destes complexos mecanismos.

PALAVRAS-CHAVE: Atmosfera, biosfera, desequilíbrio ecológico, fogo, impactos ambientais.

RESUMEN: La perpetuación de las quemadas impone pérdidas sociales y ambientales de gran monta, debido al alto del riesgo de incendios. La mitigación de las consecuencias es solicitante de políticas públicas, que se muestran eficientes en contener la deforestación regional. Sin embargo, lo mismo no puede ser dicho en relación a las ocurrencias del fuego, que en los últimos tiempos, no siguió una trayectoria de forma nítida. De esta forma, el presente trabajo tiene como objetivo identificar los principales impactos con causa por las actividades de origen antropogénico de la deforestación y de las quemadas sobre el clima amazónico. Así, la investigación consiste en el tipo de investigación analítica histórica que investiga la conjetura (coyuntura se refiere a una situación o circunstancia), de impactos ambientales que ya hayan ocurrido, utilizando métodos descriptivos y analíticos para estudio y evaluación en profundidad de informaciones disponibles en el intento de explicar el contexto de un fenómeno. La composición y estructura atmosférica de la región amazónica viene sufriendo con significativas por causa de los cambios de utilización del suelo. Todas estas modificaciones acaban causando importantes cambios climáticos no sólo en esta región, pero también en las regiones contiguas. Por último, la inversión en nuevos estudios científicos ante los impactos con causa a través de las quemadas y deforestación en la región amazónica se hace necesario. Así, la inclusión de las interrelaciones entre la biosfera y la atmósfera se vuelven esenciales con el fin de propiciar un mayor conocimiento de estos complejos mecanismos.

PALABRAS CLAVES: Atmosfera, biosfera, desequilibrio ecológico, fuego, impactos ambientales.

1. INTRODUÇÃO

As produções científicas vêm acumulando evidências que fazem apontamentos para o aumento flamabilidade do bioma amazônico (FONSECA-MORELLO et al., 2017 cita NEPSTAD, 2001). A queima da biomassa florestal popularmente conhecida como queimadas e uma prática recorrente e antiga no país e se caracteriza como um dos principais contribuintes mundiais para emissão de gases de efeito estufa (GONÇALVES et al., 2012).

Esta transformação vem na esteira de alterações do clima regional, tendo em sua compreensão a redução das precipitações em 20% e o salto da temperatura em 2 a 8ª C até o final do século (FONSECA-MORELLO et al., 2017 cita COE et al., 2013). Neste contexto, a floresta acabará tendo alteração em sua estrutura com a possível “savanização” de 30% de sua extensão ou transição para a floresta estacional. As estações secas irão se tornar com maior recorrência e longas, o que já está tendo ocorrência, processos que levam a reduzir a umidade, favorecendo a propagação do fogo em terras com ocupação pelas florestas como nas ocupadas pela agropecuária (FONSECA-MORELLO et al., 2017 cita VASCONCELOS et al., 2013).

Assim, a perpetuação das queimadas acabará impondo perdas sociais e ambientais de grande monta, devido a alta do risco de incêndios. A mitigação das consequências é requerente de políticas públicas, que se mostram eficientes em

conter o desmatamento regional (FONSECA-MORELLO et al., cita ASSUNÇÃO et al., 2012). Entretanto, o mesmo não pode ser dito em relação as ocorrências do fogo, que nos últimos tempos, não seguiu uma trajetória de forma nítida descente (FONSECA-MORELLO et al., 2017 cita CARMENITA et al., 2013).

Neste contexto, a dissociação perante desmatamento e fogo está cada vez mais atestada por pesquisas de sensoriamento remoto não somente ao longo dos tempos, mas também do espaço (FONSECA-MORELLO et al., 2017 cita BARLOW et al., 2012). Os desmatamentos e as queimadas são duas das maiores questões ambientais enfrentadas pelo Brasil atualmente. Embora distintas, são práticas tradicionalmente associadas, pois em sequência a derrubada da vegetação, quase sempre há queima do material vegetal (GONÇALVES et al., 2012).

Desmatamento e a extinção de espécies são outros dois assuntos distintos que envolvem causas interligadas e consequências que de certa maneira é conjunta (BARRETO, 2010). As causas para o desmatamento e extinção são diversas, desde a derrubada de árvores para plantio, alimentação humana ou para pecuária até a prática de queimadas que é um hábito maléfico, mas que é comum, infelizmente (BARRETO, 2010). O presente trabalho tem como objetivo identificar os principais impactos causados pelas atividades de origem antropogênica no desmatamento e nas queimadas que afetam o clima amazônico. Diante deste cenário pergunta –

se: Como as experiências em desmatamento e queimadas podem apontar providências para preservar a biosfera, a fauna, a flora na Amazônia Brasileira?

2. METODOLOGIA

Nesta sessão apresentamos o caminho percorrido para o desenvolvimento da pesquisa, onde traçamos as estratégias metodológicas, explicitando, o tipo de pesquisa, a finalidade, bem como o método e a análise de dados utilizados. Também realizamos abordagem em quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais para uma reflexão dos resultados que alcançamos com a pesquisa.

De acordo com Ferrari (1974), a pesquisa tem por finalidade conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no mundo existencial, isto é, a forma como processam as suas estruturas e a sua função, as mudanças que provocam e até que ponto podem ser controlados e orientados. Assim sendo, a investigação consiste no tipo de pesquisa analítica -histórica que investiga a conjuntura (conjuntura se refere a uma situação ou circunstância), de impactos ambientais que ocorreram. Métodos descritivos foram utilizados para estudo e avaliação aprofundados das informações disponíveis em livros, revistas e artigos na tentativa de explicar e compreender o contexto do fenômeno. A análise envolve o estudo e avaliação aprofundados de informações disponíveis na tentativa de compreender o contexto do fenômeno. Da mesma forma fundamentamos os objetivos

na pesquisa qualitativa, pois se preocupa em descrever os fenômenos por meio dos significados que o ambiente manifesta. Assim, os resultados são expressos na forma de documentos, transcrição de gráficos, em narrativas, figuras e quadros. Sendo assim, o objetivo do investigador é preservar o registro de acontecimentos e realizações passadas através do método histórico-descritivo para mapear a experiência passada, localizar no tempo e espaço situações de desmatamento e queimadas, a fim de providenciar respostas para estas questões particulares.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1.CAUSAS E EFEITOS DO DESMATAMENTO E DAS QUEIMADAS

As principais causas que possuem apontamento para os desmatamentos na Amazônia possuem ligação com as políticas governamentais de ocupação humanista e econômica da região, podendo ter sintetização nas consignas: “terras sem homens para homens sem terra” e “ocupar para não entregar”, que deixaram marca no tempo do regime militar no país.

Partindo dos incentivos fiscais com concessão através do governo federal, diversas empresas que estavam situadas no sul do Brasil tiveram instalação na Amazônia, sendo que, a maior parte delas com projetos agropecuários.

As queimadas são constituintes da base técnica de uma tessitura de relacionamentos sociais que acabam gerando ocupação, renda e segurança alimentar para uma multiplicidade de pessoas. Dentre elas existe não somente os produtores agropecuários, de forma direta responsáveis pelas queimadas, mas também atravessadores da produção agropecuária, fornecedores de insumos e equipamentos, prestadores de serviços de transporte e o consumidor final da produção.

Relacionado as queimadas e incêndios, as causas com apontamento possuem origem antrópica (de acidente ou de propósito), isto é, as denominadas causas naturais, como é o caso dos relâmpagos ou ainda a combustão espontânea, são bem raras. É possível incluir no primeiro caso, especialmente, as queimadas usadas como instrumento nas atividades agropecuárias, a expansão da fronteira agrícola, e de forma mais recente, no final dos anos 80, a

cultivação da soja. As queimadas para limpar as áreas, são constituintes de uma prática de cultura corriqueira e barata para a eliminação dos restos da vegetação, com vistas ao preparo da terra para cultura ou renovar as pastagens. Assim, as queimadas apresentam-se como a alternativa mais atraente para os agricultores.

O período mais recente o qual tem disposição a contagem dos estabelecimentos agropecuários que praticam queimadas é o ano de 2016. Nele, as culturas anuais acabam respondendo pela maior proporção do valor da produção agropecuária e agroindustrial dos municípios, onde mais de 50% dos estabelecimentos fizeram o emprego da queimada, com grande destaque para a mandioca in natura e para a farinha de mandioca. Esses municípios tiveram responsabilidade por metade da produção de farinha de mandioca na região amazônica (Quadro 1).

QUADRO 1 - PARTICIPAÇÕES EM VALOR, MUNICÍPIOS E ATIVIDADES, MUNICÍPIOS COM TAXA DE QUEIMADAS SUPERIOR A 50%, AMAZÔNIA LEGAL (AML), PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIA

Base de contabilização / produto	Anuais exceto mandioca	Mandioca	Perenes e animais	Farinha de mandioca	Outras agro-indústrias
Municípios no valor total (AML) da atividade	04%	20%	12%	50%	19%
Atividade no valor total dos municípios	27%	21%	25%	26%	04%

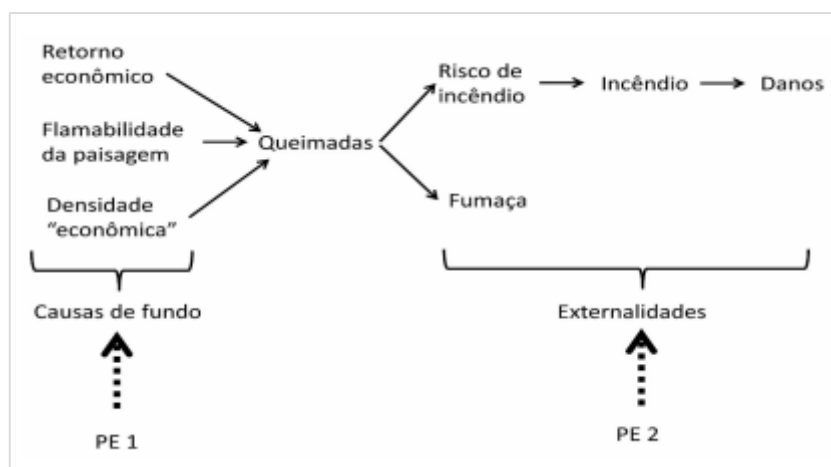
FONTE: IBGE (2016)

Vale destacar que, as queimadas agrícolas tiveram detalhamento, não porque são correspondentes com a maior proporção das ocorrências do fogo, mas porque a informação a disposição para sua caracterização torna-se mais completa. Existem, além delas, outras motivações para o uso do fogo, precisando fazer destaque a renovação das pastagens, gerando inocência de alta probabilidade (NEPSTAD et al., 1999).

O governo não pode fazer o controle de forma direta o processo que faz definição do nível de risco de incêndio, pois esse tem em

sua compreensão múltiplas decisões com descentralização tomadas por aqueles que possuem benefício da economia do fogo. Entretanto, existem duas categorias dos pontos de entrada que podem ter exploração pelas políticas públicas no objetivo de atingir o alvo em questão. Em um primeiro momento, existem as causas de fundo das queimadas, representantes das “raízes” do problema. Num segundo momento é possível ter atuação para a mitigação do risco de incêndio ou os danos que decorrem dele (Figura 1).

FIGURA 1 - QUEIMADAS, INCÊNDIOS E PONTOS DE ENTRADA (PE) PARA A POLÍTICA PÚBLICA



FONTE: FONSECA-MORELLO ET AL. (2017)

De acordo com a figura 1, as causas das queimadas serve de base para analisar as políticas em vigência. Os incêndios florestais ocorrem quando as queimadas acabam fugindo do controle dos agricultores, e atingem áreas florestais e outras propriedades. Os motivos para esse denominado “descontrole” possuem ligação

com a falta de conhecimento ou de técnicas preventivas e à expansão da fronteira agrícola, principalmente em grandes propriedades. Assim sendo, o desmatamento, com vistas a vender madeira e formar pastos, acaba atingindo centenas de hectares de área contínua.

Dentre os efeitos do desmatamento e queimadas é possível apontar as doenças respiratórias, fechamento de aeroportos, efeito estufa, aquecimento global, prejuízos financeiros para os proprietários e governos, erosão, empobrecimento do solo, perda da biodiversidade, desaparecimento de espécies e desequilíbrio ecológico.

Vale destacar que, a maior parte das matérias jornalísticas tem caracterização pelo relato factual, informando de forma predominante a situação circunstancial, sem ter a presença de informações complementares perante antecedentes, causas, consequências e expectativas com geração através dos desmatamentos e queimadas no Brasil.

3.2.IMPACTOS DO DESMATAMENTO E DAS QUEIMADAS NA AMAZÔNIA

A maior parte dos resultados obtidos partem de pesquisas acerca dos impactos causados através do desmatamento e queimadas. Estes impactos possuem origem antrópica acerca do clima amazônico apontando para conclusões parecidas. Estes resultados fazem indicação que, estas atividades acabam exercendo uma influência em negatividade perante o clima da região. A perda não reversível da biodiversidade que existe nesta região, juntamente aos possíveis impactos do clima tornam-se maiores e mais preocupantes impactos com causa através do desmatamento.

O problema relacionado ao desmatamento na região amazônica é possuínte de uma forte ligação com a ocorrência das queimadas, justificando o pequeno número de pesquisas que fazem abordagem apenas de uma das vertentes.

Os impactos com causa devido ao desmatamento acabam indo desde a perda da produtividade agrícola, alterações no regime hidrológico, perda da biodiversidade e emissões de gases de efeito estufa. A compactação juntamente à erosão do solo leva à escassez de nutrientes. Com a perda de produtividade agrícola têm aumento, aqueles que produzem e procuram novos meios para cultivação que tenham adaptação a atual disponibilidade de nutrientes com presença no solo que sofreu impactos pelo desmatamento. O desmatamento acaba destruindo as possibilidades da utilização da floresta para fornecer serviços ambientais, sendo que, as opções de manejo florestal sustentável para recursos madeireiros e farmacológicos possuem inviabilização devido a ação do desmatamento (BARBOSA e FEANSIDE, 2009).

O ciclo hidrológico é fortemente impactado através do desmatamento, o que leva a modificação do transporte de umidade para as regiões sul e sudeste do país, partindo dos jatos de baixos níveis. Estas alterações possuem a capacidade de causar impactos na ciclagem de água e da precipitação, o que faz com que durante o tempo de transição da estação seca para chuvosa, que tem ocorrência durante os meses de setembro a outubro na região

amazônica, tenha ocorrência à interrupção parcial do transporte de umidade para regiões agrícolas de grande importância no Brasil, como tem ocorrência no estado de São Paulo, o que leva a prolongar a estação seca na região (FERREIRA et al., 2004).

O desmatamento acaba gerando a emissão de gases de efeito estufa como o CO_2 , tendo armazenamento nas árvores, e parte desse carbono com armazenagem tem lançamento na atmosfera partindo do desmatamento e tem reabsorção pelas florestas secundárias após seu crescimento. Entretanto, esse tipo de vegetação não tem tanta eficiência em absorver gases como metano e óxido nitroso. Este cenário torna-se parte integrante do dinamismo que tem envolvimento no problema do aquecimento global, sendo que, a intensificação dos fenômenos como o efeito estufa acaba levando a aumentar a temperatura em escala global (ARAÚJO et al., 2007).

Em relação as queimadas, possuintes de origem antrópica, acabam assolando a Amazônia todos os anos durante o período de estação seca na região. Estados partes integrantes do arco do desmatamento sofrem devido a constante ocorrência de queimadas na estação mais seca (ALENCAR et al., 2005). Com a ajuda do transporte em longa distância, os efeitos relacionados a queima da vegetação acabam se espalhando por várias regiões amazônicas, e pode chegar aos grandes centros urbanos, o que pode causar aumento das doenças respiratórias na respectiva população (COSTA, 2002).

As queimadas da floresta primária e da pastagem acaba gerando emissões de gases, traços e partículas de aerossóis. Além de emissões de origem antropogênica, a floresta amazônica tem a responsabilidade pelas emissões naturais de gases, aerossóis, como também vapor de água (RIBEIRO E ASSUNÇÃO, 2002).

O papel com desempenho através dos aerossóis provem de queimadas. Seus impactos perante o clima tem seu cerco de diversas incertezas. Estas incertezas que possuem a tendência de serem sanadas com o desenvolvimento de estudo na área de química da atmosfera; como aquela com ocorrência no contexto do LBA, (experimento de larga escala na biosfera; e atmosfera da Amazônia) que possui o intuito do entendimento do papel destas partículas em possíveis alterações no sistema de clima amazônico (COSTA, 2002).

A alta concentração dos aerossóis na atmosfera tem a capacidade da geração de profundas alterações na composição química da atmosfera, o que possibilita alterar as propriedades ópticas das nuvens, o que impacta nos processos de envolvimento para formar chuvas (ARAÚJO et al., 2007).

As queimadas possuem a responsabilidade por emitir partículas de aerossóis na atmosfera. Os NCN (núcleo de condensação de nuvens) são fundamentais para formar chuvas e nuvens. A grande parte das partículas que possuem atuação como núcleos de condensação de nuvens possuem emissão de forma biogênica pela própria floresta amazônica. Entretanto, quando

estas partículas possuem emissão partindo das queimadas, sua alta concentração poderá levar em inibir a formação de precipitação e alteração da microfísica das nuvens (ALENCAR et al., 2005).

As pesquisas apontam 2 tipos predominantes das emissões de gases na região amazônica, onde durante o período da estação de chuvas tem predominância as emissões originárias biogênicas com o fornecimento de NCN para atmosfera. No período da estação seca, as ocorrências das queimadas possuem aumento. Consequentemente as emissões das partículas de aerossóis de origem antropogênicas possuem predominância, o que leva a uma diferença na concentração deste material de partículas com presença na atmosfera. A diferença da estação de chuvas para a estação seca é de 200 para 20.000 partículas cm³. Esta alta concentração de partículas acaba levando a profundas alterações na microfísica das nuvens em grandes extensões da região amazônica (ALENCAR et al., 2005).

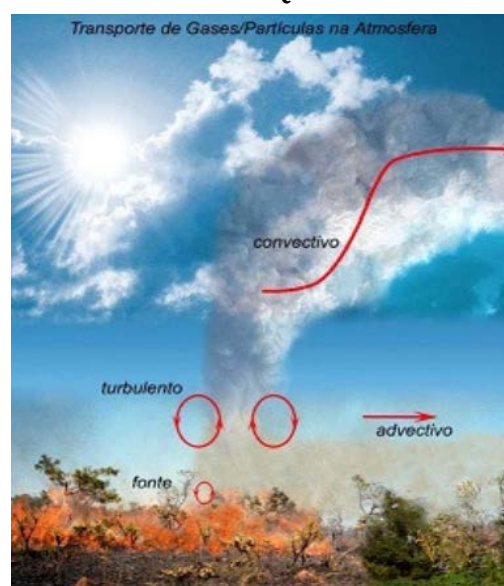
A quantidade relacionada às partículas de aerossóis com emissão de maneira biogênica e antropogênica tornam-se essencial para diminuir ou aumentar a ocorrência da precipitação. Caso o ambiente esteja limpo, o que normalmente tem ocorrência durante o período da estação de chuvas na região à concentração de NCN é menor. Assim, a disputa pelo vapor de água não torna - se tão grande, o que possibilita um rápido crescimento do diâmetro das gotas que terão evolução até cair como chuva.

Com isso, a nuvem não possui muito tempo para ter crescimento, chegando ao máximo a alturas que podem ter variância perante 4 e 5 quilômetros, o que evita seu congelamento (ARAÚJO et al., 2007).

A Figura 2 faz ilustração do principal mecanismo para redistribuir as emissões das queimadas na atmosfera. Várias pesquisas analisam o transporte de gases, traços e aerossóis que provem de queimadas na região amazônica. Isto tem tido desenvolvimento, especialmente acerca do transporte partindo das circulações com associação à convecção úmida profunda, fazendo apontamento da importância deste dinamismo em redistribuir poluentes para a alta e média troposfera, e consequentemente para as questões que possuem relação com as alterações do clima.

FIGURA 2

MECANISMOS FÍSICOS QUE REDISTRIBUEM AS EMISSÕES DE QUEIMADAS



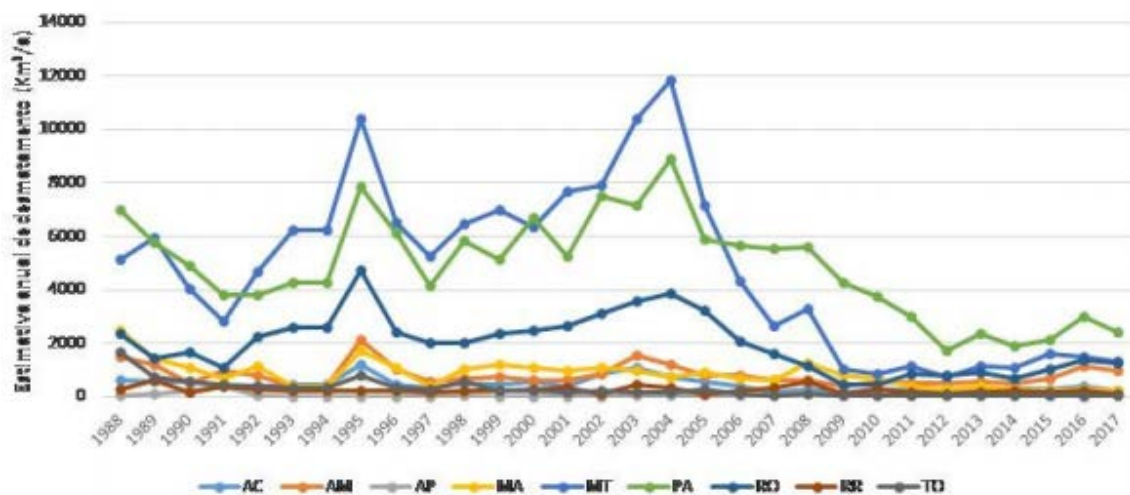
FONTE: FREITAS ET AL. (2005)

Os aerossóis com emissão devido a queima de biomassa possuem propriedades de grande importância óptica, o que pode gerar uma atenuação de até 70% da radiação incidente, com impacto nos processos fotossintéticos da vegetação e no funcionamento do ecossistema da Amazônia.

A Figura 3 mostra a área desflorestada nos estados que fazem composição da Amazônia do Brasil partindo de uma

estimativa anual de desmatamento, com estimativa através do Sistema PRODES. É possível observar que, a região do arco do desmatamento que faz compreensão do leste e sul do Pará direcionado a oeste, que passa pelo Mato Grosso, Rondônia e Acre, tornam-se aquelas que são mais afetadas ao longo dos tempos deve-se o seu avanço das intervenções antrópicas como é o caso da expansão das atividades agrícolas nesta região.

FIGURA 3 - ESTIMATIVA ANUAL DE DESMATAMENTO, EM KM²/ANO POR ESTADO NO PERÍODO DE 1988 A 2017



FONTE: FONSECA-MORELLO ET AL. (2017)

A Figura 4 demonstra os estados com maior número de focos de queimadas na região amazônica no período de 2000 a 2016 com disponibilização através do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. É possível notar um alto número de focos das queimadas nos estados de Mato Grosso, Pará e Maranhão relacionado aos outros estados que fazem composição da região amazônica.

FIGURA 4 - FOCOS DE QUEIMADAS POR ESTADO NO PERÍODO DE 2000 A 2016



FONTE: SANTOS ET AL. (2017)

Com o presente estudo, após recolhidas informações relevantes em fontes confiáveis, apresentadas na bibliografia, apresento em síntese o resultado e a análise da investigação.

O desmatamento e a queima da vegetação, através da interferência humana, transforma significativamente a paisagem amazônica, de forma que é notório seu crescimento nas últimas décadas influenciando a ocupação e uso do solo. Parte significativa que envolve as queimadas e é provocada por pequenos produtores que utilizam o fogo para limpeza de suas propriedades. De modo que o desmatamento seguido de queimadas, geram prejuízos irreparáveis a biodiversidade; além de afetar o ciclo hidrológico e o ciclo do carbono na

atmosfera. O principal motivo destas queimadas são realizadas para expandir fronteiras agrícolas, porém, representa uma grave ameaça de extinção da flora e fauna.

Vale ressaltar que há influência no clima da região o que afeta a qualidade do ar trazendo prejuízos à saúde, tais como, doenças respiratórias (bronquite, asma, pneumonia).

Os resultados destes estudos são relevantes, pois podem auxiliar em políticas públicas voltadas para desenvolvimento sustentável e preservação do ecossistema da Amazônia.

Por fim, o tema é relevante para direcionamentos futuros de pesquisa, e também para o conhecimento científico.

4. CONCLUSÃO

Os estudos de vários autores analisados no presente estudo, contemplam que o desmatamento pode ter aumento com as chuvas perante as áreas desmatadas. Também, sugerem um limiar para esse cenário, que refere a extensão do desmatamento, fazendo indicação que, este aumento repentino da ocorrência de precipitação perante a área em desmatamento apenas teria a possibilidade de ter ocorrência enquanto o desflorestamento não atingir grandes extensões.

Os impactos acerca do clima acabam diferindo um do outro, entretanto, evidenciam a existência de conexões destas perturbações de origem antrópica. As queimadas de origem antrópica possuem

ocorrência de forma predominante durante o período da estação seca na região. Os diversos focos das queimadas durante esta época seca levam a vários efeitos climáticos causados por emissões de partículas de aerossóis geradas pelas queimadas. As partículas de aerossóis com emissão através das queimadas também possuem eficiência em absorver e espalhar a radiação solar, como também causam modificações na radiação da superfície, causando interferência direta nos processos fotossintéticos da vegetação. Além disto, a composição e estrutura atmosférica da região amazônica vem sofrendo com as alterações do mau uso do solo. Estas modificações acabam causando importantes alterações climáticas e não somente nesta região, mas também nas regiões contíguas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, A.; MOREIRA, A.; NEPSTAD, D. **Floresta em Chamas: Origens, Impactos e Prevenção do Fogo na Amazônia**. Brasília/DF: Ipam, 2005.
- ARAÚJO, T.M.; CARVALHO JR., J.A.; HIGUCHI, N; BRASIL JR., A.C.P. & MESQUITA, A.L.A. Estimativa de taxas de liberação de carbono em experimento de queimada no Estado do Pará. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 69, p. 575- 585, 2007.
- BARBOSA, R.I.; FEARNSTIDE. P.M. Incêndios na Amazônia brasileira: estimativa da emissão de gases do efeito estufa pela queima de diferentes ecossistemas de Roraima na passagem do evento “El Niño” (1997/98). **Acta Amazônica**, v. 29, n. 4, p. 513-534, 2009.

- BARRETO, W. **Desmatamento e extinção das espécies**, julho 2010 disponível em: <http://Twitter.com/desmalex>.
- COSTA, R. **Queimadas, mudanças ecológicas e transformações nas atividades Agroextrativistas da fronteira agrícola Amazônica**: o ponto de vista dos pequenos produtores de duas localidades na região de Paragominas/PA. Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da UFPa/Embrapa, maio de 2002.
- FERRARI, A. T. **Metodologia da Ciência**, 2º edição, RIO DE JANEIRO, RJ; 1974.
- FERREIRA, L. V.; VENTICINQUE, E.; ALMEIDA, S. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estud. av.**; 19(53):157-166, 2004.
- FONSECA-MORELLO, T.; RAMOS, R.; STEIL, L.; PARRY, L.; BARLOW, J.; MARKUSSON, N.; FERREIRA, A. Queimadas e incêndios florestais na Amazônia brasileira: porque as políticas públicas têm efeito limitado? **Ambiente & Sociedade** n São Paulo v. XX, n. 4 n p. 19-40 n out.-dez., 2017.
- FREITAS, S.R.; LONGO, K.M.; SILVA DIAS, M.A.F.; SILVA DIAS, P.L.. Emissões de queimadas em ecossistemas da América do sul. **Revista estudos avançados da Universidade de São Paulo**, v. 19, n. 53, p. 167-185, 2005.
- IBGE. **Brazilian Agricultural Census of 2016**. Municipality level data, 2016.
- NEPSTAD, D., MOREIRA, A.G., ALENCAR, A. A. Flames in the rainforest: origins, impacts and alternatives to amazonian fire. **The Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest**, Brasilia, Brazil, 1999.
- RIBEIRO, H.; ASSUNÇÃO, J. V. Efeitos das queimadas na saúde humana. **Estud. av.**, 16(44):125-148, 2002.
- SANTOS, T. O.; ANDRADE FILHO, V. S.; ROCHA, V. M.; MENEZES, J. S. Os impactos do desmatamento e queimadas de origem antrópica sobre o clima da Amazônia brasileira: um estudo de revisão. **Rev. Geogr. Acadêmica** v.11, n.2, 2017.
- TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: **a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

6. NOTAS BIOGRÁFICAS

Wanderley do Carmo

Graduado em Estudos Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sete Lagoas (1990), Licenciatura Plena em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Formiga (1992), Especialização em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Formiga (1997), Mestre em Gestão e Auditoria Ambiental pela Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (2005) e Doutor em Ciências da Educação pela Universidad Americana (2015) - Pós- Doutorando em Educação na Universidade Iberoamericana (UNIBE), em parceria com o Instituto IDEIA-BR (2019).

Maria das Graças do Carmo

Graduada em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sete Lagoas (1991), Licenciatura Plena em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Formiga (1992), Especialização em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Formiga (1997), Mestre em Gestão e Auditoria Ambiental pela Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (2005) e Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Nacional de Cuyo (2014), Doutora em Educação pela Universidad Americana (2014). Atualmente exerce atividade de dança de Salão na Academia Pé Descaço. Possui 2 livros e vários artigos publicados.

A INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NO APRENDIZADO COM IDADE ESCOLAR

MAURÍCIO MOREIRA DE FREITAS (mauricioflorindo@live.com) - Professor de Educação Física pela Faculdade do Futuro – FAF, Manhuaçu-MG. Professor da disciplina de Educação Física na empresa SEDU (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESPIRITO SANTO). Professor de Educação Física na empresa, Prefeitura de Irupi – ES.

RESUMO: Atividade física é muito conhecida pelos seus benefícios proporcionados à saúde, mas pouco se fala sobre sua influência no aprendizado em idade escolar. Por isso, no presente trabalho pretende-se buscar evidências sobre a influência da atividade física sobre aspectos que irão beneficiar o aprendizado em idade escolar, através de uma revisão de literatura e artigos. Tendo como principal ênfase associar a prática de atividade física, independente de qual seja, com o desempenho do aprendizado na idade escolar, além de identificar o que é atividade física, mostrar seus verdadeiros benefícios para o corpo e a mente; demonstrar conhecimentos de que uma criança ativa, agregada a prática de atividade física na infância e adolescência, possivelmente irão transpassar para idades adultas; o que é aprendizagem e como é entendida.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade física, aprendizado, idade escolar.

RESUMEN: La actividad física es bien conocida por sus beneficios para la salud, pero poco se dice sobre su influencia en el aprendizaje en edad escolar. Por lo tanto, el presente trabajo pretende buscar evidencia sobre la influencia de la actividad física en aspectos eso beneficiará el aprendizaje en edad escolar, a través de una revisión de literatura y artículos. Teniendo como énfasis principal asociar la práctica de la actividad física, lo que sea, con rendimiento de aprendizaje en edad escolar, además de identificar qué es la actividad física, muestra tus verdaderos beneficios al cuerpo y la mente; demostrar conocimiento de que un niño activo, la práctica de actividad física en la infancia y adolescencia, posiblemente cruzará a la edad adulta; qué es aprender y cómo se entiende.

PALABRAS CLAVES: Actividad física, aprendizaje, edad escolar.

1. INTRODUÇÃO

O mundo de hoje está voltado para a prática de atividade física, porque sabemos que ela pode proporcionar, de forma geral, variados benefícios biológicos, fisiológicos e até psicológicos. Podemos acrescentar benefícios cardiopulmonares, redução da pressão arterial e controle de peso. Em relação ao aspecto psicológico, ocorre melhoria na redução do estresse, melhora da autoestima, diminui a ansiedade, aumenta a sua produtividade e ajuda no controle de vícios.

Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (2010), a falta de atividade física foi identificada como o quarto principal fator de risco para a mortalidade global (6% das mortes em todo o mundo). Além disso, a inatividade física é estimada como a principal causa para aproximadamente 21-25% de câncer de mama e cólon, 27% de diabetes e aproximadamente 30% de doença cardíaca isquêmica.

Visto isto, sabe-se que o sedentarismo traz consequências negativas, e está ligada ao desenvolvimento várias doenças, tais como: doença coronariana, osteoporose, câncer de cólon, depressão, etc. (JENOVESI et al., 2004). E a prática regular de atividade física é bem conhecida por promover várias mudanças positivas na saúde, incluindo benefícios cardiovasculares respiratórios, aumento da densidade mineral óssea e menor risco de doenças crônicas degenerativas (GARBER et al., 2011).

Em relação ao desempenho cognitivo, existem sugestões de que a atividade física causa benefícios sobre ele. Ela parece causar efeitos a cognição promovendo melhora do desempenho de diversas habilidades cognitivas como, por exemplo, na memória, raciocínio lógico e várias outras.

Então, no presente trabalho pretende-se buscar evidências sobre a influência da atividade física sobre aspectos que irão beneficiar o aprendizado em idade escolar, através de uma revisão de literatura e artigos. Tendo como principal ênfase associar a prática de atividade física, independente de qual seja, com o desempenho do aprendizado na idade escolar.

2. METODOLOGIA

2.1. ATIVIDADE FÍSICA

Atividade física consiste em qualquer tipo de movimento corporal que resulte no gasto de energia acima daquele considerado padrão quando o corpo está em repouso, ou seja, é qualquer tipo de movimentação que não precise necessariamente, ser acompanhada por um profissional, como por exemplo, passear com o cachorro, dançar, saltar, dentre vários outros.

A atividade física regular é bem conhecida por promover várias mudanças positivas na saúde, incluindo benefícios cardiovasculares respiratórios, aumento da densidade mineral óssea e menor risco de doenças crônicas degenerativas. (GARBER et al., 2011).

As atividades físicas são importantes para evitar que a pessoa seja sedentária, influenciando na obtenção de uma boa qualidade de vida e saúde. Manter um nível adequado de movimentação corporal ajuda principalmente a evitar prováveis problemas cardíacos e derrame cerebral. Para evitar o sedentarismo, o ideal é que a pessoa tenha em média 150 minutos de atividades físicas por semana, ou seja, aproximadamente 30 minutos de movimentação física por dia, 5 dias por semana.

A criança que é ativa fisicamente tem mais chance de se tornar um adulto ativo. Destacando a ótica de saúde pública e medicina de prevenção, proporcionar meios para a realização de atividade física na infância e na adolescência, instaura uma estreita relação para a redução da predominância de sedentarismo em adultos, contribuindo desta forma para uma melhor qualidade de vida (LAZZOLI et al., 1998).

Guedes et al. (2001) destacam que a prática de atividade física de forma regular, agregados durante a infância e adolescência possivelmente irão transpassar para idades adultas. Segundo o Colégio Americano de Medicina Esportiva (ACSM, 2007) a aptidão física para a criança e adolescente deve se propagar como um meio de incentivo a adesão de um estilo de vida adequado com a prática de exercícios por toda a vida, com o intuito de manter e potencializar condicionamento físico suficiente para melhoria da capacidade funcional e da saúde.

A atividade física não é algo programado. Ela acontece pela necessidade natural do ser humano de existir. E ela não deve ser menosprezada. Quem vive no excesso de controle remoto, usa o carro para tudo e evita qualquer tipo de exercício vai ter prejuízos na saúde. Além de ganhar uns quilos extras. Normalmente, atividade física é uma capacidade de todos os seres vivos que se movimentam, animais e seres humanos. Entretanto, no caso das pessoas, a atividade física pode ser pensada e propriamente organizada a fim de obter resultados específicos, por exemplo, baixar de peso pelo fato de haver um sobrepeso evidente, ou então, pela clara intenção de proporcionar saúde ao organismo pelos benefícios de sua prática.

2.2. BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA

São vários os benefícios da atividade física para as pessoas, ajudando principalmente a fortalecer os músculos, articulações e ossos. Além disso, ainda proporciona um aumento na agilidade corporal, flexibilidade, resistência física e um bom condicionamento cardiorespiratório. De acordo com especialistas no assunto, manter atividades físicas regularmente ajuda a melhorar a qualidade de vida do indivíduo, como o seu sono, humor, disposição mental e física, alimentação, aspecto da pele e cabelo, virilidade, entre outras coisas. Outros benefícios da atividade física que merecem destaque são: Melhoria na circulação sanguínea, fortalecimento do sistema imune, ajuda no emagrecimento e

perda de gordura, aumento do metabolismo, melhorar coordenação motora, redução da ansiedade, e melhoria na autoestima.

A atividade física praticada pelo ser humano se popularizou muito nas últimas décadas como uma forma direta de bem-estar físico, psíquico e emocional, uma vez que é considerada um exercício de destreza que permite eliminar toxinas e despertar componentes químicos que tem a ver com a satisfação pessoal. Esta popularidade fica claramente exposta na grande quantidade de espaços dedicados à sua prática, como nas academias e ainda em lugares públicos como praças e parques. Desta maneira se completam duas atividades altamente saudáveis: o ar livre e a ginástica.

A atividade física pode ser exercida ou realizada de diversas maneiras. Quando é involuntária ou não planejada, a atividade física é considerada um exercício básico como caminhar, realizar tarefas domésticas e outras atividades que envolvem o movimento do corpo. A atividade física planejada é também muito variada, podendo ser encontrado inúmeros tipos de exercícios que são pensados para diferentes tipos de públicos e necessidades, assim como para obter diversos tipos de resultados.

A atividade física traz muitos benefícios como já destacamos, tais como melhora da saúde em termos corporais (melhora a circulação, permite perder gordura, ativa o metabolismo, dá força aos músculos), mas também em termos emocionais e psíquicos, pois permite o desestresse do organismo, renovar as

energias e desgastar toda a força que há de sobra e que às vezes quando não sai corretamente do organismo pode ser traduzida em quadros de ansiedade que afetam nossa qualidade de vida.

2.3. APRENDIZAGEM

Define-se como aprendizagem o processo contínuo, que ocorre durante toda a vida de um indivíduo, relacionado ao ato de aprender. É uma modificação do comportamento do indivíduo como resultado da experiência (PIAGET, 1974). No ramo da etologia humana, a aprendizagem é a fixação na memória das impressões ambientais, e é baseada na modificação de mecanismos do sistema nervoso central que, posteriormente, influem na conduta do ser.

Toda experimentação que gera um aperfeiçoamento motor ou cognitivo é classificada como aprendizagem, sendo conceituada como resultado da interação das estruturas mentais com o meio ambiente, fazendo com que haja uma mudança no comportamento obtido através dessa experimentação. Essa aprendizagem é constituída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais, viabilizado pela plasticidade dos processos neurais cognitivos (BOMPA, 2002; ANDRADE et al., 2004).

A aprendizagem escolar se distingue pelo caráter sistemático e intencional e pela organização das atividades (estímulos) que a desencadeiam, atividades que se inserem em um quadro de finalidades e exigências determinadas pela instituição escolar.

Conforme Díaz (2011), é preciso que aconteça o estímulo para que a aprendizagem tenha valor. E a aprendizagem ocorre quando se torna significativa para o aprendiz, transformando-se no prazer da descoberta. A aprendizagem é individual e deve ser provocada.

Assim, a aprendizagem é um processo de assimilação ativa de determinados conhecimentos e modos de ação física e mental, organizados e orientados no processo ensino aprendizagem para compreendê-los e aplicá-los consciente e autonomamente; é a criação de uma forma de conhecimento humano, relação cognitiva entre aluno e matéria de estudo, desenvolvendo-se sob as condições específicas do processo de ensino, que não existe por si mesmo, mas na relação com a aprendizagem, e está diretamente relacionada com o desenvolvimento cognitivo (DÍAZ, 2011).

Atualmente, a aprendizagem é entendida como um processo global, dinâmico, contínuo, individual, gradativo e cumulativo. De acordo com as características escolares, há a necessidade de que o aluno seja um processador ativo da informação que lhe é transmitida, não basta apenas ser um receptor passivo do conhecimento, o aluno precisa decodificar o que lhe é ensinado e assim absorver este conhecimento. Portanto, permite ao sujeito ter melhor compreensão das coisas que estão à sua volta, seus companheiros, a natureza e a si mesmo, capacitando-o a

ajustar-se ao seu ambiente físico e social (ANDRADE et al., 2004).

Segundo Piaget (1974) em sua teoria cognitiva o desenvolvimento cognitivo se originava da adaptação da criança ao seu ambiente, e assim buscando promover sua sobrevivência por meio da tentativa de aprender sobre seu ambiente. Isso transforma a criança em alguém que busca o conhecimento e a compreensão do mundo, mas com uma característica importante, que é o fato da criança operar ativamente sobre este mundo.

Para Vygotsky (1978), a aprendizagem está sempre relacionada com o desenvolvimento. Ambos são expressões que se inter-relacionam reciprocamente, e que não é possível um acontecer sem o outro. O desenvolvimento pleno e complexo do ser humano depende da aprendizagem que se realiza em um dado grupo cultural, a partir da interação com os outros indivíduos (FONSECA, 2007).

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os efeitos da prática sistemática da atividade física, do esporte, das brincadeiras e jogos podem ser constatados em todas as etapas de nossa vida. A prática de esportes e as brincadeiras ao ar livre aprimoram não só o autoconhecimento do ponto de vista físico, mas também a habilidade que cada jovem tem de raciocinar e tomar decisões.

O movimento corporal assume um papel importante na formação global da criança, pois irá intervir nos fatores físicos, cognitivos e sociais, ampliando os aspectos relevantes ao desenvolvimento dela (HAGEMANN; RODRIGUES, 1991).

Tanto a prática regular de esportes, quanto o esforço físico decorrente das brincadeiras, podem contribuir bastante com a capacidade de aprendizado de crianças, e adolescentes (LE BOULCH, 1985). Vale ressaltar que atividade física pode ser entendida e compreendida também como brincadeira, utilizando brinquedos e jogos, pois é um momento em que a criança desenvolve sua parte cognitiva, social e intelectual.

A criança que não brinca é fechada para si, não se desenvolve intelectual e socialmente como precisa. A criança que não participa de atividades físicas é introspectiva e pode apresentar defasagem em seu desenvolvimento.

Recentemente tem sido sugerido que a atividade física estimula o desempenho cognitivo infantil. A atividade física parece influenciar a cognição promovendo melhora do desempenho de diversas habilidades cognitivas como, por exemplo, na memória, raciocínio lógico, entre outras. Além disso, há evidência do efeito da atividade física sobre o desempenho acadêmico. Vale lembrar que há diferença entre desempenho acadêmico e desempenho cognitivo. Considera-se desempenho acadêmico a parte do cotidiano infantil que está relacionada ao desempenho

nas atividades escolares, e desempenho cognitivo a capacidade de adquirir conhecimento; diz respeito à razão e a memória.

Conforme sugerido por Cezário (2008), as atividades físicas são propícias para um trabalho cognitivo bem consolidado e um bom desempenho acadêmico de crianças. Portanto, se torna importante o trabalho de ação motora e psíquica com a intenção de aperfeiçoar o desenvolvimento da aprendizagem, beneficiando os estudantes. A prática da educação motora tem influência no desenvolvimento de crianças com dificuldades escolares, como problema de atenção, leitura, escrita, cálculo e socialização.

De maneira geral, a prática de esportes e atividades físicas estimula a criança a desenvolver não só a capacidade de reconhecer seu corpo, suas limitações e o seu potencial físico, mas também a sua habilidade de raciocinar e de tomar decisões; isso porque a criança acaba criando um caminho de condução do estímulo entre o cérebro e os músculos ainda mais eficiente. Esta capacidade se desenvolve ao longo dos anos e facilita o processo de aprendizagem em diferentes níveis cognitivos e motores.

Segundo Tarantino e Oliveira (2012), há maior produção de neurônios e um aumento das substâncias que atuam na nutrição e desenvolvimento dessas quando submetidos a atividades regulares. O exercício aumenta a capacidade do cérebro de se adaptar e criar novas conexões, a

chamada neuroplasticidade. Em estudos com ressonância magnética feitos em indivíduos foi possível também observar que quem se exercita regularmente produz uma intensa atividade no hipocampo, região relacionada à memória e à aprendizagem, e lá estão armazenadas as células-tronco que darão origem aos novos neurônios.

Nessa relação, Maciel et al. (2010) ressaltam a importância de a criança ter acesso a vivências direcionadas para evolução motora, de forma satisfatória, tanto no ambiente escolar quanto fora. Deve-se atentar para oferecer bases requeridas para o estímulo e prática de domínio das habilidades fundamentais do movimento, envolvendo também as demais bases necessárias à formação global do ser como um todo (cognitivo afetivo e psicomotor).

4. CONCLUSÃO

A prática de atividades físicas sempre foi de suma importância para todos, principalmente conectada aos efeitos que levam ao benefício da saúde. Existem vários estudos que comprovam que a prática constante de atividade física é uma fonte segura e benéfica para se garantir uma boa qualidade de vida e uma ótima manutenção da saúde, em se tratando tanto dos aspectos mentais quanto dos físicos.

Essa pesquisa teve como principal objetivo e importância, engrandecer o meio

acadêmico, de forma que, os alunos recém-chegados a universidade, possam ter acesso, e assim, ampliar seus conhecimentos dentro do tema; fortalecer o desenvolvimento da sociedade, educando os jovens e adultos a não serem sedentários; estimular a prática de atividade física, conquistando assim, uma boa qualidade de vida; conscientizar a todos sobre a importância, independentemente de sua faixa etária, a prática de atividade física diariamente, conquistando assim uma sociedade saudável. Além disso, ampliei meu próprio conhecimento dentro do tema, formando assim, uma construção de conhecimentos de forma pessoal e profissional, que me permitem analisar e interpretar sobre minha qualidade de vida e até mesmo de meus alunos.

Busquei detalhar cada tópico e mostrar o que cada tema tem de melhor a oferecer, para facilitar a interpretação do leitor. Busquei demonstrar também que esses conteúdos são vinculados um ao outro, “Atividade física e Aprendizado”, o resultado da prática de atividade física leva a uma boa aprendizagem. Procurei explorar ao máximo esses conteúdos e sabendo sempre que não seria fácil, mas sempre com a certeza, de que seria muito bem recompensado por este estudo, principalmente por acreditar, que ele servirá como base para pesquisas futuras e capacitar mais pessoas dentro do tema, atividade física e aprendizado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, A. L.C.B.; ROLIM, M.K.S.B. O desenvolvimento motor, a maturação das áreas corticais e a atenção na aprendizagem motora. EFdeportes, 78, 10, 2004, Buenos Aires. Disponível em <http://www.efdeportes.com>
- BOMPA, T.O. Periodização - Teoria e Metodologia do Treinamento. 4ªed.São Paulo: Phorte, 2002.
- CEZÁRIO, A. E. S. Influência da atividade física no desenvolvimento motor e rendimento escolar em crianças do Fundamental. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/monografia/Influencia-da-atividade-fisica.pdf > Acesso em: 10 Maio de 2017.
- DÍAZ, F. O processo de aprendizagem e seus transtornos. Salvador: EDUFBA, 2011.
- FONSECA, V. Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem. São Paulo: Artmed, 2007.
- GARBER+et+al.%2C+2011+atividade+fisica+regular&oq=GARBER+et+al.%2C+2011+atividade+de&aqs=chrome.0.69i59j69i57j69i60l2.6394j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8.
- HAGEMANN, M.; RODRIGUES, M. B. Criança cresce brincando. Porto Alegre: Magister, 1991.
- JENOVESI, J.F. et al. Evolução no nível de atividade física de escolares observados pelo período de 1 ano. Revista Brasileira de Ciência e Movimento. Brasília, v. 12, n. 1, p. 19 - 24, jan./mar. 2004.
- LAZZOLI, J. K. et al. Atividade física e saúde na infância e adolescência. Rev. Bras. Med. Esporte, Niterói, vol. 4, n. 4, p. 107-109, Jul./Ago., 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151786921998000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em:13 Abril de 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-86921998000400002>
- LE BOULCH, J. Desenvolvimento psicomotor: do nascimento até 6 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- MACIEL, M. C.; QUEIROZ, L. T. S.; CORREA, S. S. O.; MAUÉS, S. C.; PINTO, R. F. Perfil motor dos escolares da rede particular de ensino da cidade de Macapá. EFdeportes, Buenos Aires, ano 14, n. 142, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd142/perfil-motor-dos-escolares-da-rede-particular.htm>>. Acesso em: 10 Junho de 2017.

- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Estratégia global de dieta, atividade física e saúde. Genebra, 2004. Disponível em: <http://www.who.int/dietphysicalactivity/pa/es/>. Acesso em: 11 de Junho de 2017.
- PIAGET, J. Aprendizagem e conhecimento. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.
- TARANTINO, M.; OLIVEIRA, M.; Aumente o poder do cérebro com exercícios, ISTOÉ, nº 2237, Setembro, 2012 Disponível em: <http://istoe.com.br/239697_AUMENTE+O+PODER+DO+CEREBRO+COM+EXERCICIOS>. Acesso em 18 de Abril de 2017.
- VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (Org.). Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1978, p. 57.
www.significados.com.br/atividade-fisica/
<https://minhasaude.proteste.org.br/voce-sabe-qual-a-diferenca-entre-atividade-fisica-e-exercicio-fisico/>
conceitos.com/atividade-fisica/
www.ibmr.br/files/tcc/os-efeitos-da-atividade-fisica-na-aprendizagem-e-no-desenvolvimento-motor-infantil-jessica-madeira-machado.pdf.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Maurício Moreira de Freitas

Nascido na cidade de Ibatiba – ES em 18 de maio de 1985, onde resido até hoje no córrego Santa Maria de Baixo, Zona Rural.

Licenciado em Educação Física em 03 de julho de 2015 na Faculdade do Futuro, Manhuaçu – MG, sob orientação do professor Wanderson do Amaral Portilho. No mesmo ano, foi iniciado dois cursos de pós-graduação *latu sensu*, concluídos no ano seguinte, sendo um em “Educação Física Escolar” e outro em “Jogos Recreativos”.

Iniciei minha atividade profissional em 2017 na rede municipal na cidade de Iúna – ES no ensino fundamental I e II, como professor em designação temporária. Hoje ainda sou atuante em designação temporária na prefeitura de Irupi – ES e também na rede estadual de ensino no mesmo município.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

GESTÃO ESCOLAR NO CONTEXTO INFANTIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

KAREN SANTOS D'OLIVEIRA (oliveira.karen@yahoo.com.br) - Graduada em Pedagogia, Especialista em Orientação Educacional e Pedagógica, em Psicopedagogia e em Gestão Escolar: Orientação e Supervisão, Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade de Columbia do Paraguai - PY.

RESUMO: A gestão no âmbito da educação infantil é uma área de intensos conflitos entre os pensadores e raras pesquisas, visto que, a mesma passou por muitas transformações, até que fosse possível o estabelecimento de uma forma de gestão. O Brasil conta uma legislação educacional específica, além de muito enaltecer a figura do gestor; entretanto, ainda existe uma grande discrepância entre a teoria e a parte prática. O processo de gestão educacional é uma tarefa complexa, principalmente no que diz respeito à educação infantil, uma vez que esta apresenta uma série de especificidades próprias, ou seja, a faixa etária do seu público alvo. Apesar da exigência de graduação ou pós-graduação na área de pedagogia, muitos profissionais enfrentam severas dificuldades na parte administrativa, financeira, gestão de pessoal, além de apresentarem problemas nas relações interpessoais, entre outros fatores. O trabalho em pauta abrangerá a pesquisa bibliográfica e documental, cujo objetivo foi à extração do maior número de informações possíveis, porém, vale ressaltar a escassez de material para o segmento específico da educação infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar. Educação Infantil.

RESUMEN: La gestión en el ámbito de la educación infantil es un área de intensos conflictos entre los pensadores y raras investigaciones, ya que la misma pasó por muchas transformaciones, hasta que fuera posible el establecimiento de una forma de gestión. Brasil cuenta una legislación educativa específica, además de muy enaltecer la figura del gestor; sin embargo, todavía existe una gran discrepancia entre la teoría y la parte práctica. El proceso de gestión educativa es una tarea compleja, principalmente en lo que se refiere a la educación infantil, ya que ésta presenta una serie de especificidades propias, es decir, el grupo de edad de su público objetivo. A pesar de la exigencia de graduación o posgrado en el área de pedagogía, muchos profesionales enfrentan severas dificultades en la parte administrativa, financiera, gestión de personal, además de presentar problemas en las relaciones interpersonales, entre otros factores. El trabajo en pauta abarcará la investigación bibliográfica y documental, cuyo objetivo fue a la extracción del mayor número de informaciones posibles, sin embargo, vale resaltar la escasez de material para el segmento específico de la educación infantil.

PALABRAS CLAVES: Gestión Escolar. Educación Infantil..

1. INTRODUÇÃO

A educação básica que atende a infância, é um segmento bem antigo, ou seja, no decorrer do seu processo histórico, esta recebeu uma série de nomenclaturas, tais como: jardim de infância, escola maternal, creche, pré-primário, entre outros; entretanto, o atendimento efetivo às crianças na faixa etária de zero a cinco anos de idade foi ampliado, após o seu reconhecimento em lei, o que gerou um crescente número da busca por vagas nas Instituições de ensino destinadas a esse seguimento.

De acordo com o art. 208, inciso IV da Constituição Federal de 1988: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] educação infantil em creche e pré-escola, às crianças de até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988).

A educação infantil pode ser definida como a primeira etapa da educação básica, cuja finalidade precípua consiste em promover: “[...] o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, art. 29).

Segundo a LDB/1996, não existe uma definição de que a educação infantil deva ser entendida como um segmento apenas para cuidado e assistência, pelo contrário, é preciso também oportunizar meios para um desenvolvimento integral da criança, uma vez que, é nesta fase que se torna possível vivenciar múltiplas experiências para o seu

aprendizado. A educação infantil é uma das responsabilidades do estado, e neste contexto, faz parte da competência dos municípios, dentro do regime de colaboração entre os entes federados.

Ao assumir a função de gestor de uma unidade educacional, este profissional assume uma grande parte do sucesso e/ou do fracasso desta instituição, ou seja, torna-se o responsável legal, além de gerir os recursos financeiros, adequar o espaço para o processo de aprendizagem e, zelar pelo bom relacionamento interpessoal entre a comunidade, funcionários, alunos e professores.

O problema central a ser levantado, e que se espera responder com o presente trabalho consiste em: diante do ordenamento jurídico brasileiro em vigência, a gestão democrática, devidamente explicitada na CF/88, assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), é possível afirmar que todas as pessoas envolvidas no processo educacional podem ser consideradas gestoras?

O objetivo do artigo é demonstrar, bem como particularizar as responsabilidades e maneiras de atuação do gestor educacional no segmento da educação infantil, analisando a relevância desta função; apresentando o perfil desejado do gestor escolar, ou seja, as concepções pertinentes à função (participação, tomada de decisão), os projetos políticos e pedagógicos, além de elucidar a função do ambiente escolar, considerando a estrutura física e social, além das relações que são

constituídas dentro do referido espaço, e, descrever os impedimentos e as indagações que fazem parte da vida cotidiana dos gestores escolares.

Em épocas passadas, a educação infantil era uma responsabilidade basicamente familiar, visto que a “mãe” era uma figura sempre presente. Em virtude das modificações no contexto social e histórico, e mediante ao surgimento da sociedade industrial, tornou-se elementar a criação de um espaço para alocar estas crianças, uma vez que a “mãe” foi inserida no mercado de trabalho; tal espaço, além de proporcionar cuidados, também deve educar, pois a escola tornou-se um complemento do núcleo familiar através do processo de educação e aprendizagem.

O grande desafio dos gestores escolares da educação infantil consiste no desenvolvimento de práticas pedagógicas de qualidade, melhoria das condições de trabalho para os profissionais da unidade, oportunizar a formação continuada e, a integração da sociedade, da comunidade e do núcleo familiar.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Considerando o problema identificado neste projeto, o estudo será realizado na forma de uma pesquisa descritiva, haja vista que neste aspecto procura-se:

Segundo Gil (2002, p.41), “a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o

problema, com vistas a torná-lo o mais explícito ou construir hipóteses”.

Seguindo ainda, o modelo utilizado pelo autor, e considerando a natureza deste trabalho, a pesquisa também será bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária. (VERGARA, 2009, p.42).

A etapa exploratória teve como objetivo apresentar uma análise do problema, adentrando nas circunstâncias que o envolvem, tendo como principal forma a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida em diversas etapas. Após a escolha do tema, definição do levantamento bibliográfico preliminar e formulação do problema foram elaboradas um plano provisório de assunto.

Este plano provisório foi à base inicial da pesquisa bibliográfica, e, paulatinamente, perdeu o caráter provisório e assumiu o perfil definitivo a partir das mudanças absorvidas com o aprofundamento da leitura e com o conseqüente amadurecimento dos entendimentos e pretensões em torno da pesquisa.

3. O GESTOR NO CHÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1. GESTOR DO CONCEITO A LEGISLAÇÃO

Com a finalidade de que a escola atinja as concepções de qualidade de ensino, e para que a aprendizagem de todas as pessoas seja uma realidade, é preciso que o administrador seja uma pessoa desenvolva, eficiente e muito participativa no que tange à área pedagógica da escola.

O gestor escolar corresponde à pessoa com maior responsabilidade do local nos âmbitos pedagógico, financeiro e administrativo da escola. Contudo, o campo pedagógico corresponde ao motivo essencial de ser da instituição de ensino.

O planejamento pedagógico bem direcionado é o que proporciona qualidade no ensino por meio de um projeto e de uma análise do rendimento do projeto pedagógico. Além de verificar o desenvolvimento dos alunos, dos profissionais e de todas as pessoas que fazem parte da equipe da escola.

Dentre os aspectos fundamentais para uma apropriada administração do processo de elaboração pedagógica e escolar existe a compreensão da gestão escolar como um exercício social de suporte à atividade educativa legitimada por meio da prática da democracia, da participação e da autonomia.

Assim, a administração escolar democrática corresponde a uma condição essencial para se elaborar uma educação eficiente e de qualidade.

A escola abrange uma gama enorme de representações a respeito do seu dia a dia e dos vínculos nela estabelecidos entre todos que estão presentes. A fim de que as finalidades e as proposições edificadas nesse local sejam realizadas é preciso que a gestão escolar esteja em consonância com os debates daqueles que experimentam o local como foco de convivência cotidiana. Por conseguinte, a gestão escolar envolve problemas sociais, econômicos, culturais, administrativos e pedagógicos, com uma infinidade de finalidades e de subjetividades que a escola deve efetivar como local de atividade e de compreensão. Diante desse panorama, e se observarmos o panorama histórico, a construção da criança passa por modificações que são verificadas nas atividades pedagógicas e nos procedimentos de gestão. A noção de criança que envolve a presente pesquisa diz respeito a uma criança como sendo um ser ativo, social e em pleno desenvolvimento. Assim, tratar sobre a administração da educação infantil é essencial para demonstrar as características modernas que abrangem esse tema.

O aparecimento das instituições relacionadas com a educação infantil está vinculado com o aparecimento da escola e da pedagogia atual, durante os séculos XVI e XVII, no qual a escola se estruturou em função de uma gama de oportunidades, tais como o aparecimento de novos mercados, a

descoberta de novos locais, o progresso científico e a criação da imprensa, que tornou possível o encontro das pessoas com a leitura (BUJES, 2001).

As instituições pioneiras no Brasil relacionadas com o Poder Público de educação infantil são de 1899, com o surgimento do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, bem como com a criação da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ), que se configura como a primeira creche do Brasil para filhos de funcionários (FLÔRES e TOMAZZETTI, 2012).

Há um cuidado sempre constante em se distinguir por causa do plano pedagógico das instituições públicas as instituições privadas, usando isso como tática de propaganda para abranger as famílias mais ricas (KUHLMANN JR., 1998). Essa noção relaciona-se com um tratamento precário às crianças mais pobres, tendo em vista a dificuldade de acesso a locais mais amplos, a falta de profissionais habilitados e outras questões relevantes.

Até a década de 1920 as instituições possuíam natureza filantrópica e tinham pouco acesso em razão do imperialismo que dominava o Brasil. Após esse período houve uma reformulação, com o incentivo à democratização do ensino e do direito das crianças que terem uma educação equânime. Em 1930 o Poder Público passou a procurar financiamento de instituições privadas, as quais puderam de certo modo ajudar na tutela da infância. Diferentes instituições foram elaboradas com ênfase na educação

infantil, assim como na iniciativa privada (FLÔRES e TOMAZZETTI, 2012).

Foi nesse período que se desenvolveram muitas creches e pré-escolas de forma desorganizada e dentro de um panorama emergencial, como se as questões infantis elaboradas pela sociedade pudessem ser solucionadas por esses órgãos (FLÔRES e TOMAZZETTI, 2012).

Já na década de 1940 foi criado o Departamento Nacional da Criança com o escopo de organizar ações direcionadas à infância, à adolescência e também à maternidade, sendo gerido pelo Ministério da Saúde. Na década seguinte houve uma grande influência médico-higienista desse Departamento, criando diferentes programas com a finalidade de eliminar a desnutrição, impulsionar a vacinação e diversas pesquisas de caráter médico (FLÔRES e TOMAZZETTI, 2012).

Apenas depois do advento da Lei nº 5.692/1971, vinculada à educação infantil, é que se possui uma atribuição legal interligada à educação infantil, como sendo importante para escolas, jardins de infância e órgãos equivalentes. Contudo, essa norma enfrentou grandes obstáculos para ser efetivada em razão da ausência de um programa mais peculiar para impulsionar as companhias a elaborarem instituições de ensino (FLÔRES e TOMAZZETTI, 2012).

O problema da discrepância entre o cuidar e o educar consiste na falta de um desses elementos em relação ao outro, eis que, de um lado, estão as instituições que dão

importância somente ao cuidar, com enfoque nas atividades relativas às características físicas das crianças, bem como à alimentação adequada e à higiene. Por outro lado, com a finalidade de dar importância à característica educacional, estão os órgãos que propagam a escolarização precoce dos alunos, nos quais as ações disciplinares configuram-se no cerne do fazer pedagógico desses órgãos (FLÔRES e TOMAZZETTI, 2012).

Sempre que se conservar a mistura de funções que se tem na escola ou na família os padrões a serem observados pela educação infantil as crianças saem perdendo. O modo como se compreende a educação infantil possui efeitos importantes nas ações dos profissionais, eis que o cuidar e o educar são essenciais para o progresso educacional e acontecem em concomitância por serem indissociáveis (BUJES, 2001).

Muitas vitórias sociais foram alcançadas com o advento da Constituição Federal de 1988, como, por exemplo, a imposição da educação infantil como direito e também como dever do Poder Público. A educação infantil foi delimitada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do ano de 1996, como sendo a primeira fase da educação infantil. Importante destacar que este foi um direito conquistado em razão dos diferentes movimentos sociais ocorridos e que tinham como escopo a tutela do direito à educação infantil.

A administração escolar democrática, especialmente na educação infantil, possui como fundamento de apoio a participação,

eis que todos os elementos que constroem a escola, tanto os alunos, quanto os pais e os funcionários, são importantes nas decisões e no procedimento escolar.

Durante a administração é que surgem os embates particulares e sociais, o que impulsiona a diversificação no modelo de administração e de construção da escola, embora isso não implique necessariamente em uma escola construída de forma integralmente democrática. De acordo com Oliveira, dentro de uma sociedade caracterizada por contrariedades, dos mais diferentes tipos, o âmbito ideológico possui enorme relevância como sendo instrumento de coerência social. Assim, a escola não pode mais ficar nos meandros dos instrumentos de gestão econômica do sistema financeiro atual (OLIVEIRA, 2000).

3.2.O GESTOR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A escola de educação infantil necessita ser um local instigante para o interesse da criança, no qual o local seja organizado de maneira interessante, com o escopo de que a criança possa desenvolver seus pensamentos, edificar vínculos, construir segurança e determinar um projeto que abarque o cuidar e o educar como procedimentos suplementares.

A escola é um local de importante função na edificação de um ambiente aberto ao debate, à participação popular, especialmente daqueles que fazem parte do ambiente escolar, de modo que as pessoas

possam interferir, decidir e indicar acerca do modo como a educação que procura a construção de uma representação daquele panorama ajuda no processo de administração democrática de toda a sociedade.

É fundamental levar em consideração esses problemas para que se possa tratar sobre pedagogia infantil, no qual a criança e o seu ambiente cultural, assim como a sua compreensão a respeito das coisas, são o cerne dessa pedagogia, o que significa entender a infância como uma condição infantil (CORTELINI, 2004).

O bom desenvolvimento da organização pedagógica escolar é mensurado por meio do processo de aprendizagem. Caso os alunos tenham um aprendizado permanente entende-se que a escola é um ambiente eficaz. Caso os alunos sejam assíduos no ambiente escolar, capazes de aprender e de solucionar problemas, ela está exercendo sua função de transformá-los em indivíduos independentes, que podiam aprender ao longo da vida. Na hipótese de os alunos entenderem por opinar, por ouvir, por envolver valores e por respeitar a opinião dos outros, pode a instituição de ensino se orgulhar de estar exercendo a sua função. Além disso, por meio de uma equipe ativa na organização pedagógica, pode a escola propiciar entendimentos importantes com educação de qualidade.

Desse modo, o plano inserido na organização auxilia a efetivar aquilo que se quer. Caso o administrador escolar queira uma sociedade mais equânime ele precisa

agir na procura desse ideal ao projetar sua atividade educativa. Assim, ele poderá influenciar de algum modo a realidade.

A administração da escola, por se tratar de tomada de decisão, ocorre a cada momento dentro do local escolar, tanto com relação ao projeto de ações quanto à análise da realidade escolar. A projeção obtém significado na edificação de um plano abrangente ao qual necessita pelo que a sociedade quer.

Nesse sentido, a dinâmica de labor dentro de uma instituição de ensino opera assim como uma orquestra. O êxito do trabalho do administrador escolar depende da capacidade de todas as pessoas que fazem parte da orquestra. A atitude do administrador escolar é essencial para o planejamento do exercício pedagógico. É essencial que a instituição de ensino seja ativa, tendo como enfoque essencial o aluno.

Toda a sociedade escolar precisa integrar-se com a finalidade de obter efeitos positivos no ensino, considerando-se como um vínculo essencial nessa união a projeção, eis que é por meio dele que observamos atividades docentes desenvolvidas para a problemática econômica, cultural, social e política que abrange toda a escola e, por conseguinte, consegue-se obter efeitos positivos com relação à educação. A metodologia do plano é importante, embora o mais essencial seja o entendimento do panorama da realidade no qual está atuando, de sua introdução no conjunto.

É necessário, tendo em vista a relevância de um método que dirige o processo de educação, entender o planejamento como tomada de decisões, embora essas decisões não sejam todas inevitáveis, estando o plano como um procedimento de evolução.

Desse modo, pode-se mencionar que cabe à instituição escolar a preparação de seus planejamentos curriculares, separando-se do direcionamento dado pelas normas, com o escopo de considerar as peculiaridades ambientais e as necessidades da sociedade, assim como as essencialidades dos alunos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro das inúmeras áreas de atuação na educação, o gestor escolar é responsável por planejar, liderar, organizar, monitorar, avaliar, e orientar os processos educacionais que se fizerem necessários, a fim de torná-los efetivos, cuja formação acadêmica deve ser na área de pedagogia.

Nos dias atuais, o gestor escolar enfrenta grandes dificuldades para o desempenho das suas funções, pois anteriormente, a concepção de educação infantil era apenas assistencialista e de zelo; em virtude das transformações ocorridas ao longo dos anos, inclusive no que diz respeito à legislação e as normas, além do respeito e atenção às diferenças, é imprescindível que as instituições de ensino ofereçam a todos os educandos as práticas educacionais

necessárias, cujo objetivo é potencializar o seu pleno desenvolvimento.

Após uma análise criteriosa foi possível constatar a escassez de produções científicas que abordem o tema da gestão escolar direcionado a educação infantil, tendo em vista que este tipo de gestão possui características muito peculiares, ou seja, os problemas apresentados são muito específicos, tais como: o contexto histórico da sua própria constituição inicial, as formas de organização, e principalmente o público ao qual se destina, isto é, crianças de zero a cinco anos de idade.

O processo de construção da gestão escolar da educação infantil é gradativo, pois ainda há muito que desassociá-lo das práticas pedagógicas de outros segmentos. Hodiernamente, a criança é considerada um sujeito em formação, e neste caso, é dotado de direitos, inclusive o direito de receber uma educação de qualidade. A escola, de uma maneira isolada é incapaz de construir o chamado “mundo novo”, entretanto, é um recurso social básico de grande serventia, pois, através da legislação específica, dos cursos de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos professores, a obtenção dos recursos financeiros, entre outros, é possível promover melhorias significativas na parte pedagógica e estrutural das unidades escolares.

Através do reconhecimento legal da educação infantil, torna-se impossível negar as conquistas obtidas ao longo dos anos, porém, verifica-se a necessidade de aprimoramento de determinadas conquistas

e principalmente a disponibilização de um maior número de vagas, bem como a construção de novas unidades escolares e a contratação de profissionais especializados; aquisição de material apropriado para o desenvolvimento das práticas pedagógicas; maior valorização dos profissionais que atuam na área, e a sociedade deve reconhecer o espaço educacional.

A gestão escolar baseia-se nos princípios de igualdade, liberdade, qualidade, gestão democrática e do próprio enaltecimento do magistério. É uma tarefa considerada complexa, pois o gestor não é apenas um professor, isto é, comumente assume a postura de administrador, além de ser o indivíduo que deve ser racional em todas as situações e ambiente; caracteriza-se como um grande observador e motivador, tanto em relação aos alunos quanto aos profissionais sob a sua gestão. O gestor escolar é um “idealizador de sonhos”, cujo objetivo precípua é o crescimento da unidade escolar através do alcance de metas pré-estabelecidas.

Apesar da exigência de um currículo oportuno, ou seja, formação ou pós-graduação em pedagogia, muitos gestores enfrentam uma série de dificuldades para o desempenho das suas atribuições, tais como: inexperiência administrativa, financeira e de pessoal, escassez de recursos financeiros, problemas de relacionamento entre os funcionários, compromisso e responsabilidade de cada profissional, falta de envolvimento e acompanhamento do núcleo familiar, entre outros fatores.

De acordo com a literatura pesquisada, acredita-se que a melhor opção em gestão escolar é optar pela descentralização, uma vez que os gestores são autônomos para a tomada decisória, ou seja, distribuição das responsabilidades quanto ao fracasso ou sucesso da unidade escolar, o que se torna um aspecto positivo e significativo; em contrapartida, a grande dificuldade deste método concentra-se no consenso para a tomada de decisão, tendo em vista que o ser humano possui severas dificuldades para aceitar a opinião alheia.

É de suma importância que os responsáveis legais se tornem cada vez mais ativos dentro da comunidade escolar, mediante um envolvimento mais representativo. A gestão de qualidade consiste na exposição dos problemas, nos diálogos, na ação conjunta das partes envolvidas, para que desta forma seja possível decidir a melhor maneira de solucionar os problemas existentes; neste processo, as análises, reflexões, discussões e propostas são feitas por meio de reuniões, palestras, ou qualquer meio pertinente.

5. CONCLUSÃO

Por meio do presente trabalho pode-se verificar a essencialidade da integralização dos gestores educacionais para a melhoria da educação infantil, eis que este é o ponto inicial da edificação de uma boa formação profissional.

A gestão escolar consiste em um ambiente de experiências coletivas, de

atividades pedagógicas, de ensinamentos e de debates políticos, os quais tornam possível uma administração embebida de característica educativa. Cada local possui uma compreensão de gestão escolar distinta, eis que esta diz respeito à realidade de cada um, sendo edificada também por pessoas que trazem as suas próprias experiências como um elemento peculiar.

Em virtude disso, a gestão escolar necessita ser firmada de forma coletiva, com a finalidade de que se possa proporcionar uma representação à instituição que, efetivamente, pode ser buscada por meio dos interesses do panorama escolar.

A obscuridade advinda de um plano pedagógico desencadeia a necessidade de

compreender e levar em consideração o plano como processo em permanente edificação, tendo efeitos mediatos ou então graduais. Isso demonstra a relevância da delimitação das condições possíveis de debate criativo a respeito do tema.

Os desafios de criar uma pedagogia infantil precisam ser colocados em debate na sociedade, com o escopo de ser verificada na escola a educação infantil como uma administração comprometida e eficiente.

Assim, entende-se que é através da realização da formação permanente na escola que os professores estão conseguindo criar suas representações, modificando esse local em um ambiente de importantes aprendizagens para todos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lde.pdf>> . Acesso em: 17 jan. 2009.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Escola Infantil: Pra que te Quero?** In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise (Orgs.) **Educação Infantil: Pra que te Quero?** Porto Alegre: Ed. Artmed, p. 13 a 22, 2001.
- CORTELLINI, C.M. **Investigações e ações na Educação Infantil: reorganizando a ação pedagógica.** Santa Maria, RS, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.
- FLORES, Vanessa Medianeira da Silva; TOMAZZETTI, Cleonice Maria. A gestão na educação infantil: concepções e práticas. Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul. 2012.

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- KULHMANN Jr., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. (org.) **Educação Infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

7. NOTA BIOGRÁFICA

Karen Santos D'Oliveira

Graduada em Pedagogia pela Universidade Salgado de Oliveira, especialização em Orientação Educacional e Pedagógica pela UCAM, especialização em Psicopedagogia pela UCB, especialização em Gestão Escolar: Orientação e Supervisão pela CBM. Cursa o Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad Columbia Del Paraguay- Py. Exerceu o cargo de Diretora Adjunta de escola pública do município Maricá/RJ e Assessora Pedagógica da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino do mesmo município. Atua como Orientadora Educacional na Prefeitura Municipal de Maricá/ RJ e Pedagoga na Fundação Municipal de Educação de Niterói/RJ (FME).



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

DIRIGENTE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES

ROSEMARY RAMOS E SILVA (rs.rosemary@hotmail.com) - Doutoranda em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguay e Gestora Municipal de Educação /Prefeitura Municipal de Cachoeirinha-PE.

RONALDO DO NASCIMENTO CARVALHO (dr.ronaldocarvalho@gmail.com) - Doutorando em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguay e docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.

RESUMO: O presente artigo analisou o papel do Dirigente Municipal de Educação frente os desafios, perspectivas e possibilidades da gestão democrática do Agreste Pernambucano, no âmbito da Gestão Democrática como política pública de educação, políticas educacionais, gestão pública, gestão educacional, gestão escolar, sistema educacional e educação básica. Como campos de concepção e implementação da iniciativa pública, políticas e gestão que se concretizam nas diversas esferas tendo como foco a Secretaria Municipal de Educação, visto que é um espaço de reconstrução das políticas públicas de educação. A pesquisa foi realizada com os dirigentes municipais de educação de cinco municípios do Agreste Pernambucano. Os resultados da pesquisa apontaram que o papel dos dirigentes atualmente vai além do processo administrativo, mediante o contexto, é necessário promover ações que gerem autonomia e tomada de decisões, para o fortalecimento das gestões. Conclui-se que o processo de uma gestão democrática só é possível com a quebra de alguns paradigmas ainda resistentes na gestão pública.

PALAVRAS-CHAVE: Dirigentes municipais. Gestão democrática. Políticas públicas.

RESUMEN: Este artículo analizó el papel del Director Municipal de Educación frente a los desafíos, perspectivas y posibilidades de la gestión democrática de Agreste Pernambucano, en el ámbito de la Gestión Democrática como política de educación pública, políticas educativas, gestión pública, gestión educativa, gestión escolar, sistema educativo. y educación básica. Como campos de concepción e implementación de la iniciativa pública, políticas y gestión que se materializan en las distintas esferas centradas en la Secretaría Municipal de Educación, ya que es un espacio para la reconstrucción de las políticas de educación pública. La investigación se realizó con los líderes de educación municipal de cinco municipios de Agreste Pernambucano. Los resultados de la investigación indicaron que el papel de los líderes actualmente va más allá del proceso administrativo, a través del contexto, es necesario promover acciones que generen autonomía y toma de decisiones, para fortalecer la gestión. Se concluye que el proceso de gestión democrática solo es posible con la ruptura de algunos paradigmas aún resistentes en la gestión pública.

PALABRAS CLAVES: Gerentes municipales. Gestión democrática. Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A Gestão Democrática em toda sua extensão possui uma magnitude que reflete todos os caminhos que perpassam o cenário educacional do ente federativo, aos estados e municípios, visto sua importância é que se aplicam suas definições e dimensão na cadeia das funções no que tange a educação.

Na iminência de se apropriar e expandir um tema tão oportuno e necessário no meio educacional é latente que se busque uma abordagem prática e teórica que valide e ofereça significado a essa temática como pressuposto para uma formação profícua na área de atuação do Dirigente Municipal de Educação, resultando na concepção de um estudo com relevância na área que lhe compete, buscando enlaces que suscitem novas formas de compreender e situar a gestão democrática no cenário atual, que é de suma importância para delimitar ações e fatores a serem investigados. Concebendo-a inicialmente segundo Bartnik (2011, p. 73), “a gestão do trabalho educativo assume diferentes conotações de acordo com a concepção que seus dirigentes detêm sobre educação, ensino-aprendizagem, formação humana e papéis dos sujeitos desse processo”.

É consenso tratar este tema, considerando ser extremamente vasto e abrangente, e que para enveredar por seus caminhos requer uma busca incisa do que se

quer abranger, pois é comum utilizar o termo de Gestão Democrática para generalizar tudo que compete a gerenciar cargos e funções educacionais, porém é preciso compreender que existe uma dimensão bem maior que mero emprego do termo.

Buscando estabelecer amplos diálogos com os Dirigentes Municipais de Educação - DME's, nomenclatura que é atualizada no decorrer deste estudo, neste foco inclui cinco municípios do Agreste Pernambucano dividido entre as microrregiões do Brejo e do Vale do Ipojuca, oriundos da GRE - Gerência Regional Centro Norte Caruaru - PE, visando conhecer os desafios, as perspectivas e as possibilidades dos DME's em seu papel de articulador, mediador e transformador das políticas públicas educacionais em cada município de acordo com sua realidade que se caracteriza por ser particular e peculiar, porém não tão diferente uns dos outros em seus anseios e diretrizes, visando oportunizar reflexões incomuns sobre a grande importância do seu papel no contexto democrático da educação municipal, sinalizando caminhos que possam ser observados, comparados, criticados, analisados, trabalhados, retrabalhados, implantados e implementados durante a construção do estudo em questão.

O estudo focalizou a investigação desses desafios, perspectivas e possibilidades dos Dirigentes Municipais de Educação do Agreste Pernambucano

divididos entre as microrregiões do Brejo e do Vale do Ipojuca, no âmbito da Gestão Democrática como políticas públicas de educação, gestão pública, gestão educacional, gestão escolar, sistema educacional e educação básica. Como campos de concepção e implementação da iniciativa pública, políticas e gestão que se concretizam nas diversas esferas tendo como foco a Secretaria Municipal de Educação (SME), visto que é um espaço de reconstrução e reinvenção das políticas públicas de educação. Tal entendimento é particularmente relevante para uma reflexão sobre o compromisso com uma educação básica de qualidade para todos, articulando a teoria e a prática, ressaltando aspectos relevantes que definam uma gestão democrática participativa e humanitária. São as inquietações e indagações que envolvem a gestão escolar na sua amplitude, promovendo uma gestão democrática, que requer uma série de fatores que se complementam.

Desta forma os DME's vislumbram alcançar metas e resultados que possibilitem um caminho, que traz à tona uma série de complexidades que estão intrinsecamente ligadas a diversos questionamentos presentes em uma gestão democrática.

2. METODOLOGIA

O estudo teve como classificação quanto à natureza, pesquisa aplicada do

ponto de vista estratégico, sondagem, com a devida abordagem a predominância qualitativa e em menor escala quantitativa, com objetivos descritivos, métodos predominantes teóricos e em menor escala matemáticos, cuja teoria é indutiva e sua temporalidade é transversal, com procedimentos técnicos diante do caminhar científico, onde foi utilizado questionário semiestruturado como instrumento de coleta de dados, com perguntas abertas e fechadas, entregue ao universo de cinco pesquisados, sobre o papel dos DME's em todos os níveis investigados, formando um compendio direcionado para um olhar educacional e administrativo.

Para amostragem do lócus da pesquisa, as Secretarias Municipais de Educação do Agreste Pernambucano em suas microrregiões do Brejo e do Vale do Ipojuca, onde a escolha dos municípios foi através da localização geográfica, como fator que contribuirá para fazer a analogia, uma vez que a proximidade entre as regiões, tanto do pesquisador como dos pesquisados facilitará o desenvolvimento da pesquisa, observando ainda a população estimada para 2018, de cada município com dados do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico - IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDHM, bem como o Índice de desenvolvimento da Educação Básica- IDEB referente ao ano 2017, de acordo com quadro abaixo:

TABELA 1 - PERFIL DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA PARA 2018	IDHM	IDEB-2017
Agrestina	24.702	0,592	4,4
Altino	22.959	0,598	4,7
Ibirajuba	7.756	0,580	5,1
São Caitano	37.119	0,591	4,8
Tacaimbó	12.890	0,554	4,2

FONTE: IBGE (2016)

A amostra dessa pesquisa caracteriza-se como não probabilística intencional e por quota proporcional. Foi realizado através de cinco DME's nas Secretarias Municipais de Educação que são jurisdicionadas pela Gerência Regional de Educação Centro Norte Caruaru- GRE-PE, que compõe 16 municípios em sua totalidade, dentre os quais selecionados foram cinco (05) municípios como amostra, representando 31,25% dos municípios de sua abrangência.

Foram incluídos neste estudo os voluntários que atuam no respectivo município que pertence ao núcleo da Gerência Regional de Educação Centro Norte Caruaru- GRE-PE, além de atuar em um dos cinco municípios selecionados de acordo com o IDEB e que possuem os programas educacionais semelhantes.

Foram excluídos do estudo os voluntários, cujo município apresenta-se geograficamente de difícil acesso, jurisdicionados pela Gerência Regional de Educação Centro Norte Caruaru- GRE-PE.

A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil, para análise ética e aprovada pelo Sistema de Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/CONEP da Universidade Católica de Pernambuco sob o parecer 2.147.317, que posteriormente foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, por todos os participantes.

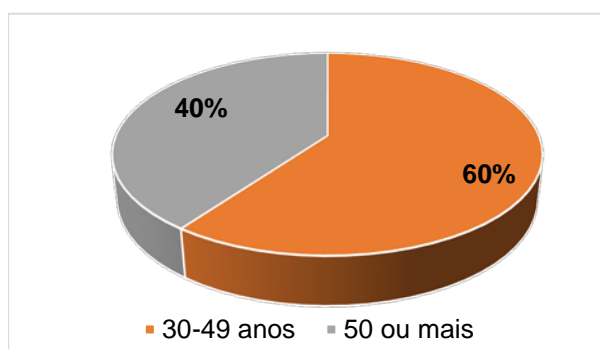
3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos através do questionário semiestruturado direcionado aos Dirigentes Municipais de Educação permitiu coletar informações do perfil

sociodemográfico com as seguintes perguntas: faixa etária, gênero, estado civil, escolaridade e tempo de atuação dos dirigentes.

Pode-se constatar no gráfico 1 a população de estudo, sendo que um percentual de 60% dos pesquisados estão na faixa etária entre 30 e 49 anos de idade, e 40% entre 50 anos ou mais.

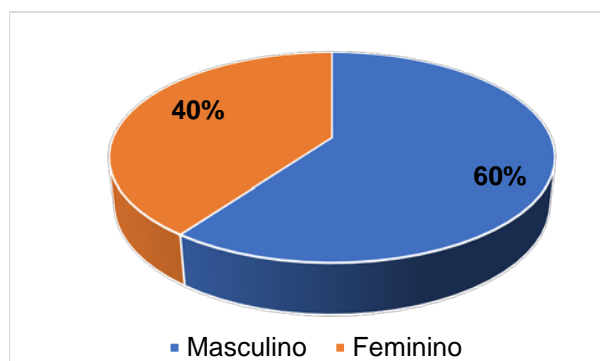
GRÁFICO 1: FAIXA ETÁRIA



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

Quanto ao gênero, no gráfico 2, foi observado que houve uma predominância de 60% do gênero masculino e 40% do gênero feminino.

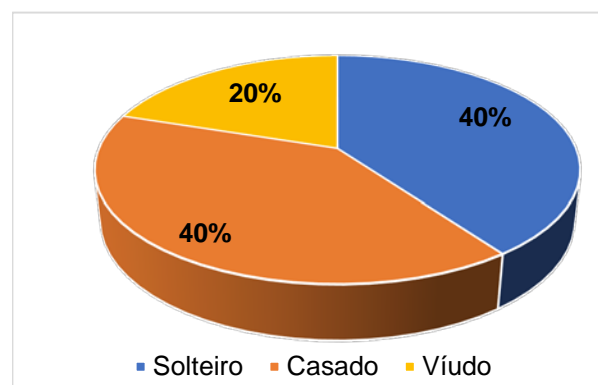
GRÁFICO 2: GÊNERO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

Referente ao estado civil dos pesquisados, verificou-se, no gráfico 3, um percentual de 40% solteiros, 40% casados e 20% viúvo.

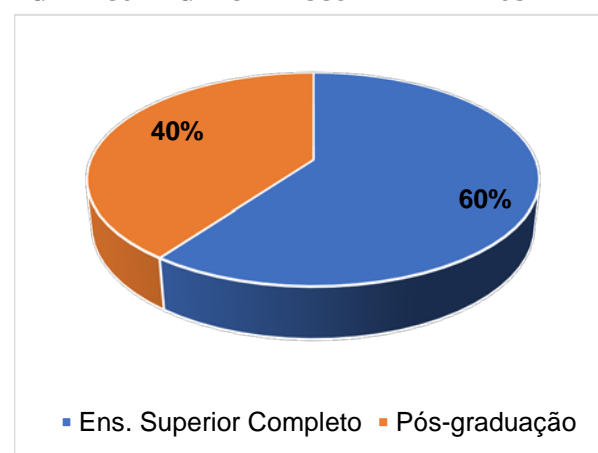
GRÁFICO 3: ESTADO CIVIL



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

No Gráfico 4, pode-se observar quanto ao grau de escolaridade que 60% dos pesquisados possuíam o Ensino Superior Completo e 40% Pós-graduação.

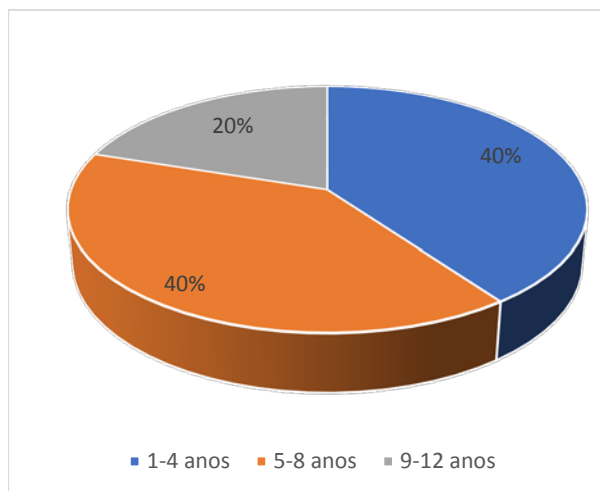
GRÁFICO 4: GRAU DE ESCOLARIDADE DOS DME



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

No gráfico 5, referente ao tempo de atuação dos DME's, constatou-se que 40% informaram que estavam no cargo a menos 4 anos e 40% acima ou igual a 4 anos.

GRÁFICO 5: TEMPO DE ATUAÇÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

Novas gestões educacionais municipais com viés democrático que fortaleça a realidade do município, só é possível através de discussões, reuniões e debates frequentes, que possibilitem o conhecimento prévio sociocultural, socioeconômico e a diversidade inserida no território municipal, para aplicabilidade dos mecanismos e práticas que democratizem o ensino, no entanto não foi encontrado outros achados que possam corroborar com os resultados pertinentes ao presente estudo.

Segundo Gadotti (2004).

É preciso entender o que é democratização para que se possa efetivá-la. A participação possibilita à população um aprofundamento do seu grau de organização. [...] ela contribui para a democratização das relações de poder no seu interior e, conseqüente, para a melhoria da qualidade do ensino. (GADOTTI, 2004. p. 16).

Mediante os desafios de uma perspectiva para o andamento de uma gestão democrática, participativa e humanitária se faz necessários levar aos envolvidos o entendimento que:

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade todos os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida. (GADOTTI, 2004, p. 16).

Mediante o olhar dos DME's essa questão reporta-se aos tantos desafios de uma educação vista como ambiente democratizador, com práticas coletivas sociais tendo como princípio norteador a promoção de processos, que envolvam tanto a parte administrativa quanto a pedagógica, que favoreçam a construção e a reconstrução de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para caminhos que possibilitem mudanças nas relações de poder e que todos os envolvidos tenham espaço para opinar, uma gestão democrática participativa só é possível

quando se estabelece mecanismos que possam ampliar a participação efetiva dos segmentos sociais elevando o poder de tomada de decisões participativas de todos que compõem a Secretaria de Educação, a escola, e os conselhos que agregam a sociedade civil e tem função de desenvolver ações de acompanhamento e controle social.

A democracia na sua tenacidade propõe que o gestor se conscientize que ele é um articulador de ideias, é o mediador de decisões nas ações, de forma que aqueles que estão em sua volta tenham liberdade de opinar sobre as decisões que envolva atividades no contexto educacional, engajados em um só objetivo, promovendo uma educação de qualidade e igualitária a todos.

Essa mudança de paradigma é marcada por uma forte tendência a adoção de concepções e práticas interativas, participativas e democráticas, caracterizadas por movimentos dinâmicos e globais, com os quais, para determinar as características de produtos e serviços, interação dirigentes, funcionários e clientes ou usuários, estabelecendo alianças, redes e parcerias, na busca de solução de problemas e alargamento de horizontes. (LUCK, 2008, p.12).

Segundo os DME's, vivenciar e fazer cumprir o PME é um dever que envolve um olhar especial por sua implementação, servindo como um novo documento para implemento de novas políticas públicas, que venha a ser construído em coletivo visando o

ensino de qualidade nas redes, e também foi dada a devida importância de que a política exerce sobre a educação dos municípios, ficando evidente que quando o DME tem em mãos elementos e instrumentos com autonomia para elevar o nível da educação municipal, cria-se elos e parcerias que compartilham do mesmo ideal, refletindo e fomentando aspectos que a rede necessita incorporar no seu PME.

Por fim, uma proposição indispensável de trabalho é o fato de que o PME tem que ter legitimidade para que haja sucesso. Planos elaborados por consultores ou em gabinetes são fadados ao fracasso, dessa forma a submissão ao amplo debate permite ações e apreciação de diferentes olhares e experiência que os segmentos sociais possuem sobre a realidade, que se faz necessário alterar ou incorporar ao Plano o legitimando, chamando a sociedade para cumprir seu dever fazendo cumprir o que propõe as metas, ainda no contexto atual se faz necessário um olhar criterioso quanto ao Regime de Colaboração previsto na CF de 1988 Art. 211, sendo oportuna uma avaliação, no que é proposto na essência como expõe a Lei, falta muito para essa equidade acontecer, pois organizar uma gestão democrática, a valorização do profissional da educação, a rede municipal e um sistema de ensino, dentre outras necessidades requer parceria e financiamento.

4. CONCLUSÃO

Concluimos que resultados da gestão democrática por intermédio de novas demandas deve ir além de uma administração limitada superando, transformando e democratizando a sociedade em que está inserida.

No que tange a democratização da gestão e da rede municipal de ensino, foi observado que: todos acreditam que o maior desafio de uma gestão democrática é a garantia de uma educação como direito humano tornando-se uma premissa irrestrita para uma sociedade desenvolver-se.

Dessa forma com os resultados obtidos através do estudo realizado foi possível uma percepção macro de como esses municípios são geridos diante das proposições apresentadas no questionamento, e de como cada DME rege a educação do seu município. Conforme vislumbrado pelos DME nessa pesquisa cada um trata e conduz sua rede conforme suas concepções e especificidades acerca da educação e dos parâmetros que pretendem atingir, focando na condução de sua atuação enquanto líder.

No que concerne aos resultados vislumbrados nesta pesquisa, abriu-se um compendio acerca do perfil dos DME frente à gestão democrática, ficando evidente que é uma área ampla e complexa, em que carece de pessoas capazes de assumir e ter as competências necessárias ao que compete o cargo, o que foi de conformidade constatar neste estudo.

Portanto, o DME não deve estar apenas como mentor de políticas para o governo, mas essencialmente como um articulador na mobilização de políticas no âmbito municipal embasando uma educação de qualidade, possibilitando assim a democratização da gestão e do ensino.

As relações de comando entre as esferas administrativas mais propriamente as educacionais são alvos de alta relevância de discussão e estudo, por inquietar sobre os aspectos de como esses municípios são geridos sob a tutela do DME frente à sua rede, assim verificou-se que os perfis apresentados são contundentemente distintos em relação a cada indagação proposta (inerente a cada ser humano essa particularidade), mas com espírito crítico do que estão fazendo e atuando convergindo para o que podem atingir em suas redes, bem como suas pormenorizações.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APOLINÁRIO, F. M. **Metodologia da ciência**. Filosofia e prática da pesquisa. 2ª edição. Cengage Learning, 2012.
- BASÍLIO, A. L. Centro de referência em educação integral. **Os Planos Municipais e o PNE: os planos municipais de educação e os processos participativos**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/noticias/os-planos-municipais-de-educacao-e-os-processos-participativos>.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 7ª edição, ano 1977.
- BARTNICK, H. L. de S. **Gestão Educacional**. Curitiba, PR: Editora: IBPEX Dialógica, 2011, p. 73.
- BÉRGAMO, M. S. R. **A gestão municipal da educação na região da AMVAPA: estudo filosófico e político das contradições estruturais da prática institucional, dos limites burocráticos formais e da cultura autoritária hegemônica**. Campina, SP. 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305007/1/Bergamo_MaraSuzanyRomano_M.pdf>. Acesso em: 17 de set. de 2019.
- _____. Secretaria de Educação e Esporte. Pernambuco. **GRs e Escolas**. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=77>>. Acesso em: 21 de ago. de 2019.
- _____. Ministério da educação. **O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>>. Acesso em: 13 de mai de 2019.
- _____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE)- Lei nº 13.005/2014**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.
- _____. Ministério da Educação. **Lei nº 11.494/2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 13 de maio de 2019.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.249**, de 13 de janeiro de 2016. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13249.htm>. Acesso em 13 de mai de 2019.

- _____. Constituição (1988). **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 24 de ago. de 2019.
- _____. Ministério de Educação. **Perfil dos Dirigentes Municipais de Educação (2010)**/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira. Diretoria de Estudos educacionais (Dired).- Brasília: O Instituto, p. 07-124, 2011. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/PERFIL+DOS+DIRIGENTES+MUNICIPAIS+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O+2010/7232b17e-f689-4313-bd9c-df4311a49934?version=1.3>>. Acesso em 24 de ago. de 2019.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Lisboa: Porto editora, 1982.
- BRUEL, L. de. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2010.
- CABRAL, N. Plano Nacional e Sistema Nacional de Educação: a difícil tarefa de conceber uma política de Estado. In: FRANÇA, M. ; MOMO, M. (Orgs.). **Processo Democrático Participativo: a construção do PNE**. Campinas-SP, Mercado de Letras, 2014.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41.
- DOURADO, L. F. A escolha dos dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2006, p. 79.
- _____. L. F. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, out. 2007, p. 921-946. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>>. Acesso em: 18 de set. de 2019.
- GADOTTI, M. **Gestão democrática com popular: planejamento e organização da educação nacional**. Instituto Paulo Freire, Série cadernos de formação. vol. 6, 2013.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª edição. São Paulo. Atlas, 1999.

- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**, V. 35, nº 3, p. 20-29, 1995.
- LÜCK, H. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. 9ª edição, Editora: Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2011. Série Cadernos de Gestão.
- _____. **Gestão educacional**: uma questão de paradigma. 4ª edição, Editora: Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2008. Série: Cadernos de Gestão.
- LÜDCK, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo. Editora Pedagógica e Universitária, 1986, p. 99.
- MALHEIROS, B. T. **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**: métodos, avaliação e utilização. Trad. De Ana thorell. 5ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3ª edição. trad.: Fátima Conceição Murad; Melissa Kassner; Sheila Clara Dystyler Ladeira. São Paulo: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, Ltda, 2006.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Rosemary Ramos e Silva

Graduada em Letras - Autarquia Educacional de Belo Jardim, Pós-Graduação Lato Sensu em Pedagogia: Gestão e Planejamento Educacional - Faculdade de Comunicação e Turismo de Olinda - FACOTTUR, Mestre em Ciências da Educação - Universidad Columbia del Paraguay. Atualmente Gestora Municipal de Educação /Prefeitura Municipal de Cachoeirinha-PE.

Ronaldo do Nascimento Carvalho

Graduado em Administração na Universidade Guarulhos – UnG, com especialização em Finanças e Gestão de Negócios no Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa IPEP, mestre em Administração pela Universidad Americana/PY, doutor em Administração pela Universidad Americana/PY e Pós-doutor pela Universidade Íbero-Americana/UNIBE-PY. Atualmente é docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

PROGRAMAS DE COMPLIANCE: CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA NECESSÁRIA PARA OBTENÇÃO DA GESTÃO DO *COMPLIANCE* EFICAZ

GUSTAVO NOVELLI FERREIRA (gustavorel@hotmail.com) - Mestrando em Administração na Univesidad Columbia del Paraguay – Assunção, Paraguay.

RONALDO DO NASCIMENTO CARVALHO (dr.ronaldocarvalho@gmail.com) - Doutorando em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguay e docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.

RESUMO: Os programas de *compliance*, atualmente, encontram-se em pleno desenvolvimento acadêmico, trata-se de uma prática que não está imbuída somente na doutrina jurídica, pois permeia, em sua maioria, a estrutura da gestão administrativa e de governança corporativa, ou seja, há quem correlacione o tema com atividade jurídica, porém, na prática, quem aplica os mecanismo da gestão do programa de *compliance* são profissionais da área de administração, contabilidade, finanças e auditoria. O presente artigo, propõe a definição e consolidação do conceito e estrutura indispensável para obtenção do programa eficaz, assim como os acontecimentos históricos mais relevantes que proporcionaram o desenvolvimento dessas atividades. Foram levantadas, de forma sucinta, as principais atividades convencionadas acerca da estrutura dos programas de *compliance*, e quais os principais momentos históricos disruptivos.

PALAVRAS-CHAVE: *Compliance*. Governança Corporativa. Estrutura da atividade de *Compliance*. Programa de *Compliance*.

RESUMEN: Los programas de *compliance*, actualmente, se encuentran en pleno desarrollo académico, se trata de una práctica que no está imbuida en la doctrina jurídica, pues permea en su mayoría la estructura de la gestión administrativa y la gobernanza corporativa, o sea, hay quien correlaciona el tema con sesgo jurídico, pero en la práctica, quien aplica los mecanismos de la gestión del programa de *compliance*, son profesionales del área de administración, contabilidad y finanzas. El presente artículo, propone la definición y consolidación del concepto y estructura indispensable para la obtención del programa de forma eficiente, así como los acontecimientos históricos más relevantes que proporcionaron el desarrollo de esas actividades. Se levantaron, de forma sucinta, las principales actividades convenidas sobre los programas de *compliance*, y cuáles los principales momentos históricos disruptivos.

PALABRAS CLAVES: *Compliance*. Gobernanza Empresarial. Estructura de la actividad de *Compliance*. Programa de *Compliance*.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do conceito de *compliance* advém de forma consonante com a implantação da ideia de integridade nas relações institucionais e organizacionais, públicas e privadas, assim como seu efeito na sociedade. O termo, segundo Coimbra e Manzi (2010, p.2), tem origem no verbo inglês *to comply* e significa cumprir, executar, obedecer, observar, satisfazer o que lhe foi imposto, ou seja, está ligado diretamente à execução de atividades as quais corroboram a observância normativa contínua na execução de seus processos, normativos esses, atrelados não somente ao âmbito regulamentar externo, mas também, no desenvolvimento de mecanismos internos de cada organização para a promoção da integridade, ética e combate à corrupção dentro das atividades realizadas. *O Bank for International Settlement (BIS)* define *Compliance Risk* como:

“O risco de sanções legais ou regulamentares, perdas financeiras significativas ou perda de reputação um banco pode sofrer como resultado de sua falha em cumprir as leis, regulamentos, regras, normas de organização auto-reguladora e códigos de conduta aplicáveis as suas atividades bancárias.” (BIS, 2008, p.4)

Logo, o artigo propõe esclarecer como as principais atividades dos programas de *compliance*, prática que transcende a esfera jurídica, pois está vinculado, em sua maioria nas atividades relacionadas ao escopo

administrativo. Giovanini (2016, p.20). define que “[...]cada vez mais, o *compliance* vai além do simples atendimento à legislação, busca consonância de princípios da empresa, alcançando a ética, a moral, a honestidade e a transparência”

A Gestão de *Compliance* então, define a necessidade de organizar os processos da uma companhia pautada na conduta ética e legal, produzindo benefícios intangíveis como, por exemplo, a promoção da reputação da empresa em relação aos *stakeholders* e consumidores. A perda reputacional produz efeitos de difícil mensuração financeira, segundo Manzi (2008, p.39), para entender a perda de reputação, parte-se do pressuposto que essa perda é baseada na forma pela qual os clientes e acionistas vislumbram a organização, essa avaliação fundamenta-se na identidade da organização, inclusive nas informações fornecidas pela empresa sobre sua visão, estratégia, missão, em suas ações no decorrer do tempo, na percepção da organização por parte de pesquisadores de opinião e terceiros com credibilidade, no desempenho, lucratividade e responsabilidade social,

Logo, é necessário evidenciar qual a estrutura proporciona o ambiente adequado para que os processos envolvidos com a gestão de *compliance* ocorram, fortalecendo, em conjunto com as demais áreas de um negócio, a implantação de mecanismos de controles internos por meio de mapeamento de processos, auditorias internas e externas, mitigando riscos, disseminando a cultura

sobre preceitos éticos e de conduta serem seguidos e seus reflexos. A adoção da estrutura voltada para o programa de *compliance* pode oferecer benefícios obtusos se observado a curto prazo, porém, o fortalecimento institucional dessa prática preserva não somente a imagem da empresa, mas também sua própria capacidade de perpetuação em conjunto com a sociedade, promovendo a sustentabilidade e perenidade do negócio.

Para Coimbra e Manzi (2010, p.7) o investimento em práticas que promovam o fortalecimento da cultura ética, preserva a responsabilidade civil e criminal de proprietários, conselheiros e executivos, pois reduz e previne erros administrativos. Esse fortalecimento, no que se refere à prevenção de ocorrência de fraudes, é perceptível quando há promoção da uma cultura do *compliance* a qual atinja todos os colaboradores e alta administração e *stakeholders*¹.

Os conceitos promovidos pelo *compliance* permeiam todos os processos dentro de uma organização, previne de falhas de execução, não somente devido a legislação vigente, mas também através da elaboração de normativos internos em conformidade com as boas práticas

administrativas. A adoção dessas práticas leva ao acultramento de forma endógena, uma vez que a normatização dos processos corrobora para o fortalecimento institucional do conceito de *compliance*.

2. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é de natureza exploratória, uma vez que a esfera de atuação da gestão do *compliance* ainda apresenta ambiguidade acerca da sua responsabilidade e aplicação. Na literatura existem diversos modelos para obtenção de um programa de *compliance* eficiente, os quais reduzam a exposição de organizações, corporações e instituições à probabilidade de ocorrência de eventos não desejados.

Para obter de forma sucinta a estrutura do programa foram utilizados como guias o documento Comitê da Basileia para Supervisão Bancária² (BCBS) 2005, *Compliance and the compliance function in banks*³, com orientações gerais para a composição de uma estrutura para gestão de *compliance* eficaz em instituições financeiras, o documento Os pilares do Programa de Compliance da Legal Ethics Compliance

¹ Stakeholder significa público estratégico e descreve uma pessoa ou grupo que tem interesse em uma empresa, negócio ou indústria, podendo ou não ter feito um investimento neles.

² O Comitê de Basileia, Basel Committee on Banking Supervision (BCBS), surgiu em no Bank for International Settlements (BIS) em 1974 após a quebra do banco alemão Herstatt Bank, visando estabelecer padrões de conduta, melhorar a qualidade da supervisão bancária e fortalecer a solidez e segurança do sistema bancário internacional.

³ Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs113.htm>>. Acesso em: 09 mar, 2019.

(LEC)¹, o documento Função Compliance² da Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI) por se tratarem de guias pontuais de implementação do programa.

Além dos guias, o estudo se amparou na literatura referenciada, tanto em relação

as atividades destinadas ao programa quanto em relação aos eventos históricos apontados que levaram o fortalecimento das atividades do Programa de Compliance de forma sucinta, convergindo as principais atividades.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO DE RESULTAOS

FIGURA 1: ESTRUTURA PROPOSTA PARA PROGRAMAS DE COMPLIANCE SEGUNDO A LEC



¹ Disponível em: < <http://conteudo.lecnews.com/ebook-pilares-do-programa-de-compliance>> Acesso em: 10 mar, 2019.

² Disponível em: <http://www.abbi.com.br/download/funcaoodecompliance_09.pdf> Acesso em: 10 mar, 2019

CONSOLIDAÇÃO DAS ATIVIDADES DESTINADAS AOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE

Conforme proposta do artigo, foram pesquisadas as principais atividades para obtenção de um programa de compliance em paralelo com os eventos históricos disruptivos os quais consolidaram as estruturas observadas. *Compliance* converge atividades de Controles Internos, Gestão de Riscos, Governança Corporativa e Auditoria, logo, serão discutidos tópicos relacionados a essas estruturas, fundamentais para obter-se um Programa de Compliance compatível com a dinâmica atual.

CONFORMIDADE COM AS LEIS, REGULAMENTOS E NORMAS

A observância contínua dos normativos e regulamentações referentes à atividade da organização e suas sanções, é o objeto de análise fundamental do risco de *compliance*, processo inerente à estrutura do Programa de Compliance, sendo um dos pilares para sua instituição.

É necessário criar rotina na gestão de *compliance* para o contínuo acompanhamento das regulamentações publicadas referentes à área de atuação.

De acordo com Giovaninni (2016, p.62), é pertinente se atentar a todos as leis

as quais estão atreladas ao funcionamento da organização. No caso, todos os aspectos legais devem ser acompanhados, tributário, trabalhista, ambiental, entre outros, quando aplicáveis ao nicho de atuação da empresa.

O processo regulatório da esfera privada iniciou-se em 1906, o governo norte americano, com o intuito de fiscalizar as atividades atreladas a saúde alimentar e ao comércio de medicamentos promulgou o Food and Drug Act ¹, que culminou no surgimento da primeira agência reguladora da história, a *Food and Drug Administration (FDA)*. Trata-se do primeiro marco regulatório para proteção do consumidor acerca das atividades do setor privado por meio da formulação de uma agência de controle.

Esse primeiro avanço foi imprescindível, dado que à época, pois o do conflito de interesses não era debatido até o momento, as empresas atuavam sem comprometimento com o bem-estar social e obtinham, muitas vezes, ganhos em detrimento do interesse coletivo.

ALTA ADMINISTRAÇÃO E CÓDIGOS DE ÉTICA E CONDUTA

Parte fundamental do programa, visa a promoção de valores em todos os segmentos da empresa, pois diz respeito a forma de condução dos negócios assim como os valores e missão.

¹ Disponível em: <<https://www.encyclopedia.com/history/united-states-and-canada/us-history/food-and-drug-act-1906>>. Acesso em: 23 jan, 2019.

Diante essa narrativa que deve prevalecer o conceito *tone from the top*¹ que define, segundo Giovanini (2014, p.61), que a atuação da alta administração deve ser voltada na promoção de conceitos éticos e íntegros disseminados pela prática de compliance, transformando sua empresa em referência no segmento. Os valores éticos devem ser maiores que quaisquer ganhos provenientes de arranjos os quais os apontamentos da gestão de compliance indiquem possível divergência regulamentar, mesmo que isso signifique uma perda em relação a probabilidade de um negócio lucrativo à instituição.

É necessário que o código de conduta e ética seja integralmente adotado por todos funcionários da organização usualmente, por meio de documento assinado de ciência dos padrões adotados pela Companhia, pois é parte integrante do documento as consequências acerca de eventuais violações do código, Coimbra e Manzi observam que:

“Trata-se de documento com duplo sentido, de um lado declaratório, com o objetivo de divulgar os valores e princípios da organização e legitimar a sua atividade, e de outro lado vinculativo, com o objetivo de regular a forma obrigatória de conduta da organização e das pessoas que fazem parte desta. O código de ética ou

de conduta deve estabelecer os valores da organização em sintonia com a sua visão e sua missão, refletindo e sua cultura e sua filosofia de atuação, em suma, a personalidade organização.” (COIMBRA & MANZI 2010, p. 84)

A história dos códigos de ética é difusa no decorrer da humanidade, em muitos momentos é possível verificar convenções sobre a forma de condução profissional, seja devido a questões religiosas, como também metodológicas. Guilliod (2009, p.22) aponta que as primeiras diretrizes dentro dessa linha podem ser observadas no Ayurveda², onde pauta a conduta de estudantes de medicina indianos acerca de seu compromisso e deveres com a profissão, assim como no Código Hamurabi³ (1.780 a.C).

A história em si demonstra a relevância do código de ética e conduta, pois determina área de atuação de profissionais ao redor do mundo, convergindo prática aos fatores morais e legais da sociedade de forma homogênea, tanto em relação à padrões locais, quanto internacionais, sendo um os pilares das metodologia para obtenção de um programa de compliance.

¹ Conceito que determina que o exemplo vem de cima, ou seja, o comprometimento da alta administração é indispensável para a consolidação e sucesso de uma iniciativa.

² Ayurveda é o conhecimento médico desenvolvido na Índia há cerca de 7 mil anos, o que faz dela um dos mais antigos sistemas medicinais da humanidade.

³ O Código de Hamurabi é um conjunto de leis criadas na Mesopotâmia, por volta do século XVIII a.C., pelo rei Hamurabi da primeira dinastia babilônica.

GESTÃO DE RISCOS

Riscos é parte integral de qualquer atividade exercida pelo ser humano, uma vez que faz parte do dia-a-dia de todos de forma intrínseca, por exemplo: quando acordamos e tomamos a decisão do que comer, caminho a percorrer, entre outros. O risco está diretamente ligado ao livre arbítrio, é ele que impulsiona o ser humano a empreitadas, pois possui correlação positiva com o ganho obtido. Damodaran (2009, p.27) enfatiza que a gestão de riscos como a atividade que pondera não somente a maneira de se proteger contra alguns riscos, como também quais os riscos que devem ser explorados e qual é a melhor maneira de explorá-los.

Segundo Bernstein (1998, p.8) a concepção de moderna de Risco tem raízes no sistema numérico Hindu-Árabe, porém, estudos mais profundos só foram desenvolvidos a partir da renascença, O *Chevalier de Méré* Antoine Gombaud, jogador da nobreza francesa, desafiou o matemático Blaise Pascal ¹ a antecipar, de forma matemática, a divisão das chances entre dois jogadores de êxito em um jogo o qual uma das partes está na frente. Conceito precípua à Gestão Riscos, uma vez que antecipa matematicamente, a probabilidade de ocorrência de eventos de acordo com o

apetite ao risco instituído pelas organizações. Outro momento oportuno a foi a composição do capital para cobertura do risco de crédito conhecido como Acordo de Basileia ² redigido em 1988 o *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*, criou a obrigatoriedade de se calcular valores para cobertura do risco das operações financeiras dos bancos. Mais tardar, o acordo se desdobrou nas versões II e III, as quais o cálculo foi ampliado para cobertura dos riscos operacionais, de liquidez e de mercado, considerando não somente as operações, mas todos os processos da instituição.

CONTROLES INTERNOS

Conforme metodologias e principais *frameworks* de controles internos (COSO³, COBIT⁴), a avaliação de riscos é parte integrante do processo para garantir que os controles e planos de ação sejam elaborados de acordo com a probabilidade a materialização do risco forma preventiva, proporcionalmente à sua materialidade e impacto. Ou seja, Gestão de Riscos e Controles Internos se complementam fundamentais ao programa de compliance. Controles Internos pode ser definido, como:

¹ Matemático, físico, inventor, filósofo e teólogo católico francês.

² Disponível em: <<https://www.bis.org/bcbs/history.htm>>. Acesso em: 30 mar, 2019.

³ O COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) é uma organização privada criada nos EUA em 1985 para prevenir e evitar fraudes nos procedimentos e processos internos da empresa.

⁴ COBIT (Control Objectives for Information and Related Technologies) é framework de boas práticas criado pela ISACA (Information Systems Audit and Control Association) para a governança de tecnologia de informação.

“[...] por qualquer atividade de verificação sistemática de um registro, exercida de forma permanente ou periódica, consubstanciada em documento ou outro meio, que expresse uma ação, uma situação, um resultado etc., com o objetivo de se verificar se existe conformidade com o padrão estabelecido, ou com o resultado esperado, ou ainda, com o que determinam a legislação e as normas” (GIOVANINI 2016, p. 233, apud GLOCK, 2007)

Controles internos é responsável por monitorar os riscos avaliados assim como elaborar mecanismos para preventivos e paliativos caso ocorram. O documento denominado *Internal Control – Integrated Framework*¹, elaborado pelo COSO, define controles internos como o processo realizado pela Alta Administração, Gerências e demais colaboradores com o intuito de garantir os objetivos operacionais, de conformidade e de informação da instituição.

De acordo com Assi, o desenvolvimento da atividade de controles internos conduz à uma atuação organizacional pautada no conceito de *compliance*:

“[...] quando se fala em *compliance*, referimo-nos aos sistemas de controles internos que permitam esclarecer e proporcionar maior segurança àqueles que se utilizam da contabilidade e de suas demonstrações financeiras contábeis para feito de análise econômico-financeira e de gerenciamento operacional e de riscos de

liquidez; incluindo nesses controles a prevenção à realização de eventuais operações ilegais, fraudulentas e que culminem em desfalques não somente à instituição como também a clientes, fornecedores e investidores.” (ASSI, 2013, p.30)

A prática é consonante com a formação da *Securities and Exchange Commission (SEC)* nos Estados Unidos, agência regulatória do mercado títulos, que em 1960 passa a insistir na contratação de *Compliance Officers*, para criar procedimentos internos de controles, treinar pessoas e monitorar as regulamentações do setor, auxiliando as demais áreas do negócio a obter a efetiva supervisão sobre a regulamentação destinada a seus processos². Em 1985 ocorre a criação da *National Commission on Fraudulent Financial Reporting*, comissão averiguar as causas de fraudes em relatórios financeiros e contábeis e desenvolver recomendações para empresas públicas e seus auditores independentes, assim como para instituições educativas³, entidade predecessora ao *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, organização dedicada até hoje na melhoria dos relatórios financeiros, sobretudo pela aplicação da ética e efetividade no cumprimento dos controles internos, e instituidora do principal framework de controles internos da atualidade.

¹ COSO PwC. **Internal Control – Integrated Framework**: Framework and Appendices. Set 2012.

² ABBI – Associação Brasileira de Bancos Internacionais. Função de Compliance. Disponível em: <http://www.abbi.com.br/download/funcaoodecompliance_09.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

³ Disponível em: <<https://www.coso.org/Pages/aboutus.aspx>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

A instauração de procedimentos acerca dos controles internos tem como marco, também, a lei americana Sarbanes-Oxley (Sox) de 2002, que segundo Borgerth (2007) criou regras e sanções com o intuito de inibir condutas fora dos padrões éticos, melhorando a confiabilidade acerca da publicação de informações sobre as empresas por meio da promoção dos controles internos e governança corporativa, além de promover a ideia do combate ao conflito de interesse, ou seja, o lucro a qualquer custo.

“A SOX é uma das leis mais abrangentes já sancionadas na história do mercado de capitais mundial e sua abrangência é ampla e diversificada no que tange a normas, procedimentos e sanções aplicáveis às empresas, seus dirigentes, auditores, advogados e até analistas de mercado.” (BELLI et al, 2016, p. 42)

Logo, dentro do programa de compliance essa atividade é imprescindível para seu êxito, pois, além, de promover a ética, combate de forma preventiva, por meio do mapeamento de risco e controles, a ocorrência de eventos indesejáveis, mesmo que o controle seja implícito dentro do processo produtivo em diversas etapas.

COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO

Muitas das falhas de *compliance*, advém do desconhecimento dos conceitos normatizados nas publicações da área, ou seja, se a cultura de *compliance* for

promovida de forma adequada, em toda a instituição, quaisquer ações que estejam em divergência aos conceitos serão alvo de avaliação acerca da sua execução, Coimbra e Manzi afirmam, que.

“Seja por motivos culturais, seja pelo desconhecimento das normas, as pessoas tendem muitas vezes a burlar o programa de *compliance*. Os grandes escândalos de governança corporativa foram causados por condutas criminosas de pessoas, em regra, líderes de organizações. Daí a importância da disseminação da cultura e dos treinamentos para evitar as falhas de *compliance* por desconhecimento do programa e das normas, ou ainda para criar uma nova cultura de integridade.” (MANZI & COIMBRA, 2010, p.87).

Assim, para que a implementação do programa de fato obtenha êxito é necessário que os valores normatizados sejam publicados de forma clara, alcançando o colaborador em todas as etapas, criando uma cultura perene pautada na ética.

Giovanini elenca objetivos que devem ser focados no programa de aculturação sobre compliance como:

[...] 1) assegurar a todas as pessoas entenderem e assumirem para si os valores da empresa; 2) garantir que os funcionários guiem suas ações pelos mais elevados padrões éticos; 3) comunicar regras e expectativas da empresa a todo o público interno e externo com relação à integridade; 4) promover o comportamento ético e íntegro em todas as ações; 5) fortalecer o papel de cada um na consolidação da empresa como uma

instituição íntegra; buscar o comprometimento e apoio de todos ao programa de *compliance*; 6) disseminar o significado de ética e integridade no dia a dia das pessoas; 7) demonstrar as ações para incentivar outras empresas logo se engajarem na causa em prol da integridade; 8) Explicar o que a empresa esperar de seus parceiros; entre outros.” (GIOVANINI, 2016, p.293)

O acultramento é realizado por meio de publicações na rede, divulgação do código de ética e conduta, vídeo explicativos, *workshops* sobre a cultura de *compliance*, eventos específicos voltados ao *compliance*, testes de reação, entre outros.

Em 1998 foi desenvolvida a pedido da *Australian Competition and Consumer Commission*¹ (ACCC), para apresentar princípios para o desenvolvimento, a implementação e a manutenção de programas de *compliance* em organizações públicas e privadas se desdobrando na norma AS 3806:1998 que, posteriormente, foi reeditada na norma AS 3806:2006. Para Cicco (2008, p.8), o primeiro normativo orientando as organizações nos procedimentos para obter um programa de *compliance* adequado, sendo referência na elaboração da legislação e normas de outros países. A norma é pontual acerca de treinamentos em seu sétimo princípio explica que as competências e as necessidades de treinamento são

identificadas e levadas em consideração, a fim de permitir que os funcionários cumpram com suas obrigações de *compliance*.

Porém, cabe ao programa promover treinamentos também sobre crimes de lavagem de dinheiro, corrupção, conflitos de interesses, entre outros, com o intuito de promover a ética como tônica na condução dos negócios.

CANAIS DE DENUNCIA, COMUNICAÇÃO E INVESTIGAÇÕES INTERNAS

Parte integrante da dinâmica de aplicação do código de conduta, o canal de denúncias auxilia a administração e colaboradores sobre a ocorrência de desvios ocasionados, fraudes, corrupção, conflitos de interesses, entre outros.

Giovanini (2016, p.244) levanta que além do canal, outros métodos podem ser utilizados para iniciar uma investigação, como suspeitas, alegações, análise de controles, constatações em auditorias, análise crítica de processos, indicadores, entre outros.

As investigações devem ser realizadas por pessoas aptas, conhecedoras da atividade da empresa e seus processos,

¹ O ACCC promove a concorrência e o comércio justo nos mercados para beneficiar os consumidores, as empresas e a comunidade. Também regulam os serviços de infraestrutura nacional.

“As empresas devem ter processos internos que permitam investigações para atender prontamente às denúncias de comportamentos ilícitos ou antiéticos, tais processos devem garantir que os fatos sejam verificados, responsabilidades identificadas e, em sendo necessário, definir sanções (medidas disciplinares, por exemplo) e ações corretivas mais apropriadas e consistentes a serem aplicadas, não importando o nível do agente, gerente ou funcionário que as causou”. (SIBILLE & SERPA, 2016, p.14).

Canais de denúncias tem como precursor a ideia do *Whistleblower*¹, em alusão aos policiais ingleses que utilizavam o apito para quando observado a ocorrência de algum crime. Dasgupta e Kesharwani (2010, p.9) levantam que em 1989, foi promulgado nos Estados Unidos o *Whistleblower Protection Act*, lei que protege informantes ou agentes governamentais que denunciam atitudes ilícitas dentro da esfera governamental, posteriormente, portado para lei Sarbanes-Oxley, em 2002, com o intuito de promover a prática e resguardando os denunciadores que se sentissem retaliados por denúncias no ambiente privado.

AUDITORIAS INTERNAS E EXTERNAS.

O programa de compliance propõe um sistema capaz de instaurar procedimentos e normativos capazes de prevenir, reduzir e

remediar a ocorrência de eventos corrosivos aos processos produtivos das empresas, pautados na promoção da ética e combate à corrupção, subsidiando e resguardando a empresa e *stakeholders*. Logo, é parte vital do programa o monitoramento dos pontos de auditoria, tanto internas como externas, a auditoria faz parte do ciclo, prevenir, detectar e corrigir, sendo esses os pilares do programa, segundo Giovanini (2016, p.51).

A auditoria interna possui papel fundamental na detecção, Assi (2017, p.53-54) evidencia o modelo promovido pelo *The Institute of Internal Auditors*² que consiste em 3 linhas de defesa, Controles, Gestão de Riscos e Auditoria interna como pilares da governança corporativa. Para o autor, a auditoria interna deve garantir avaliações abrangentes à estrutura de governança e alta administração no maior nível de independência possível, inclusive dos procedimentos determinados pela primeira e segunda linha em relação ao objetivo a ser alcançado.

Antonik (2016, p.71) esclarece que muitos entendem a auditoria interna como custo, porém, é essencial na avaliação e melhoria dos processos de gestão de riscos, controles internos e governança. No que tange a auditorias externas o autor afirma (2016, p.39) que essas possuem papel fundamental para prevenir problemas, pois, apontam erros e sugerem melhorias, e que em muitas vezes, é melhor manter a mesma

¹ Denunciante que expõe uma má conduta, atividade desonesta ou ilegal que ocorre em uma organização pública ou privada

² Associação profissional internacional dos profissionais de auditoria.

empresa de auditoria externas, pois, o aprofundamento acerca da estrutura promove uma visão mais acurada sobre possíveis ocorrências, anteriormente, não identificadas.

A atividade de auditoria é complementar a conformidade do programa compliance, o documento Função Compliance da ABBI (2009, p.14), esclarece que a auditoria verifica de forma aleatória e temporal o cumprimento, o compliance executa essas atividades permanentemente, conforme normas e processos internos para prevenção e controle dos riscos envolvidos.

Ramamoorti (2003, p.3) revela que a necessidade de auditorias externas e internas de forma independente para redução de erros nas informações, avaliações inapropriadas e fraudes. Segundo o autor é vislumbrar procedimentos de auditoria cerca de 4.000 a.C, em relação a coleta de impostos. Esses procedimentos foram realizados no decorrer da história para coibir possíveis funcionários fraudadores.

Porém, no século XX, os sistemas europeus de escrituração contábil e auditoria foram introduzidos nos Estados Unidos. Como as atividades de negócios cresceram em tamanho, escopo e complexidade, foi necessária uma função interna e separada que verificasse as informações contábeis usadas para a tomada de decisões pela administração. Por volta da

virada do século o estabelecimento de uma função de auditoria interna foi formalizado, a função se tornou responsável "Coleta cuidadosa e relatório interpretativo de fatos comerciais selecionados".

4. CONCLUSÃO

Conforme observado no estudo, *compliance* não diz respeito somente ao atendimento das regulamentações, *compliance* é um apanhado de esforços e estruturas, necessários ao combate à corrupção, conflito de interesses, fraude, entre outros tipos de eventos que possam minar a atividade produtiva, tanto em relação ao o processo propriamente dito, assim como a percepção que a sociedade e *stakeholders*.

No decorrer do mesmo, foram levantados diversos processos e mecanismos, já existentes no ramo administrativo que compõe a estrutura necessária para obter-se um programa de compliance empresarial pautado nas melhores práticas da atualidade. Ou seja, o programa de compliance, para atender todos os conceitos elencados à prática, necessita que exista essa estrutura dentro da atividade, para que sua atuação seja eficaz.

Assim, utilizando-se de uma estrutura centralizada, onde é instituído a gestão de *compliance* propriamente dita, ou dispersa, onde há uma responsável pelo *compliance*, *compliance officer*¹, porém, as atividades da

¹ Profissional com a missão de garantir que todos os procedimentos realizados pelos funcionários estão de acordo com os regulamentos internos e com as leis externas à empresa.

gestão são diluídas dentro da estrutura evidenciada pelo artigo, é necessário que procedimentos acerca dessas atividades estejam estabelecidos e normatizados dentro das empresas com intuito de garantir os instrumentos necessários para que essa esteja em pleno atendimento regulamentar e social no exercício de suas atividades.

É fundamental entendermos que as boas práticas para programas de *Compliance* estão circunscritas, também, em como as organizações definem aspectos operacionais e de governança. Conclui-se que, apesar de primordialmente a terminologia *compliance* estar associada a questões jurídicas, os

mecanismos relacionados por programas de *compliance* estão inseridos em diversos níveis organizacionais, e essa estrutura promove a clareza necessária para a organização obter padrões de conduta que irrigarão a instituição de preceitos éticos em suas operações. Por meio da adesão das atividades relacionadas é possível reduzir a ocorrência de não conformidade da instituição, assim como atuar de forma preventiva no combate a corrupção e ao desvio de conduta com o intuito de dirimir os impactos nevrálgicos da não normatização das suas atividades, tornando a empresa mais transparente, ética e integra em seu relacionamento com os stakeholders.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBI. FEBRABAN. PWC, Price Waterhouse Coopers. **Função de Compliance**. 2009. Disponível em: <http://www.abbi.com.br/download/funcaoodecompliance_09.pdf>. Acesso em: 15 fev, 2019.
- ANTONIK, L. **Compliance, Ética, Responsabilidade Social Empresarial: Uma Visão Prática**. Rio de Janeiro, Alta Books, 2016.
- ASSI, M. **Gestão de Compliance e seus Desafios**. São Paulo: Saint Paul, 1ª Ed., 2013.
- ASSI, M. **Governança, Riscos e Compliance**. São Paulo, Saint Paul, 1ª Ed., 2017.
- BELLI, N. MARCIANO, L M. MILANI FILHO, M A. POKER JÚNIOR, J H. **Análise da Percepção dos Efeitos da Lei Sarbanes-Oxley nas Empresas Brasileiras que possuem ADRs**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 21, n.3, p. 40 - p. 27, set/dez., 2016. ISSN 1984-3291. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/2955/2387>>. Acesso em: 20 abr, 2019.

- BIS, Bank for International Settlements. **Compliance and the Compliance Function in Banks**. Bank for International Settlements Press & Communications CH-4002 Basel, Suíça, 2005. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs113.htm>>. Acesso em: 21 fev, 2019.
- BIS, Bank for International Settlements. **Implementation of Compliance Principles: A survey**. Bank for International Settlements Press & Communications CH-4002 Basel, Suíça, 2008. Disponível em: <<https://www.bis.org/publ/bcbs142.pdf>>. Acesso em: 09 mar, 2019
- BERNESTEIN, P L. **Against the Gods: The Remarkable Story of Risk**, US, Wiley & Sons, 1998.
- BORGERTH, V. M. da C. **SOX: Entendendo a Lei Sarbanes-Oxley: um caminho para a informação transparente**. São Paulo: Cengage Learning, 2007. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/10055>> Acesso em: 10 mar, 2019.
- CICCIO, F. **Programas de Compliance A norma AS 3806:2006**, ED. Risk Tecnologia, São Paulo, 2008.
- COIMBRA, M; MANZI, V A. **Manual de Compliance - Preservando a Boa Governança e a Integridade das Organizações**, São Paulo, Atlas, 2014.
- DAMORADAN, A. **Gestão Estratégica do Risco: Uma Referência para Tomada de Riscos Empresariais**, Porto Alegre, Editora Bookman, 2009.
- DASGUPTA, S.; KESHARWANI, A. **Whistleblowing: A survey of literature**. The IUP Journal of corporate Governance. v.9, n.4, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/976633/Whistleblowing_A_Survey_of_Literature> Acesso em: 01 abr, 2019.
- GIOVANINI, W. **Compliance A excelência na prática**. São Paulo, Compliance Total, 1º Ed., 2014.
- GUILLIOD, A. **A História da Ética na Medicina. Conselho Federal de Medicina**. Revista: Pensar e Dizer. Jun 2009. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/novocodigo/pdf/materia_jornal6.pdf>. Acesso em: 02 abr, 2019.
- METCALF, J. **Ethics Codes: History, Context and Challenges**. Data & Society Research Institute, nov, 2014. Disponível em: <<https://bdes.datasociety.net/wp-content/uploads/2016/10/EthicsCodes.pdf>>. Acesso em: 26 mar, 2019.

- MANZI, Vanessa. **Compliance no Brasil, consolidação e perspectivas**, São Paulo, Saint Paul, 2008.
- PWC, PriceWaterhouseCoopers. COSO. **Gerenciamento de Riscos Corporativos: Estrutura Integrada**. Jersey City, 2007.
- SIBILLE, Daniel. SERPA, Alexandre. **Os Pilares do Programa de Compliance: Uma Breve Discussão**, Legal Ethics Compliance, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://conteudo.iecnews.com/ebook-pilares-do-programa-de-compliance>> Acesso em: 12 mar, 2019.
- RAMAMOORTI, Sridhar. **Research Opportunities in Internal Auditing**. Institute of Internal Auditors Research Foundation, 2003. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.464.2403&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 14 abr, 2019.

6. NOTAS BIOGRÁFICAS

Gustavo Novelli Ferreira

Graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário IESB, com especialização em Controladoria e Finanças pelo Centro Universitário IESB, pós graduando em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, atualmente, investidor autônomo do Mercado Financeiro.

Ronaldo do Nascimento Carvalho

Graduado em Administração na Universidade Guarulhos – UnG, com especialização em Finanças e Gestão de Negócios no Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa IPEP, mestre em Administração pela Universidad Americana/PY, doutor em Administração pela Universidad Americana/PY e Pós-doutor pela Universidade Íbero-Americana/UNIBE-PY. Atualmente é docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

DISCIPLINA: UM DOS FATORES QUE INFLUENCIAM A QUALIDADE DO ENSINO BRASILEIRO

CELMA ELIETE DE QUADROS PADILHA (celma_padilha@yahoo.com.br) – Mestranda em Ciências da Educação - Universidade Columbia/Assunção-Paraguai. Licenciatura em Pedagogia formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa no ano 2016, Bacharel em Enfermagem formada pela Faculdade Campo Real ano 2016.

RESUMO: Este artigo trata se de uma revisão bibliográfica de artigos e teses encontrados no portal da CAPES, Plataforma Sucupira, Revista Qualis. É uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. Sabe-se que um dos grandes fatores que influenciam a qualidade no ensino brasileiro está muito ligado nas questões de indisciplina nas salas de aulas, em análise de estudos percebe se que tanto os professores, alunos, família estão perdido no molde de como contribuir para, o conhecimento dos alunos e fazer com que aprendam e sejam criativos trazendo bons resultados perante a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Indisciplina, qualidade de ensino brasileiro.

RESUMEN: Este artículo es una revisión bibliográfica de artículos y tesis encontrados en el portal CAPES, Plataforma Sucupira, Revista Qualis. Es una investigación cualitativa, descriptiva y exploratoria. Se sabe que uno de los principales factores que influyen en la calidad de la educación brasileña está estrechamente relacionado con los problemas de indisciplina en las aulas, en el análisis de los estudios está claro que tanto los maestros como los estudiantes y la familia están perdidos en el molde de cómo contribuyen a ellos. Conocimiento de los alumnos y hacerlos aprender y ser creativos aportando buenos resultados a la sociedad.

PALABRAS CLAVES: Indisciplina, calidad de la educación brasileña.

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que um dos grandes fatores que influenciam a qualidade no ensino brasileiro está muito ligado nas questões de indisciplina nas salas de aulas, em análise de estudos percebe-se que tanto os professores, alunos, família estão perdidos no molde de como contribuir para, o conhecimento dos alunos e fazer com que aprendam e sejam criativos trazendo bons resultados perante a sociedade. Como compreender as questões “indisciplina” perante tantas diferenças culturais sociais...?

Segundo Souza et al (2013) Percebe-se que o Brasil precisa rever seus conceitos educacionais principalmente a questão da indisciplina que é um quesito preocupante para o âmbito educacional na atualidade onde os valores deixados de lado sendo substituído por permissividade exagerada de forma compensatória. A escola e sociedade precisam de uma visão mais ampla com novos métodos trabalhar conscientização, fazendo com que o alunado entenda seus direitos mas principalmente seus deveres e os pais devem resgatar e inserir valores morais e sociais na educação de seus filhos.

Godoy et al (2006) a indisciplina escolar resulta de um processo compartilhado com pessoas e outros elementos da cultura na qual os sujeitos estão inseridos. O comportamento indisciplinado dependerá, portanto, de experiências e de relações com o grupo social e a época histórica. Acredita-se que a

família sendo o primeiro contexto social, a criança e o jovem ao longo de seu desenvolvimento não dependem somente das experiências vivenciadas no interior da família mas das inúmeras aprendizagens do indivíduo em diferentes contextos socializadores como instituições, meios de comunicação, práticas sociais entre outros instrumentos de mediação.

Souza et al (2012) afirma que trabalhar limites e a disciplina nas escolas pode ser uma medida muito eficaz, pois conscientizando crianças, adolescentes e jovens para o desenvolvimento de uma consciência cidadã, com princípios de civilidade, responsabilidade diminuindo assim o comportamento desagregado com menos problemas sociais.

Percebe-se através de estudos que a sociedade precisa se de resgate de valores, limites, diálogo, participação dos pais na vida dos filhos, com menos ação compensatória e permissividade exagerada. A escola deve atuar na formação de cidadãos, críticos que entendam seu papel na sociedade atual.

2. METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como um estudo de revisão bibliográfica descritiva, exploratória com abordagem qualitativa, de artigos e teses encontrados no portal da CAPES, Plataforma Sucupira, Revista Qualis, podemos observar os estudos sobre indisciplina encontramos trabalhos aos quais utilizamos como objeto de estudo.

3. MARCO TEORICO

3.1. CARACTERÍSTICA DA INDISCIPLINA NA ATUALIDADE

Segundo Amado et. al (2012) A problemática indisciplina é tão antiga quanto a escola, porém, vem adquirindo características e intensidade diferentes conforme a época e a sociedade. Nos tempos atuais tornou-se uma questão com grande visibilidade, vinculada nos mais diversos meios de comunicação que traz grandes preocupações não só as instituições mas a toda a opinião pública. Torna-se indispensável um olhar atento e cientificamente fundamentado para que se compreenda suas causas e suas efetivas expressões.

Garcia (1999) A indisciplina apresenta diversas causas podendo ser externas ou internas, na externa encontramos por exemplos a influência exercida pelos meios de comunicação, violência social e o ambiente familiar. Na interna inclui ambiente escolar, condições de ensino-aprendizagem os modos de relacionamento humano o perfil dos alunos, e suas capacidades de adaptação escolar. Precisa-se desenvolver políticas internas para lidar com formas preventivas com a indisciplinas, formação profissional, formação acadêmica com foco de instrumentalização e inovação profissional.

Segundo Souza et. al (2013) nas últimas décadas, houve uma crescente

evolução da sociedade baseada no capitalismo, nos meios de produção, na tecnologia desenvolvimento econômico onde se prioriza o ter, a estrutura e convivência familiar obtiveram mudanças significativas um dos motivos foi o ingresso da mulher no mercado de trabalho as famílias tornaram-se mais fragilizadas, e trouxe consequências na estruturação familiar, e os pais em busca de suprir sua ausência no âmbito familiar, optaram pelo caminho da permissividade excessiva, já não encontram tempo para educação de sua família, deixando de lado transmissão de valores morais, cívicos, religiosos, sociais e éticos, tão importantes e essenciais para a vida em sociedade.

3.2. COMPREENDENDO A INDISCIPLINA NO COTIDIANO ESCOLAR

Segundo Alves (2006) através de análise do cotidiano escolar percebe-se que levanta uma série de questões ligadas à indisciplina em sala de aula, constituída em uma das maiores dificuldades encontradas por muitos educadores em sua prática educativa. Esta dificuldade constitui-se em motivo de preocupação para instituições escolares, profissionais da educação, de um modo geral, e pais. Essa realidade, presente em salas de aula, tem deixado esses profissionais impotentes e sem saber o que fazer diante de tal preocupação.

Para Rego (1996) conceito indisciplina está longe de ser consensual, como todo o processo cultural não é estático, uniforme

nem tão pouco universal e sim se relaciona com conjuntos de valores e expectativas que variam ao longo da história. A escola apresenta um certo comodismo e pouca formação docente que sirva como base para lidar com diferentes culturas, histórias, famílias, expectativas, experiências, pensamentos etc. Autora afirma que a indisciplina varia de acordo com muitos fatores direta ou indiretamente distribuídas, igualmente, entre a escola, os familiares, a ausência de limites, as desigualdades sociais, o aluno e o professor. Por mais que as justificativas esteja focada no ambiente familiar há influências da sociedade, da mídia como um todo, nas carências, as mais diversas, sente-se da necessidade de trabalho, ação organizada e articulada por parte da equipe pedagógica, e sociedade em geral.

AQUINO (1998) O tema disciplinar depende de cinco regras éticas o professor deve levar em consideração possíveis balizas de convivência no seu trabalho cotidiano, os seus "problemas" disciplinares deixarão de ser prioritários, uma vez que elas instauram a intervenção do professor, e não as condutas da clientela, como norte da ação escolar. Também, em nosso ponto de vista, trata-se do único antídoto contra o fracasso escolar ou os tais "distúrbios de aprendizagem", e até mesmo contra a terrível falta de credibilidade profissional que nos assola e da qual padecemos tão severamente nesses últimos tempos. E quais são essas regras?

A primeiríssima regra implica a compreensão do aluno-problema como um porta-voz das relações estabelecidas em sala de aula. O aluno-problema não é necessariamente portador de um "distúrbio" individual e de véspera, mesmo porque o mesmo aluno "deficitário" com certo professor pode ser bastante produtivo com outro. - a segunda regra ética refere-se à des-idealização do perfil de aluno. Ou seja, abandonemos a imagem do aluno ideal, de como ele deveria ser, quais hábitos deveria ter, e conjugemos nosso material humano concreto, os recursos humanos disponíveis. O aluno, tal como ele é, é aquele que carece (apenas) de nós e de quem nós carecemos, em termos profissionais. - a terceira regra implica a fidelidade ao contrato pedagógico. É obrigatório que não abramos mão, sob hipótese alguma, do escopo de nossa ação, do objeto de nosso trabalho, que é apenas um: o conhecimento. E imprescindível que tenhamos clareza de nossa tarefa em sala de aula para que o aluno possa ter clareza também da dele. A visibilidade do aluno quanto ao seu papel é diretamente proporcional à do professor quanto ao seu. A ação do aluno é, de certa forma, espelho da ação do professor. Portanto, se há fracasso, o fracasso é de todos; e o mesmo com relação ao sucesso escolar. - a quarta regra é a experimentação de novas estratégias de trabalho. Precisamos tomar o nosso ofício com o um campo o privilegiado de aprendizagem, de investigação de novas possibilidades de atuação profissional. Sala de aula é laboratório pedagógico, sempre! Não é o aluno que não se encaixa no que nós oferecemos; somos nós que, de certa forma, não nos adequamos às suas possibilidades. Precisamos, então,

reinventar os métodos, precisamos reinventar os conteúdos em certa medida, precisamos reinventar nossa relação com eles, para que se possa, enfim, preservar o escopo ético do trabalho pedagógico. - a última regra ética, e com a qual encerramos nosso percurso, é a idéia de que dois são os valores básicos que devem presidir nossa ação em sala de aula: a competência e o prazer. Quando podemos (ou conseguimos) exercer esse ofício extraordinário que é a docência com competência e prazer - e, por extensão, com generosidade -, isso se traduz também na maneira com que o aluno exercita o seu lugar. (AQUINO. P 2002.1998)

GARCIA(2009) relata as expressões de indisciplina e violência nas escolas revelam a necessidade de uma profunda revisão em nossas teorias e práticas relacionadas a diversas questões. De um lado isso requer investigação. Entretanto, em algum momento será fundamental uma disposição para implementar novas visões, teorias e práticas. Assim, embora a urgência de desenvolver novas práticas pedagógicas diante das expressões de indisciplina e violência nas escolas, seria prioritário elaborar novas concepções que fundamentem tais ações, tendo em vista as circunstâncias e dilemas atuais com os quais as escolas estão lidando.

Godoy et al (2006) estuda uma visão psicanalítica, analisada sob a perspectiva da teoria de Piaget, nos leva à reflexão sobre sua concepção do desenvolvimento da moralidade. Toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda

moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras. Podemos concluir que, apesar de Piaget não se referir ao tema indisciplina, a revolta às regras ou o desconhecimento delas pode ser um dos fatores determinantes nos atos de indisciplina. Para Winnicott, entendemos os atos de indisciplina como, muitas vezes, um pedido de socorro demonstrado em uma tendência anti social. A escola como um ambiente suficientemente bom pode fazer uso de sua especificidade pedagógica, propiciando ao aluno espaços potenciais, nos quais ele exerça sua criatividade e, assim, utilize sua agressividade para atividade de maneira positiva. Em uma visão Vygotskyana desenvolvimento da mente humana que, ainda nos dias atuais, traz contribuições significativas para a educação. Sua teoria, também conhecida como Sócio Histórica ou Histórico-Cultural, tem se constituído como base para as práticas educativas. Enfatizou a importância do convívio social, afirmando que as práticas educativas, formais e informais, são meios sociais para organizar uma situação de vida, a fim de promover o desenvolvimento mental da criança.

4. ANALISE E DISCUSOES DOS RESULTADOS

Através de análise dos estudos percebe se que a indisciplina sempre existiu que evoluem junto com a sociedade. Amado et al (2012) afirma que a indisciplina, e antiga, porem vem adquirindo característica e intensidades diferentes conforme evolução

social, com influências de fatores como a mídia etc., para Garcia (1999) existe dois fatores divide se em interno: ambiente escolar, condições de ensino- aprendizagem os modos de relacionamento humano o perfil dos alunos, e suas capacidades de adaptação escolar e externo: influência exercida pelos meios de comunicação, violência social e o ambiente familiar segundo a autora precisa se desenvolver políticas internas para lidar com formas preventivas com a indisciplinas, formação profissional, formação acadêmica com foco de instrumentalização o capitalismo e inovação.

Com a evolução social apresenta mudanças significativas afirma, Souza et.al (2013) a questão indisciplinar decorrente da sociedade capitalista, desestrutura do ambiente escolar com o ingresso da mulher no mercado de trabalho onde prioriza o ter e os valores deixado de lado substituído pela permissividade. E devido a essas grandes mudanças sociais, Alves (2011) relata que a indisciplina é motivo de preocupação para as instituições escolares e profissionais, sem saber o que realmente deve ser feito em sala de aula. A escola deve se ter uma visão mais ampla acrescenta, Rego (1996) deixando de lado o comodismo, mais qualificação profissional para lidar com as diversidades atuais, além da influência constante da mídia, deve se haver organização e trabalho em equipe juntamente com a sociedade em geral.

Para Aquino (1998) a indisciplina o fracasso escolar, a valorização profissional, depende de cinco regras éticas do professor para convivências, - compreender o aluno-problema - des-idealização do perfil de aluno - fidelidade ao contrato pedagógico-experimentação de novas estratégias de trabalho – ética (competência e o prazer) isso faz com que o aluno firme compromisso com ele mesmo tornando se cidadão. Também segundo GARCIA(2009) deve haver revisões e adaptações investigações de teorias e práticas decorrente a dilemas atuais sobre indisciplina no ambiente escolar aos quais a escola estão lidando. Sendo assim a indisciplina resulta se de um processo compartilhado de pessoas onde a família e o primeiro contexto social, ao longo de seu desenvolvimento depende de experiências vivenciadas em diferentes contexto social. (GODOY ET AL 2006).

5. CONCLUSÃO

Percebe se que a indisciplina vem desde antigamente, e evolui junto com a sociedade, que vem caracterizado e moldado o indivíduo pelo contexto social em que está inserido, a escola precisa sair do comodismo, visão mais ampla com união da equipe pedagógica e mais formação profissional, onde o professor é a peça chave que se torna o principal mediador que está em contato direto com o educando, deve buscar formas metodológicas, e conhecimento, para lidar com tantas diferenças sociais, Culturais, religiosa, desigualdades, influencias dos meios de comunicação etc.

Deve se criar novos paradigmas educacionais que auxilie a escola e a sociedade em geral a acompanhar essas mudanças mostrando ao alunado o lado certo e fazer com que tenham seu direitos mas principalmente cumpram seus deveres. Deve se deixar bem claro qual o papel dos pais e da escola, e juntos trabalhem para uma sociedade com menos desigualdade social, cada um sabendo a sua importância na sociedade.

Para que diminua o índice de indisciplina precisa se de ações de políticas públicas com intervenção no meio familiar, para que haja resgate de valores sociais culturais e religiosos, não sobrecarregando a escola e deixando toda a responsabilidade

no quesito educação, pois sabe se que a escola tem como função mediar e transmite conhecimento mas não consegue substituir a família.

Entende se que o meio capitalista influenciou, na educação brasileira, mas com leis bem elaboradas que mostre o papel da família da escola e aluno respondendo por atos ilícitos, resolve muito a questão indisciplina. Pois comprova se com estudos que existe países capitalistas como Japão China etc, a educação e exemplo, ou seja a educação brasileira está sem norte precisa se de formações profissional, social, para que haja menos indisciplina e mais aprendizado com menos fracasso escolar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES. C. M. S. D. (In) disciplina na escola sena da complexidade do cotidiano escolar. Universidade Estadual de Santa Cruz. Editora da UESC.EDITUS. Ilheus.BA. 2006.
- REGO, T. C. R. A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva Vygotskyana. In: AQUINO, Júlio (Org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.
- AQUINO Júlio Gorpa. A indisciplina e a escola atual. Professor da Faculdade de Educação da USP. R. Fac. Educ. São Paulo, v.24, n.2, p.181-204, jul./dez. 1998.
- MINAYO.Cecilia de Souza(org.). Social. Teoria Método e Criatividade.29ed. Ptropolis.RJ.2010.
- SOUZA M.F. ETAL. Limite e disciplina na educação: fatores fundamentais para formação e organização das estruturas familiares, escolares e sociais – uma visão jurídica. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Revista Extensão em Foco, Caçador, v.1, n.1, p. 50-63, jun. 2013. ISSN: 2317-9791

- GARCIA, Joe. Indisciplina e violência nas escolas: algumas questões a considerar. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, 2009.
- G1. A pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Teaching and Learning International Survey, Talis, na sigla em inglês) Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Professor no Brasil perde 20% da aula com bagunça na classe, diz estudo. São Paulo. 2015.

7. NOTA BIOGRÁFICA

Celma Eliete de Quadros Padilha

Nascida no município de Cantagalo, Paraná, no ano de 1983, brasileira, casada, segundo grau normal e profissionalizante (Magistério) em 2002. Concursada como professora estatutária no município de marquinho, PR. desde o ano de 2006. Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no ano 2016, Graduada em Bacharelado em Enfermagem pela Faculdade Campo Real de Guarapuava PR, ano 2016. Mestranda pela Universidade Columbia del Paraguai PY. (2019).

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO: RELEVANTES FERRAMENTAS PARA A INTEGRIDADE FUNCIONAL

LEOPOLDO TINDARO DO AMARAL FILHO (leopoldoamarafilho@gmail.com) – Mestre em Administração na Universidad Columbia del Paraguay.

RONALDO DO NASCIMENTO CARVALHO (dr.ronaldocarvalho@gmail.com) – Doutorando em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguay e docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.

RESUMO: No estudo da Saúde e Segurança no trabalho, nota-se que grande parte dos acidentes ocorrem dentro do setor de construção civil. O presente trabalho, entendendo a grande necessidade que as organizações do cenário da atualidade apresentam para promover melhorias significativas na produtividade e prestação de serviços de seus recursos humanos aborda sobre uma realidade incipiente, necessária e que repercute favoravelmente no ambiente de trabalho, a saúde e segurança ocupacional. Tais propostas são destinadas ao ambiente de trabalho de valor imensurável, haja vista, contribuir para o melhor desempenho dos colaboradores, pelos benefícios voltados a redução de riscos, doenças ocupacionais, absenteísmo, dentre outros benefícios, os quais são relevantes para propiciar o bem-estar dos colaboradores, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida. Além disso, este artigo evidencia o papel da liderança por representar o canal para conduzir pessoas para o alcance de resultados propostos, por meio de sua influência e habilidades específicas, bem como o processo de comunicação, os processos de recrutamento e seleção, com vistas a agregar recursos humanos com habilidades e experiências profissionais no seu quadro organizacional, segundo a oferta de vagas disponíveis da empresa. Assim, visa-se com esta pesquisa, contribuir para o melhor convívio e segurança dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde organizacional. Segurança. Liderança. Comunicação.

RESUMEN: En el estudio de Salud y Seguridad en el trabajo, se nota que gran parte de los accidentes ocurren dentro del sector de construcción civil. El presente trabajo, entendiendo la gran necesidad que las organizaciones del escenario de la actualidad presentan para promover mejoras significativas en la productividad y prestación de servicios de sus recursos humanos aborda sobre una realidad incipiente, necesaria y que repercute favorablemente en el ambiente de trabajo, la salud y la seguridad ocupacional. Estas propuestas se destinan al ambiente de trabajo de valor inmensurable, a la vista, contribuir al mejor desempeño de los colaboradores, por los beneficios dirigidos a la reducción de riesgos, enfermedades ocupacionales, absentismo, entre otros beneficios, que son relevantes para propiciar el bienestar de los colaboradores, además de contribuir a la mejora de la calidad de vida. Además, este artículo evidencia el papel del liderazgo por representar el canal para conducir a personas para el logro de resultados propuestos, a través de su influencia y habilidades específicas, así como el proceso de comunicación, los procesos de reclutamiento y selección, con miras a agregar recursos humanos con habilidades y experiencias profesionales en su marco organizacional, según la oferta de vacantes disponibles de la empresa. Así, se pretende con esta investigación, contribuir a la mejor convivencia y seguridad de los trabajadores.

PALABRAS CLAVES: Salud organizacional. Seguridad. Liderazgo. Comunicación.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, acidentes e eventuais riscos no ambiente de trabalho se constituem em uma realidade preocupante, haja vista, dados alarmantes de trabalhadores que são alvo de lesões graves e até óbitos em virtude de não seguirem as normas de segurança.

Nesse limiar, convém destacar que não é somente o descumprimento de procedimentos propostos por treinamentos de segurança que se destacam como fatores para acidentes no trabalho, mas pelos próprios trabalhadores de não usarem equipamentos ou adotar os procedimentos obrigatórios para sua prevenção.

De forma notória, são comuns nas organizações problemas como: acidentes, doenças ocupacionais, posturas incorretas, estresse, desconforto, falta de motivação. Logo, trabalhar a fim de reduzir tais fatores exige das lideranças organizacionais, medidas efetivas e que realmente venham reverter esses problemas.

Nesse sentido, a fim de melhor propor qualidade de vida no ambiente de trabalho, direcionados a coibir ou prevenir desconfortos no ambiente de trabalho, os exercícios laborais se constituem de grande importância, pois, minimizam maiores impactos dessa natureza no ambiente de trabalho.

Nesse sentido, a ginástica laboral é destinada a atuar no próprio ambiente de trabalho, a fim de promover uma maior disposição para as atividades cotidianas, por

meio dos exercícios efetuados no local de trabalho, o que favorecerá não somente para melhorar a aptidão física, mas contribuir para uma maior motivação dos colaboradores, haja vista, serem valorizados, o que contribuirá para o aumento da produtividade.

Por meio da proposta de exercícios físicos, a ginástica laboral ou também denominada como ginástica ocupacional representa um recurso bastante significativo para as organizações do contexto atual, principalmente por se caracterizar em um benefício não somente para os colaboradores, mas para as organizações, principalmente por influenciar na otimização dos serviços, através do bem-estar físico e compensação orgânica ao corpo humano proposto aos seus colaboradores.

Além disso, cabe ressaltar que a proposta da ginástica laboral é também destinada a prevenir e/ou reduzir lesões das atividades organizacionais, o que implica na melhoria da saúde dos colaboradores, redução de absenteísmo e melhorias cognitivas e físicas, dentre outros benefícios.

Desse modo, muitas são as causas que propiciam acidentes no ambiente de trabalho, que vão desde a falta de atenção e equipamentos a treinamento inadequado ou a não realização do mesmo. Logo, tais problemáticas refletem a necessidade de gestões mais eficazes quanto aos programas de segurança e saúde no ambiente de trabalho.

Nesse contexto, é significativo que os gestores garantam os padrões de segurança e de saúde em toda a empresa. É preciso assegurar um ambiente de trabalho que proteja os funcionários de danos físicos, condições insalubres e atos provenientes de outras pessoas que afetem a segurança.

No que tange a prestação de serviços, indiscutivelmente é preciso otimizar a qualidade de sua oferta, logo, faz-se necessário promover maiores qualificações ao quadro funcional, por meio de recrutamento, seleção e treinamentos voltados a melhorar a gama de serviços ofertados e atingir o mercado-alvo.

Nessa perspectiva, é preciso reconhecer o valor dos recursos humanos, uma vez, que é o cartão postal de qualquer organização exigindo dessa forma maior preparo, experiência e relação interpessoal favorável. Cumpre salientar, que também se insere nesse contexto, o valor de uma liderança que venha promover o estímulo necessário para o alcance de resultados propostos.

A liderança no cenário atual se reveste de grande relevância principalmente por se caracterizar como o facilitador do processo. Além disso, percebe-se que por meio de seu desempenho que se mobilizam pessoas em direção a uma visão, criando laços emocionais e inspirando o desenvolvimento dos recursos humanos.

2. METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza por uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa e quantitativa, do tipo descritiva, numa construtora civil, com visitas in loco e aplicação de um questionário elaborado pelo autor.

O questionário foi elaborado baseado na legislação de SST, perguntas objetivas e direcionadas a busca de informações que mostrassem se a questão da Saúde e da Segurança do Trabalho (SST) estava sendo praticada pela empresa de forma eficiente, e se o setor de RH de fato não exercia ingerência sobre as práticas de Saúde e Segurança no Trabalho.

A pesquisa de campo foi aplicada na orla marítima da cidade de Maceió -AL, Brasil, em dois prédios que estão sendo construídos na Orla da cidade, ambos sob responsabilidade da Marroquin Engenharia Ltda, a saber, no bairro de Cruz da Almas, e bairro de Jatiúca. Os prédios serão denominados prédio A no bairro de Cruz da Almas e prédio B, no bairro de Jatiúca. O referido questionário foi aplicado a 32 participantes voluntários, divididos em diversos setores da empresa: colaboradores do setor de construção do prédio A e do Prédio B (pedreiros, mestre de obras, marceneiros e carpinteiros), colaboradores com formação técnica em segurança do Trabalho do prédio A e do prédio B,

colaboradores do setor de recursos humanos da empresa comum aos dois prédios e colaboradores da empresa que dá consultoria externa à Saúde e a Segurança do Trabalho, comum também aos dois prédios em construção.

O questionário foi aplicado nos meses de julho e agosto de 2018 junto aos trabalhadores das obras dos prédios em construção na orla da cidade de Maceió – AL. O primeiro prédio foi denominado prédio A, localiza-se no bairro de Cruz da Almas e o segundo prédio, denominado prédio B, localiza-se no bairro de Jatiúca.

O instrumento de pesquisa foi um questionário para avaliação da saúde e segurança no trabalho que contém ao todo 13 perguntas do tipo Likert, com as opções de resposta sendo: “não”, “em parte”, “sim”. O mesmo foi validado por meio de pré-teste.

2.1. ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram tabulados e apresentados em gráficos para melhor compreensão através do software Excel da Microsoft Office 2013.

2.2. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Submetido ao sistema Plataforma Brasil onde foi aprovado sob parecer

número 2.884.553 do Comitê de Ética em Pesquisa da UNCISAL de Alagoas.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Durante a visita ao setor de Recursos Humanos (RH), da construtora, foi constatado que não existe a interferência do setor na seleção dos candidatos que irão atuar nos canteiros de obras, nem é repassada para estes a Política de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) da Empresa. O candidato geralmente é selecionado pelo Mestre de Obras do prédio e o setor de RH apenas contrata o funcionário, sem passar por nenhum processo seletivo. Depois de contratado é que o funcionário recebe treinamento específico em SST, sendo de responsabilidade da Consultoria Externa e dos Técnicos de Segurança.

Na segunda visita aos prédios A e B, foi aplicado o questionário para os Trabalhadores dos dois prédios, para o setor de RH comum aos dois prédios e para a Consultoria Externa de SST comum aos dois prédios. Os dados foram tabulados e descritos abaixo:

TABELA 1 - RESULTADO DO QUESTIONÁRIO REFERENTE AO TÓPICO: POLÍTICA, OBJETIVO E RESPONSABILIDADES

PERGUNTA	Recursos Humanos	Colaboradores SST	Colaboradores SST	Consultoria SST
Existe uma declaração de política que reflete o comprometimento da organização com a Saúde e Segurança do Trabalho?	SIM (100%)	SIM (100%)	SIM (100%)	SIM (100%)
Estão definidos objetivos anuais mensuráveis para a SST?	SIM (100%)	SIM (60%)	SIM (84,6%)	SIM (100%)
Estão estabelecidas as responsabilidades em matéria de SST, em todos os níveis da organização	SIM (100%)	SIM (90%)	SIM (92,3%)	SIM (100%)

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2018

A partir dos dados da Tabela 1, podemos observar que 100% dos participantes da pesquisa, responderam que há sim uma declaração de política que reflete o comprometimento da organização em relação a SST. Já nos outros dois tópicos, a

quantidade de respostas afirmativas divergiu entre os setores, sendo relativamente menor nos setores dos colaboradores dos prédios A e B, do que nos setores de RH e da Consultoria Externa de SST.

GRÁFICO 1

POLÍTICA DE COMPROMETIMENTO DA ORGANIZAÇÃO COM A SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO



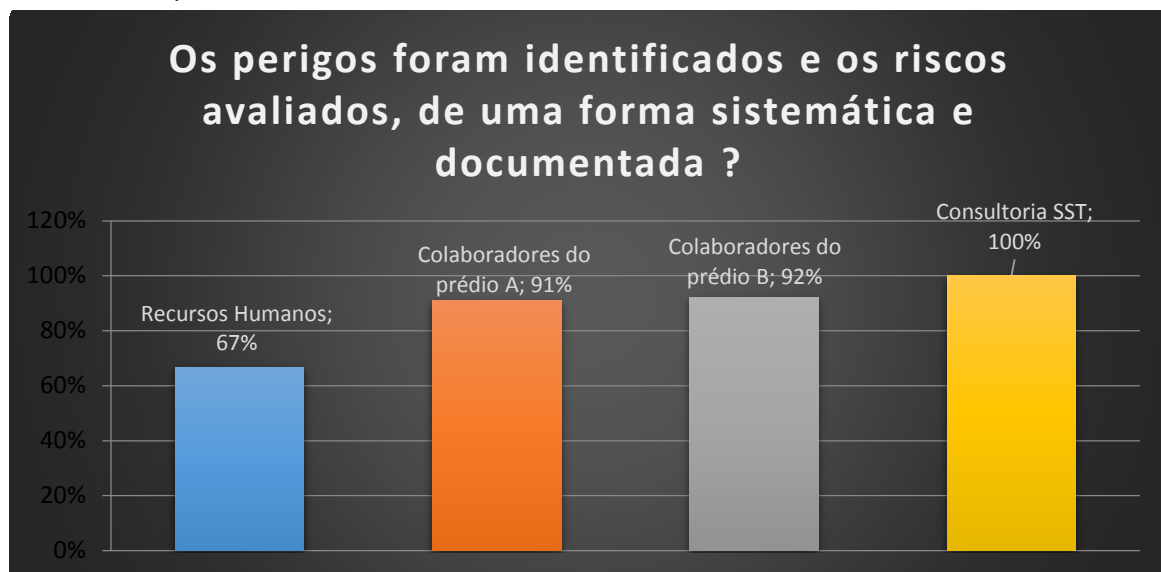
FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2018

Houve unanimidade nas respostas, indicando que existe sim uma declaração de política que reflete no comprometimento da organização com a SST. Estes dados são importantes, pois mostra que a empresa quer mostrar comprometimento com as condições de trabalho de seus funcionários, se este comprometimento é efetivo, caba a avaliação a partir de outras questões.

Frente esta realidade, Mendes; Wunsch (2007) afirmam que o objetivo das empresas é disseminar a cultura da segurança, melhorando a qualidade interna e do resultado dos serviços propostos.

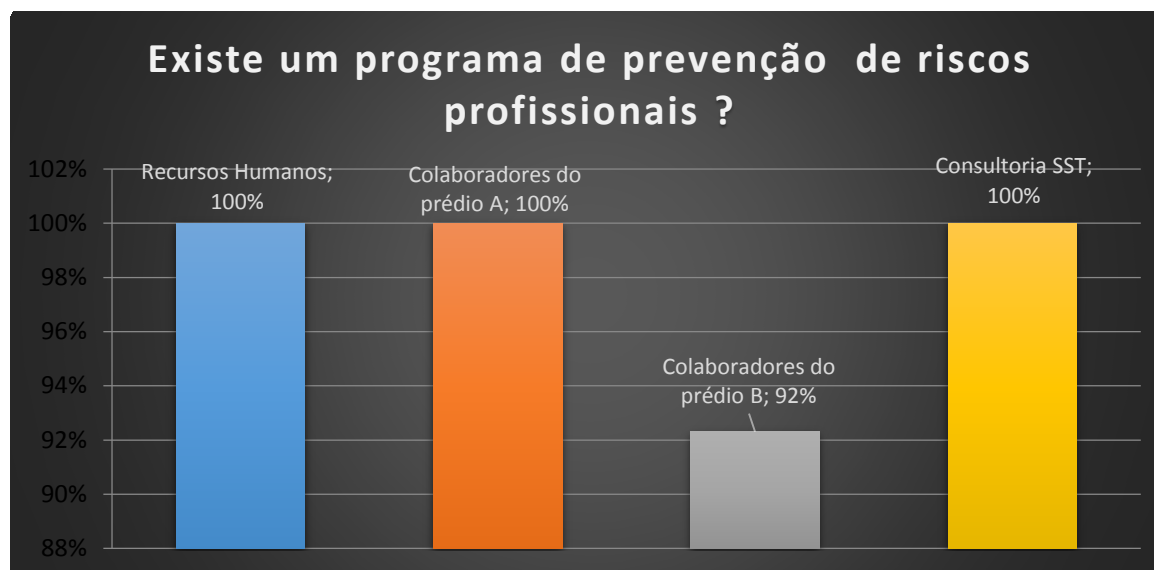
A disseminação contemporânea da cultura em segurança e saúde ocupacional revela a proposta baseada no indivíduo e no biológico.

No planejamento e programação das atividades de SST, buscou-se analisar a atividade de prevenção que deve ser planejada e integrada a todos os níveis da organização, de modo a promover a identificação de perigos, também de analisar a avaliação e o controle de riscos nas suas atividades correntes como base de toda a intervenção na área de SST, integrando as respectivas medidas de prevenção.

GRÁFICO 2**IDENTIFICAÇÃO DOS PERIGOS E RISCOS AVALIADOS DE FORMA SISTEMÁTICA E DOCUMENTADA****FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2018**

Nota-se que os perigos e os riscos observados nas obras de forma sistemática e documentada, não são unanimemente conhecidos pelo setor de RH com percentual de 67% de respostas sim. Mostra uma falha de comunicação entre o RH e os demais setores.

GRÁFICO 3
PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS PROFISSIONAIS



FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2018

Percebe-se que a maior quantidade dos participantes da pesquisa, mostrou conhecimento no programa de prevenção de riscos profissionais da empresa, o que mostra que nesta área, o programa está bem definido.

Para Costa; Menegon (2008), uma das grandes deficiências para que a saúde e segurança ocupacional sejam implantadas de forma eficaz são os poucos recursos financeiros, a inexistência de modelos de cultura organizacional que se voltem para a integridade laboral de seus colaboradores e o pouco acesso às informações, se comparadas com empresas de grande porte.

Destarte, para que os programas de segurança alcancem seus objetivos, deve ser dada especial atenção a incentivos que

motivem o comportamento de segurança por parte dos funcionários, além de sua efetividade por parte da hierarquia organizacional para a sua devida implantação. Além disso, as recompensas dos programas de segurança devem ser acessíveis a um grande número de funcionários.

4. CONCLUSÕES

Constatou-se que a maioria dos tem consciência da importância da saúde e segurança no trabalho, no entanto verificou-se que cada setor, tem sua própria visão sobre o tema.

Com base nas informações ora expostas, conclui-se a relevância do tema em tela e a necessidade de se promover maior

ênfase com relação à segurança e saúde dos trabalhadores no ambiente de trabalho, visando sua integrante física e condições de higiene para manutenção da saúde.

A segurança no ambiente de trabalho deve promover maior integridade aos colaboradores protegendo sua capacidade de trabalho, o que reflete no conjunto de medidas voltadas a reduzir riscos de acidentes, além de doenças ocupacionais. É importante seu estabelecimento para proteger e melhorar as relações humanas.

Com relação à saúde no ambiente de trabalho, é preciso que as empresas estejam aptas a se adequar às normas que propiciem o melhor amparo a saúde física e mental de seus colaboradores, visando mitigar o estresse e outros tipos de problemas.

No contexto da atualidade, quanto a enfatizar a importância da saúde e segurança no trabalho, como forma de prevenção a acidentes, torna-se de grande relevância

ressaltar a realidade que permeia muitas empresas, as quais muitas das vezes não seguem às políticas de segurança determinadas por lei, deixando as medidas de prevenção e redução de riscos dos trabalhadores a mercê da sorte.

Como ferramenta estratégica organizacional, o treinamento é de grande relevância para melhoria do ambiente organizacional, visto que, favorece para que as coisas sejam realizadas com melhor eficácia, qualificação e mediante as exigências mercadológicas.

Contudo, urge nesse sentido, coibir práticas errôneas ocupacionais e estabelecer ações preventivas baseadas em um desejo genuíno de prevenir acidentes, bem como trabalhar para que as medidas voltadas a assegurar a segurança e saúde necessárias para o bom desempenho operacional dos colaboradores sejam garantidas e estabelecidas de forma efetiva e cotidianamente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos na empresa**. São Paulo: Atlas, 1989.
- _____. **Recursos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- _____. **Introdução à teoria geral da Administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- _____. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- _____. **Administração Geral e Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

- _____. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- COSTA, Denise da Conceição da; MENEGON, Nilton Luiz. Condução de ações em Saúde e Segurança do Trabalho em pequenas e médias empresas: análise de três casos. **Rev. bras. saúde ocup**; v. 33, n. 117, jan.-jun. 2008. Disponível:
<<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=Ink&exprSearch=553891&indexSearch=ID>>
Acesso em: 29 mar. 2017.
- COX, S. J.; CHEYNE, A. J. T. Assessing safety in offshore environments. **Safety Science**, n. 34, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008b.
- LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MENDES, A. R. **Ginástica laboral: implantação e benefícios nas indústrias da cidade industrial de Curitiba**. Curitiba, PR: Centro Federal de Educação Tecnológica (Dissertação de Mestrado em Tecnologia), 2000.
- MENDES, A. R, LEITE, N. **Ginástica laboral: definições, classificações e objetivos**. In: Mendes AR, Leite N. **Ginástica laboral: princípios e aplicações práticas**. São Paulo: Manole, 2004.
- MENDES, Jussara Maria Rosa; WÜNSCH, Dolores Sanches. Elementos para uma nova cultura em segurança e saúde no trabalho. **Rev. bras. saúde ocup**. v.32, n.115, jan.-jun. 2007. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=Ink&exprSearch=560152&indexSearch=ID>> Acesso em: 29 mar. 2017.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

6. NOTAS BIOGRÁFICAS

Leopoldo Tindaro do Amaral Filho

Graduado em Estudos Sociais na CESMAC – Centro de Estudos Superiores de Maceió, com especialização em Administração na UNINTER e mestre em Administração pela Universidad Columbia no Paraguay/PY.

Ronaldo do Nascimento Carvalho

Graduado em Administração na Universidade Guarulhos – UnG, com especialização em Finanças e Gestão de Negócios no Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa IPEP, mestre em Administração pela Universidad Americana/PY, doutor em Administração pela Universidad Americana/PY e Pós-doutor pela Universidade Íbero-Americana/UNIBE-PY. Atualmente é docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração e Professor na Universidad Columbia no Paraguay/PY.

O SUPREMO TRIBUNAL E A IGUALDADE DE GÊNEROS

FATIMA MARIA MARINS GUERREIRO (fatimaguerreiro03@gmail.com) – Especialista em Direito Civil Constitucional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e em Direito Administrativo pela Faculdade UnYleYa; Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FND/ UFRJ; Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio; Servidora Técnica-Administrativa de Nível Superior da Advocacia-Geral da União – AGU. Mestranda em Ciências Jurídicas na Universidad Columbia.

RESUMO: O presente estudo aborda um tema polêmico no mundo do direito, raros são os Operadores do Direito que ousam duvidar dos ditos avanços do Supremo Tribunal, uma vez que a proatividade se mostra cada vez mais tímida e ineficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Identidade de Gênero; LGBTI.

RESUMEN: El presente estudio aborda un tema controvertido en el mundo del derecho, es raro que los operadores de la ley se atrevan a dudar de los llamados avances de la Corte Suprema, ya que la proactividad se está volviendo cada vez más tímida e ineficaz.

PALABRAS CLAVES: Derechos Humanos; Identidad de Género; LGBTI.

1. INTRODUÇÃO

O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277 (ADI 4277) e da Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional 132 (ADPF 132) – exemplo histórico de proatividade do Supremo Tribunal Federal – trouxe consequências para a sociedade LGBTI. Ficou nítido nas entrelinhas da votação que a Suprema Corte tão somente se limitou a julgar a união estável entre casais do mesmo sexo como uma entidade familiar, dando interpretação segundo a Constituição da República Federativa do Brasil e dando o mesmo entendimento para artigo do Código Civil.

Face ao exposto, a Suprema Corte, ao reconhecer a união estável, considerou que os demais direitos seriam, automaticamente, concedidos no dia a dia à sociedade LGBTI, sem maiores problemas. Entretanto, não foi essa a realidade.

Em uma simples consulta aos sites do STF e da Câmara dos Deputados, na rede mundial de computadores, é possível verificar numerosos pronunciamentos ferozes contra as decisões favoráveis à sociedade LGBTI, especialmente em face da Resolução nº 175, que passou a permitir a celebração de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Prova disso são os diversos Projetos de Lei e discursos raivosos que

afirmam que houve violação da família ao permitir o casamento civil igualitário. Há, inclusive, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADI 4.966, de autoria do Partido Social Cristão (PSC), em tramitação, cujo Relator, o Ministro Gilmar Mendes, deveria se declarar impedido, visto que ele se pronunciou contrário à Resolução quando de sua publicação.

A decisão do STF, ainda que de tímida proatividade, reconheceu que a união estável entre pessoas do mesmo sexo configura-se como uma entidade familiar, mas somente após decisão do STJ é que a Comissão Nacional de Justiça (CNJ) elaborou a Resolução nº 175, a qual, através da interpretação do Acórdão do Superior Tribunal de Justiça, possibilitou o casamento civil. Entretanto, o assunto ainda é muito comentado no Poder Judiciário.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 871 de 2013¹, de autoria do então Deputado Arolde de Oliveira – declaradamente evangélico, do Partido Social Democrático (PDC) e, atualmente, Senador da República – objetivava sustar os efeitos da Resolução nº 175, do CNJ, cuja ementa afirma “dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo”.

Quase quatro anos após esse PDC, surgiu o Projeto de Decreto Legislativo nº

¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. PDC nº 871 de 2013. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7AEC6A9F68

C254B47C6562D564D6E96A.node1?codteor=1099479&filename=Avulso+-PDC+871/2013
Acesso em 14 de setembro de 2019.

639 de 2017, apresentado pelo Deputado Federal Professor Victório Galli do PSC/MT, que versa sobre o mesmo tema do PDC nº 871 de 2013 e cujo objeto é: “Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo”, referindo-se à Resolução nº 175 do CNJ.

Em 20 de junho de 2018, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara Federal, de relatoria do Deputado Federal Chico Alencar do PSOL-RJ, apresentou Parecer pedindo a inconstitucionalidade, injuridicidade e, no mérito, pela rejeição dos dois PDC’s, fundamentando-se no Acórdão da ADPF 132 e da ADI 4277.

Esse introito tem o objetivo da reflexão necessária: apesar da histórica votação da ADI 4277 e da ADPF 132, em 05 de maio de 2011, o decisum que reconheceu a união estável entre casais do mesmo sexo como um tipo de entidade familiar e os desdobramentos de reconhecimentos de direitos desses mesmos casais, que propiciaram novos direitos à sociedade LGBTI, ainda encontra uma avalanche de opositores. O ápice dessa oposição é a ADI 4.966, de autoria de parlamentar conservador.

Todavia, os transexuais, travestis, intersexos e demais segmentos enfrentam muitas outras resistências em diversos fóruns, não somente no Parlamento, mas também no dia a dia, no mercado de trabalho, nas escolas, nas ruas, nas igrejas, enfim, na vida.

Quanto a estes, cabe ao Operador do Direito aprender o significado de empatia, para que se coloque no lugar do outro que sofre e precisa do serviço e apoio desse profissional. É necessário, também, que compreenda a sigla LGBTI, que não é uniforme quanto às sexualidades, pois trata de orientação sexual e de identidade de gênero. Surge daí a dificuldade do Operador do Direito: é preciso individualizar a causa para poder auxiliar e entender o caso e a demanda a ser judicializada.

Nesse caso, o termo “transgênero” ou “trans” se refere a uma pessoa cuja identidade de gênero se resume no sentimento psicologicamente incorporado no homem ou na mulher de que suas características não correspondem às de seu sexo de nascimento. Em vista disso, buscam, intensamente, assumir esse sentimento para sua vida. No entanto, muitos cometem suicídio em razão da pressão da família e/ou da sociedade.

2. METODOLOGIA

O tema do presente artigo perpassa os direitos dos homossexuais e da identidade de gênero, haja vista que, embora o STF tenha considerado gays e lésbicas como membros de uma entidade familiar, não levou em consideração a sigla “T”, isto é, os transexuais e travestis. Vale destacar que gays e lésbicas referem-se à orientação sexual do indivíduo, enquanto os transexuais e travestis têm a ver com a questão de identidade de gênero.

Neste artigo serão abordadas as dificuldades do segmento “T”, através de análise de publicações de artigos, livros e grupos de estudos em Universidades e outras decisões do STF, que são desdobramentos da votação histórica da ADPF 132 e da ADI 4277, em 05 de maio de 2011. Oito anos se passaram e ainda há questões pendentes quanto aos direitos dos LGBTI’s.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As transexuais e os travestis são considerados por grande parte da sociedade como objeto de manifestação de ódio e violência explícita¹.

Para os doutrinadores Roger Raupp Rios e Fernando Seffner, esse comportamento de “desejos e proibições são construções sociais e políticas, aprendidos em modos formais ou não de educação, e regulados em leis²”.

Para esses doutrinadores, o ensino jurídico no Brasil está sob o manto de pressupostos normalizadores e familistas, próprios da tradição de uma sociedade carregada de preconceitos e discriminação. Tornam-se necessárias, portanto, a reflexão e a discussão da realidade social.

¹ RIOS, Roger Raupp, SEFFNER, Fernando. **Direitos Humanos e Direitos Sexuais Frente à Precariedade dos Temas Sexo e Gênero: A Educação Jurídica como Problematizadora das Formas de Vida em Nossa Sociedade.** In Direitos

Os autores consideram ainda que tanto a Educação quanto o Direito precisam discutir os temas gênero e sexualidade, pois é na escola que se dá o aprendizado dos conhecimentos científicos. A esse respeito, Seffner e Rios (2018) discorrem:

A rigor, não há território da vida social que não esteja atravessado por diferenças e disputas de gêneros e sexualidade, de modo explícito ou implícito. Não por acaso, os campos da Educação e do Direito são constantemente chamados a intervir nas questões de gênero e sexualidade, seja para mostrar o que é “correto”, seja para punir o que foi considerado uma “ofensa moral”, seja para ensinar crianças e adolescentes a respeitar as diferenças de gênero e sexualidade numa postura que valoriza a inclusão, seja para garantir direitos aos sujeitos portadores de novas identidades de gênero e sexualidade, como o acesso ao casamento, ao direito de guarda de filhos, etc.

Em seguida, eles afirmam que a discussão de gênero e sexualidade se insere na discussão dos Direitos Humanos, no direito à sexualidade, nos princípios da dignidade da pessoa humana, da privacidade, do direito de ter um lar e do direito a ter direitos, a fim de dar voz a quem está na invisibilidade e garantir-lhe a liberdade de expressão.

A socióloga Berenice Bento em seu livro “O que é Transexualidade” – obra que

Sexuais e Direito de Família em Perspectiva Queer. Editora da UFCSPA: 2018: Porto Alegre. P. 26.

² Ibid. p. 26.

se tornou bestseller no Brasil em 2008 e foi republicada pela Amazon Brasil, através de e-book em 2018 – traz importantes questões sobre o tema, cuja leitura é fundamental para que os Operadores do Direito entendam o assunto e busquem por direitos para estes sujeitos de direitos. Bento (2008) afirma:

A transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo. A partir do século XX, precisamente a partir de 1950, se observou um saber médico específico para esta experiência Identitária que materializou em diagnóstico diferenciado. A impossibilidade de qualquer exame clínico objetivo que determina se a pessoa que reivindica uma identidade transexual é “um/a transexual de verdade”, leva os/as operadores/as da saúde e da justiça a perguntar-se: como ter certeza se uma pessoa é realmente transexual?¹

A autora, em 2008, assim se pronunciou em pesquisa sobre o tema citado:

A especificidade da transexualidade está na explicitação dos limites dessas normas de gênero, à medida que a reivindicação de passagem do gênero imposto ao nascer para o gênero se posicionem. Embora as pessoas que vivem a experiência transexual não apresentem nenhum tipo de alteração em suas estruturas

cromossômicas ou de qualquer outro tipo (...).

Então, para o Operador do Direito há uma exigência maior para entender o outro e ter empatia: é preciso se despir de seus preconceitos e ampliar seus conhecimentos em áreas que desconhece dada a formação acadêmica. É necessário que se aprofunde na Sociologia e nas disciplinas que se desdobram da Psicologia, a fim de aprender além da rigidez do universo jurídico e entender a diversidade sexual, peculiar aos seres humanos, adotando como viés os direitos humanos.

A autora Ana Patrícia Racki Wisniewski² traz outras discussões. Por ser Operadora do Direito, aborda a discussão com base em um novo paradigma identitário que não mais se baseia na lógica binária:

Se antes a representação do ser fictício de direitos humanos se encontrava conformada aos padrões identitários vigentes – que, práticas sociais e, ao mesmo tempo, se estabilizavam – hoje, esse ser abstrato, mostra-se incapaz de relacionar-se com ela. Encontramo-nos inseridos em um cenário no qual o sistema de identidades baseado no binarismo e na cisgeneridade exclusiva não mais se coaduna com a constituição das identidades pós-modernas, as quais se

¹ BENTO, Berenice Alves de Melo. O Que é **Transexualidade**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense: 2008. São Paulo. P. 19.

² WISNIEWSKI, Ana Patrícia Racki. **Transexualidade e Direito**. Livraria e Editora

Lumen Juris – Coleção Crítica do Direito: Experiências Sociais e Jurídicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p. 118.

veem formadas e transformadas pelos sistemas culturais que as rodeiam.

Com uma nova postura – decorrente da história da humanidade, da sua evolução na modernidade e da realidade social mundial – a autora prossegue com o seu posicionamento a respeito da discussão de gênero e diversidade sexual:

Dessa forma, compreender o gênero não mais como um dado estático, imutável e com necessária vinculação à posse de determinado órgão genital, tem se mostrado também como pressuposto necessário ao reconhecimento da legitimidade das identidades não binárias. Em que pese seja possível apontar tímidas transformações que vêm rearticulando e redefinindo o sujeito de direitos da pós-modernidade, essa mudança mostra-se vagarosa e gradual. De modo que os ideais de homem e mulher, menino e menina, masculino e feminino, macho e fêmea seguem sedimentados como expressões máximas da divisão que diferencia e localiza os seres humanos nas esferas de poder. Nessa linha, outras classificações tais quais como branco, preto, alto, baixo, gordo e magro, etc., podem ser utilizados com esse fim, mas a primeira delas será, necessariamente, relacionada a sua composição anatômica porque também, ser homem ou ser mulher – para os padrões hegemônicos – significa possuir determinadas base biológica.

¹ DESLANDES, Keila (Coord.). **Homotransfobia e Direitos Sexuais** – Debates e Embates Contemporâneos – Cadernos da

Para o Operador do Direito há perguntas sem repostas. Uma dessas perguntas é: há no Brasil alguma lei proteja os transexuais ou travestis?

Não. No Brasil nenhuma lei protege os LGBTI, especialmente os transgêneros, que são os mais perseguidos, os que perdem lugar no mercado de trabalho, os mais humilhados e os que mais são assassinados. No entanto, mais adiante será apresentado o julgado do STF, que ainda não foi votado, mas protege esse segmento da sociedade.

Em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal, não há como negar que vários doutrinadores apontam avanços. Roger Raupp Rios¹, por exemplo, assim se posiciona:

Muito se pode perguntar acerca do significado e da repercussão imediatos da decisão tomada pelo STF (...).

O significado é inestimável para a consolidação da democracia e dos direitos fundamentais. Afirmaram-se direitos básicos, a todos reconhecidos, como a liberdade sexual, a proibição de discriminação sexual, a privacidade, a intimidade, o respeito à dignidade da pessoa humana, a diversidade e o pluralismo.

A afirmação quanto à existência e às consequências desses direitos, especialmente na esfera da sexualidade, onde minorias sexuais são discriminadas,

Diversidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. P. 142

deixa claro o dever de respeito e a dignidade constitucional de que são merecedores os homossexuais. Isso ainda que eventuais maiorias, por sondagens de opinião ou por representantes eleitos, tentem impor seus preconceitos. Nesse sentido, nunca será demasiado salientar que o STF reconheceu, categórica e explicitamente, no rol de discriminações constitucionalmente censuradas, a discriminação homofóbica. Este passo é de suma importância para o desenvolvimento e a consolidação do direito antidiscriminatório brasileiro, pois se trata de enfrentar uma espécie de preconceito que, ainda nos dias de hoje, não só atua concreta e injustamente na vida de indivíduos e de grupos, como teima em se justificar.

Contudo, é de suma importância diferenciar o que a academia julga avanço do reflexo dessa essência do julgado na vida das pessoas comuns, os transexuais ou travestis, que vivem a realidade social no seu dia a dia.

A reportagem do jornal virtual¹, cujo título é “Sociedade LGBT não se sente segura com a Polícia Militar”, de Aline Santos, retrata a realidade após o STF ter considerado a homofobia e transfobia como crimes, que será detalhada mais adiante. A esse respeito, a autora afirma:

“A polícia militar é homofóbica”, declarou João Paulo Freire. Por ser homossexual, João Paulo já sofreu discriminações. Conta ele que ao pedir ajuda de polícias militares junto ao seu namorado devido a

hostilidades que receberam de outros cidadãos enquanto se beijavam, os policiais apenas pediram que eles saíssem de perto “sem dar mole pra ninguém”. E ao questionar se poderiam contar com a ajuda da polícia em casos de homofobia, a resposta foi não.

Após contato com um ex-superior da Polícia Militar, a autora apresenta o posicionamento defendido por ele:

O Coronel de Reserva da Polícia Militar de São Paulo, André Vianna, afirma que o preconceito existe na sociedade, mas as instituições policiais não buscam estimular este comportamento ou qualquer outro tipo de preconceito. “O problema é do indivíduo policial e não da instituição, pois a formação do policial é uma formação técnica e profissional que não muda a essência da pessoa”.

Aline Santos, em seguida, passa a apresentar a posição do jornal:

Os Policiais Militares do Estado de São Paulo não recebem nenhum tipo de treinamento educacional para saberem lidar com grupos minoritários. Em outros estados como o Rio de Janeiro e a Bahia, os policiais militares já recebem capacitação para o atendimento à população LGBT, e especialmente no Rio só podem avançar na carreira os que já fizeram o treinamento. O Coronel Vianna afirma ainda que a formação da maioria dos policiais não é direcionada para atender

¹ SANTOS, Aline. **Sociedade LGBT não se sente segura com a Polícia Militar**. Disponível em:

https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=2151, Acesso em 18 de setembro de 2019.

necessidades específicas do grupo LGBT e de nenhuma outra minoria.

A jornalista descreve o crime sem que tenha sido apurado, demonstrando que a corporação não foi preparada para discernir a tipologia do crime de homofobia ou transfobia, mantendo-se com o comportamento discriminatório e preconceituoso:

À Polícia Militar cabe o policiamento ostensivo, que significa que os policiais devem trabalhar de forma aberta à população, com o objetivo de fiscalizar comportamentos e atividades, além de zelar pela ordem pública e pelo respeito dos indivíduos à legislação. Para o Coronel Vianna, o que se espera da polícia é “a não discriminação, o que significa respeitar a diversidade.” Mas, não é isso que acontece. Recentes casos de LGBTfobia como o da transexual Verônica Bolina que foi agredida, violentada e torturada, e o da travesti Laura Vermont que foi assassinada, também possuem Policiais Militares envolvidos.

A falta de preparo específico ou os preconceitos pré-existentes, não mudam o fato de que a Polícia Militar comete a homofobia. O militante João Paulo disse ainda que a PM lhe passa medo e “não fornece segurança. Pelo contrário, tira a segurança e, por vezes, expõe a situações de constrangimento”.

O problema do universo jurídico é justamente a sua distância com a sociedade real: aquela que sofre na pele o preconceito, a discriminação, os crimes de ódio, a violência e os homicídios. Mas o universo jurídico tece lindos artigos, elabora catarse e artigos magníficos que não discernem sobre a obrigatoriedade da imputação de crime a quem comete a homofobia/transfobia, não somente aos Policiais Militares, conforme afirmou a jornalista, mas também a diversas autoridades do próprio Poder Executivo da União.

Essas questões se remetem ao anseio social, que são a essência dos Direitos Humanos, como afirma Joaquín Herrera Flores¹:

(...) a luta pelo reconhecimento dos direitos começa quando surge um anseio social que se quer satisfazer. Quando se generalizam esses anseios, quer dizer, quando são comungados por indivíduos, grupos e sociedades transformam-se em valores que orientam a nossa ação e as nossas práticas em direção a fins mais genéricos que a simples satisfação de uma necessidade. Se, por fim, conseguimos com que esses valores sejam reconhecidos positivamente como normas jurídicas, não somente serão estabelecidos limites à atuação dos poderes públicos, mas também se fundará uma relação social a partir da qual se regularão situações, reivindicações ou conflitos produzidos entre indivíduos-indivíduo-indivíduo, indivíduo-sociedade, sociedade-Estado ou,

¹ FLORES, Joaquim Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Fundação Boiteux. Florianópolis. 2009. P. 106 e 107

finalmente, Estado-Estado, no caso da comunidade internacional.

Depreende-se da afirmação do doutrinador que a luta por direitos, os anseios sociais, pode ser individual ou partir de uma sociedade que deseja fazer valer seus direitos, ser ouvida e concretizar seus objetivos.

Um dado concreto, fundamentando-se no respectivo posicionamento de Herrera Flores, foi o caso dos transexuais que lutaram contra a determinação que prevalecia no Brasil, a saber: o transexual que quisesse ter o direito ao nome social deveria, obrigatoriamente, fazer a cirurgia de transgenitalização que, segundo relatos, é um martírio de dor e sofrimento, uma vez que são necessários três ou mais procedimentos cirúrgicos.

O movimento organizado de transexuais se pronunciou contra a obrigatoriedade da transgenitalização, em razão do alto risco do procedimento cirúrgico e do fato de que o movimento desejava apenas ter o direito de averbar a alteração do prenome e do gênero nos assentamentos de nascimento e casamento no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Vale destacar que doutrinadores consideravam e defendiam a obrigatoriedade da transgenitalização, sem ouvir o movimento organizado e sem saber

se era desejo dos transexuais realizar a cirurgia. Ficou patente que não é unanimidade no movimento, muito pelo contrário.

3.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS AS VOTAÇÕES NO STF

Torna-se necessário rever os antecedentes históricos para maior compreensão do que significou essa votação e sua importância, pois muitos Operadores do Direito não entendem a motivação da luta da alteração do prenome e do gênero nos assentamentos civis. Essa é a busca de mudanças no tratamento dado pela sociedade conservadora em face dos transgêneros, como afirma a série de reportagens do jornal Correio Brasiliense ¹sobre a visibilidade trans:

Esta série de reportagens mostra como ser transgênero é especialmente difícil no Brasil, o país que, em números absolutos, mais registra assassinatos de travestis e transexuais, segundo levantamento feito pela ONG Transgender Europe.

Após se perceberem de um gênero diferente do que lhes foi atribuído no nascimento, essas pessoas passam a enfrentar uma verdadeira luta para viverem sua identidade. Além do risco constante de serem vítimas de violência, elas não contam com uma legislação que as proteja, são excluídas do mercado de

¹ CORREIO BRAZILIENSE. **Um país que exclui e mata.** Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/luta->

por-identidade. Acesso em 18 de setembro de 2019.

atrás apenas de Honduras, Guiana e El Salvador.

Todavia, a decisão do STF e o Provimento nº 73 do CNJ tinham o objetivo de amenizar as dores dessa parcela da população, fazendo cumprir seus direitos e propiciando a entrada no mercado de trabalho.

Concomitantemente aos fatos nacionais, a Organização das Nações Unidas (ONU) selecionou universidades do mundo para integrar o Programa em prol da igualdade de gêneros. A Universidade de São Paulo (USP) foi uma das dez universidades mundialmente escolhidas para fazer parte do movimento solidário “ElesPorElas Impacto 10x10x10” (HeForShe), desenvolvido pela *UN Women*, instituição das Nações Unidas dedicada a projetos na área de igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres. A USP foi a única universidade latino-americana selecionada¹.

Esse programa ainda está ativo e foi lançado no dia 20 de setembro de 2015, quando aconteceu a 72ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, que reuniu dez chefes de Estados, dez presidentes de empresas e dez presidentes de universidades, motivo pelo qual o termo

10x10x10 foi criado. O projeto convocou pessoas de todo o mundo para desenvolver iniciativas e advogar a favor da igualdade de gênero. O compromisso foi assinado pelas seguintes Universidades: Universidade de Georgetown (EUA), Sciences Po (França), Universidade de Nagoia (Japão), Universidade de Stony Brook (EUA), Universidade de Hong Kong (China), Universidade de Leicester (Reino Unido), Universidade Kenyatta (Quênia), Universidade de Waterloo (Canadá) e Universidade de Witwatersrand (África do Sul²).

Esse programa abriu a discussão sobre as propostas para o enfrentamento da questão de transexuais e travestis para todas as áreas das Universidades do Estado de São Paulo. A discussão sobre o tema “Igualdade de direitos” também foi aberta a outras pessoas, além das mulheres nos campi, para a elaboração de artigos, discussões no coletivo e seminários. O artigo “Os Direitos de Transgêneros”, por exemplo, foi escrito por Daniela Cardozo Mourão, Professora do Departamento de Matemática da Unesp de Guaratinguetá, que teve o cuidado de apresentar o problema e propor reflexão sobre o assunto para toda a comunidade acadêmica.

¹ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **USP integra movimento internacional da ONU em prol da igualdade de gêneros.** Disponível em: <http://www.fo.usp.br/?p=22059>. Acesso em 19 de setembro de 2019.

² CRUZ, Adriana. **USP apresenta relatório “ElesPorElas” na Assembleia da ONU.** Disponível em: <http://www.cruesp.sp.gov.br/?p=13645>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

No Portal GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra, o artigo “A invisibilidade das pessoas transgêneros no Brasil¹”, datado de 29 de junho de 2015, traz interessantes abordagens sobre o tema, cuja análise é necessária:

Para entender o que acontece no Brasil não é preciso ter experiência em movimentos sociais e grupos de militância. Travestis e transexuais morrem todos os dias em números epidêmicos, de modo geral, porque nossa cultura considera o feminino e não suporta a ideia de que alguém fuja dos rígidos padrões de gênero. Sendo assim, para quem é preconceituoso, é ultrajante aceitar que uma pessoa designada “homem” ao nascer se “rebaixe” e queira levar a vida como uma mulher. Ou que uma pessoa tida como mulher ouse se compreender como homem. Em uma sociedade que estabeleceu e mantém categorias tão fechadas, fugir da regra é uma afronta.

Prossegue o Portal:

O problema é que muitas pessoas trans não desejam deliberadamente afrontar a sociedade; na maior parte do tempo, travestis e transexuais simplesmente tentam sobreviver e seguir com as tarefas cotidianas da vida. Essas pessoas estão submetidas a um sofrimento incalculável, pois mesmos seus direitos básicos, como estudar, trabalhar, ter um documento, comprar roupas ou mesmo ir ao banheiro, lhes são constantemente negados. Essas atividades podem ser questões

corriqueiras para muita gente, mas certamente não são para quem é trans.

O Portal buscou informações com Cris Stefanny, presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que fez o seguinte pronunciamento:

(...) o elevado número de mortes no país reflete a falta de uma lei que puna crimes de ódio contra travestis e homossexuais. (o Brasil já votou a homofobia e transfobia como crime de ódio, em 2019, grifo nosso)

“Outros homossexuais já estão com a violência tão interiorizada que quando são atacados na rua sequer pensam em denunciar porque acham que isso é muito natural”, declara Stefanny.

No mesmo artigo, o Portal faz alusão ao blogueiro Neto Lucon, que:

(...) comenta que a baixa empregabilidade de pessoas trans se deve às dificuldades que a família, a escola e a sociedade no geral impõe. “As travestis e transexuais muitas vezes são rejeitadas pela família, não encontram apoio na escola, não recebem apoio do Estado e, por consequência, não estão preparadas nem capacitadas para enfrentar o mercado de trabalho. Sem apoio familiar, com baixa escolaridade e sem experiência, elas ficam à margem dessa sociedade e acabam sendo empurradas pela cultura e pelo estigma da prostituição”.

¹ GELEDÉS. **A invisibilidade das pessoas transgêneros no Brasil**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-invisibilidade->

[das-pessoas-transgeneros-no-brasil/](https://www.geledes.org.br/a-invisibilidade-das-pessoas-transgeneros-no-brasil/). Acesso em 21 de setembro de 2019.

Em junho de 2015, Neto Lucon apontou as possíveis soluções para a baixa empregabilidade de trans:

“A escola ser mais bem preparada para inserir e respeitar uma aluna trans. As empresas e empregadores serem sensibilizados e preparados para receber uma profissional trans. São políticas públicas que visam estigma da prostituição”. Ele listou iniciativas que já funcionam, como o Projeto de Lei de Identidade de Gênero, apelidada de João Nery, de autoria de Jean Wyllys (PSOL) e Érika Kokay (PT). “É a Lei João Nery, que visa facilitar a mudança do nome no documento, ser aprovada. É a iniciativa do site TransEmpregos, que visa reunir travestis e transexuais profissionais e empregadores que estejam dispostos a contratar tais pessoas. São exemplos, como da SP Escola de Teatro, que tem uma cota para funcionários travestis ou transexuais, serem ressaltados. É a mídia sabendo respeitar uma pessoa trans, inclusive a sua identidade de gênero, e não trata-la como marginal. Tudo isso ajuda o grupo ser visto como mais uma cidadão e cidadã, de maneira humanizada e mais produtiva”.

Em seguida, o trecho abaixo demonstra a dificuldade da tramitação do Projeto de Lei João Nery, cuja solução será vista a seguir:

Apesar do Projeto de Lei de Wyllys e Kokay, o diálogo com a classe política é quase inexistente, segundo a presente da Antra. “A bancada conservadora evangélica faz muito barulho e as demais parcelas de deputados entram nessa ladainha. Devido as parcerias

políticas que são feitas com a bancada ruralista, com os pentecostais e com os fundamentalistas, infelizmente a gente não consegue avançar. Então, se não tem uma lei federal pra punir assassinatos e discriminação, infelizmente a gente não vai avançar muito, porque as leis estaduais e municipais têm apenas o poder de punir com multas, com sanções leves, e não de punir com base em uma lei federal”.

No dia 01 de março de 2018, o STF julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275 (ADI 4275), que tramitava desde julho de 2009 e que versava sobre o reconhecimento do direito dos transgêneros em alterar o prenome e o sexo no registro civil diretamente no cartório, sem interferência de Juízes e sem a obrigação de prévia cirurgia de redesignação de sexo. Desse modo, a transgenitalização passou a ser tão somente uma opção e não uma obrigatoriedade. Na realidade, a votação do Projeto de Lei João Nery, que se arrasta na Câmara dos Deputados em Brasília, foi antecipada.

Esse julgado deu origem ao Provimento nº73 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe “sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN)”. Esse foi um avanço do movimento que foi ouvido pelos Juristas, os quais trabalharam juntos em prol dos anseios de um determinado grupo. Foi uma vitória para o movimento LGBTI.

Segundo o site Jornalistas Livres¹, a decisão do STF garantiu os efeitos do Projeto de Lei João Nery, que tramita desde 2013 na Câmara dos Deputados.

A votação não foi por unanimidade, mas a maioria do STF reconheceu a necessidade dos direitos previstos no Projeto de Lei João Nery ter a autorização da Suprema Corte para fazer valer em todo o país. Votaram a favor os Ministros Edson Fachin, Luiz Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Celso de Mello e Cármen Lúcia, então Presidente do STF. Os votos vencidos foram por razões diferenciadas: o Relator Ministro Marco Aurélio, por exemplo, considerou necessário o procedimento se dar por via da jurisdição voluntária da Câmara dos Deputados e, posteriormente, do Senado. Já os Ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes consideraram necessária a autorização judicial para a alteração. Todavia, conforme afirma o artigo dos Jornalistas Livres²:

Essa era uma reivindicação urgente, já que muitas pessoas trans não dispõem de recursos para as cirurgias exigidas ou simplesmente não desejam realizá-las. Além disso, juízes conservadores ou que deliberadamente confundiam suas fés particulares com exercício de julgar vinham botando obstáculo para garantir a cidadania das pessoas trans.

Mesmo com a lentidão já conhecida da Justiça, o STF foi mais rápido do que o

Congresso em garantir esse direito da população trans. Desde 2013, tramita na Câmara o projeto de Lei João Nery (5002/2013), que nunca entrou na pauta para ser votado ou debatido, mesmo sendo uma reivindicação ampla do movimento LGBT organizado. O conservadorismo da maioria dos parlamentares na Câmara dos Deputados nunca deixou a proposta de Jean Wyllys e Érika Kokay avançar.

Segundo o artigo, o ex-Deputado Federal Jean Wyllys fez a seguinte ressalva:

(...) o projeto ainda prevê coisas que não foram deliberadas na ação do STF. “O acesso à hormonoterapia, às cirurgias de redesignação através do SUS, verbas para educação e cultura e a criação de um programa nacional que estude e planeje ações para reduzir o preconceito contra as pessoas trans também estão previstas”, observou.

Enfim, em 13 de junho de 2019, o STJ julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 (ADO 26), de relatoria do Ministro Celso de Mello, e o Mandado de Injunção 4733 (MI 4733), de relatoria do Ministro Edson Fachin. Por maioria de votos, a Suprema Corte reconheceu a mora do Congresso Nacional quanto à incriminação dos atos atentatórios a direitos fundamentais dos integrantes da sociedade LGBTI. Essa votação enquadrava a

¹ ANASTÁCIO, Márcio. Vitória Trans: STF garante efeitos do PL João Nery. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/vitoria-trans-stf->

garante-efeitos-do-pl-joao-nery/. Acesso em 21 de setembro de 2019.

² Ibidem.

homofobia e a transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa.

Votaram a favor do enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989) – até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria – os ministros Celso de Mello, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Ficaram vencidos os ministros Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, por entenderem que a conduta só pode ser punida mediante lei aprovada pelo Legislativo. O ministro Marco Aurélio não reconhecia a mora, segundo dados do site do STF¹.

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se que desde o julgamento da ADPF 132 e da ADI 4277, em maio de 2011, o STF vem na mesma esteira de aprovar, antecipadamente, temas que tramitam no corredor da votação da Câmara dos Deputados em Brasília. Morosamente e sem nenhuma perspectiva de votação favorável à sociedade LGBTI, adotam a proatividade e, segundo opositores, “legislam” de modo cada vez mais tímido em suas decisões, a ponto de deixar a conclusão definitiva para o Congresso Nacional, sem se importarem quanto ao resultado (favorável ou não) e sem indicarem sugestões ou orientação na linha de votação.

¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa.** Disponível em:

Apesar dos esforços de alguns Ministros da Suprema Corte nessas votações, cujo objeto da ação se reporta aos direitos da sociedade LGBTI, a realidade é outra. Assim como os Policiais Militares, os representantes dos Poderes Públicos, a sociedade civil, os parlamentares eleitos pelo povo, especialmente os Operadores do Direito, ainda precisam aprender a ter empatia para lidar com as demandas e cumprir a determinação dos julgados.

Quanto aos Operadores do Direito, cabe tornar o vocabulário jurídico inteligível à compreensão de todos, no intuito de possibilitar o acesso à justiça como uma possibilidade de garantir direitos e de fazer valer o Estado Democrático de Direito, ainda que alguns julgados sejam temporários. A votação da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989), por exemplo, apresenta uma ressalva: é válida até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria. Embora com tímida proatividade, a Suprema Corte poderia determinar que o Projeto de Lei que tramita na Câmara só poderia ter a mesma decisão da maioria do Plenário do STF. Além disso, a corte foi incoerente ao deixar em aberto o que se entende “sobre a matéria”.

A Ministra Carmen Lúcia, mesmo sem fazer previsão, tinha total razão quando afirmou em 05 de maio de 2011:

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em 21 de setembro de 2019.

Este julgamento demonstra que ainda há uma longa trilha, que é permanente na história da humanidade, para a conquista de novos direitos. A violência continua, minorias são violentadas, discriminações persistem. Veredas há a serem palmilhadas, picadas novas há a serem abertas para o caminhar mais confortável do ser humano.

De fato, ainda há muito que trilhar para se ter novos direitos, reconhecimentos de direitos, segurança jurídica e justiça, pois a Câmara conservadora poderá apresentar retrocesso. Logo, a luta nem sequer começou. Cabe ao Operador do Direito fazer valer o acórdão através da sua militância profissional, pois só assim os novos direitos serão concretizados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTÁCIO, Márcio. **Vitória Trans: STF garante efeitos do PL João Nery**. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/vitoria-trans-stf-garante-efeitos-do-pl-joao-nery/>. Acesso em 21 de setembro de 2019.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** Editora Brasiliense. São Paulo. 2012. Republicado em e-book pela Amazon, 2018.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em 21 de setembro de 2019.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PDC nº 871 de 2013**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7AEC6A9F68C254B47C6562D564D6E96A.node1?codteor=1099479&filename=Avulso+-PDC+871/2013. Acesso em 14 de setembro de 2019.
- CORREIO BRAZILIENSE. **Um país que exclui e mata**. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/luta-por-identidade>. Acesso em 18 de setembro de 2019.
- CRUZ, Adriana. **USP apresenta relatório “ElesPorElas” na Assembleia da ONU**. Disponível em: <http://www.cruesp.sp.gov.br/?p=13645>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

- DESLANDES, Keila (Coord.). **Homotransfobia e Direitos Sexuais** – Debates e Embates Contemporâneos. Cadernos da Diversidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- FLORES, Joaquim Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Fundação Boiteux. Florianópolis. 2009.
- GELEDES. **A invisibilidade das pessoas transgêneros no Brasil**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-invisibilidade-das-pessoas-transgeneros-no-brasil/>. Acesso em 21 de setembro de 2019.
- RIOS, Roger Raupp, SEFFNER, Fernando. **Direitos Sexuais e Direito de Família em Perspectiva Queer**. Editora da UFCSPA. 1ª Ed. Porto Alegre. 2018.
- RIOS, Roger Raupp; GOLIN, Célio; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Homossexualidade e Direitos Sexuais** – Reflexões a partir da decisão do STF. Editora Sulina. 1ª Ed. Porto Alegre. 2011.
- SANTOS, Aline. **Sociedade LGBT não se sente segura com a Polícia Militar**. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=2151, Acesso em 18 de setembro de 2019.
- SANTOS, Aline. **Sociedade LGBT não se sente segura com a Polícia Militar**. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=2151, Acesso em 18 de setembro de 2019.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. USP integra movimento internacional da ONU em prol da igualdade de gêneros. Disponível em: <http://www.fo.usp.br/?p=22059>. Acesso em 19 de setembro de 2019.
- WISNIEWSKI, Ana Patrícia Racki. **Transexualidade e Direito** – Construção para além dos círculos hegemônicos de poder. 1ª Ed. Lumen Juris. Coleção Crítica do Direito, 2019.

7. NOTA BIOGRÁFICA

Fatima Maria Marins Guerreiro

Graduada em História, Licenciatura Plena, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, em março de 1982; Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FND/ UFRJ, em 2004;

Especialização em Direito Civil Constitucional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ em 2006 e em Direito Administrativo pela Faculdade UnYleYa em 2016. Mestranda em Ciências Jurídicas na Universidad Columbia desde julho de 2018.

Trabalhou como Professora concursada em 1982, da rede estadual de ensino no Estado do Rio de Janeiro, lecionando História até 2001. Concursada pública DASP em 1983, para ocupar cargo efetivo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ocupando, inclusive, diversos cargos de confiança, posteriormente, redistribuída para Advocacia-Geral da União em 2002, estando na ativa até a presente data na qualidade de Assessora do Setor Previdenciário do Escritório Avançado da Procuradoria Seccional de Petrópolis em Nova Friburgo..



CONVIDADO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

A QUALIDADE DA ÁGUA UTILIZADA PARA CONSUMO EM CIDADE DE LESTE

JOÃO GUILHERME CRUZ NUNES (jguilhermenunes2010@hotmail.com) – Aluno do 8º período do curso de Medicina na Universidade Maria Serrana, Cidade de Leste –Paraguai.

JESSICA MANUELA MOREIRA CARMO LIMA (mc.arquiteta@hotmail.com) – Arquiteta pela Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR, aluna do 5º período do curso de Medicina na Universidade Maria Serrana, Cidade de Leste -Paraguai.

MÁRCIO ANTÔNIO DE ABREU BRASIL (marcioabreubrasil@hotmail.com) – Aluno do 8º período do curso de Medicina na Universidade Maria Serrana, Cidade de Leste –Paraguai.

JEFFERSON OLIVEIRA MOURA SILVA (jefferson.moura1@hotmail.com) – Aluno do 8º período do curso de Medicina na Universidade Maria Serrana, Cidade de Leste -Paraguai.

ALESSANDRO BALBI UCHÔA (alebalbi03@gmail.com) – Doutor em Administração pela Universidade Americana – PY, Mestre em Administração pela Universidade Americana – PY, com MBA em Finanças Corporativas, MBA em Gestão Empresarial, formado em Administração de empresas no Centro Universitário Nilton Lins, Estudante do 8º período do curso de Medicina na Universidade Maria Serrana –PY e Empresário.

RESUMO - A qualidade da água é um dos fatores indispensáveis para o uso potável aos seres humanos. Este trabalho tem o objetivo de avaliar a qualidade da água saneada que a população da Cidade de Leste no Paraguai usufrui, considerando as normas pré-estabelecidas pelo Ministério da Saúde do Brasil (2016). A turbidez, os coliformes fecais, o PH e demais exames mínimos necessários fazem partes nesse trabalho visando de forma indicativa, informar qual é o nível de qualidade da água nesta cidade. Cidade de Leste possui aproximadamente 300 mil habitantes além de inúmeros brasileiros que estudam, visitam e frequentam-na diariamente. O risco de beber, lavar alimentos e outras atividades domésticas com água impura ou imprópria para o consumo é extremamente perigosa e podem causar risco de doenças parasitárias dentre outras, dessa forma, uma boa qualidade na água garante a segurança e tranquilidade para ao utiliza-la.

PALAVRAS-CHAVE: Água. Cidade de Leste. Qualidade. População.

RESUMEN - La calidad del agua es uno de los factores indispensables para que los humanos la utilicen. Este estudio tiene como objetivo evaluar la calidad del agua sanitaria que disfruta la población de la ciudad del Este de Paraguay, considerando los estándares preestablecidos por el Ministerio de Salud de Brasil (2016). La turbidez, los coliformes fecales, el PH y otras pruebas mínimas necesarias son parte de este trabajo, con el objetivo de informar de manera indicativa el nivel de calidad del agua en esta ciudad. Ciudad del Este tiene aproximadamente 300 mil habitantes e innumerables brasileños que lo estudian, visitan y asisten diariamente. El riesgo de beber, lavar alimentos y otras actividades domésticas con agua potable insegura o insegura es extremadamente peligroso y puede causar un riesgo de enfermedades parasitarias, entre otros, por lo que la buena calidad del agua garantiza la seguridad y la tranquilidad al usarlo.

PALABRAS CLAVES: Agua Ciudad del este. Calidad. Población.

1. INTRODUÇÃO

A utilização da água pela população, passa pelas necessidades pessoais de consumo, porém deve-se levar em conta também as necessidades coletivas como as atividades econômicas e sociais.

A qualidade da água é um determinante indispensável, principalmente quando o destino, em especial, serve para o abastecimento para o consumo humano. Este uso tem sofrido restrições significativas em função de prejuízos nos rios provenientes das ações naturais e antrópicas, as quais alteram os aspectos de qualidade e quantidade de água disponível para o uso humano e principalmente se não existe tratamento adequada para a água distribuída a população.

De alguns anos aos dias de hoje a preocupação com a preservação, o controle e a utilização racional da água, vem aumentando consideravelmente, fazendo com que, medidas protecionistas, e principalmente e preventivas sejam adotadas para a correta utilização da água.

Uma pesquisa de campo coletando as amostras de água que é distribuída na cidade de Leste no Paraguai e sua devida análise em laboratório especializado para demonstrar a qualidade desta água é o principal objetivo deste trabalho científico.

A água utilizada para consumo humano, não deve apresentar cor, ter odor nem sabor. No entanto, para garantir com rigor a sua qualidade, é fundamental

recorrer a análises cuidadosas a diversos parâmetros e em diversas épocas sazonais.

Segundo HARVEY (2002) “Nem toda a água que existe na natureza é própria para consumo, mas não te preocupes, porque existem processos de tratamento da água, que garantem que a água que chega a tua casa seja potável!” Entretanto esse tratamento adequado é um dos grandes problemas enfrentados pela população de Cidade de Leste, bem como a falta de limpeza em suas caixas d água, essa combinação de falta de tratamento adequado mais a falta de limpeza hídrica principalmente pela falta de conhecimento e recurso financeiro, são os dois grandes gargalos negativos da boa qualidade água potável em Cidade de leste.

2. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Cidade de Leste é uma cidade do Paraguai que faz fronteira com a cidade de Foz do Iguaçu no Brasil e a cidade Puerto Iguaçu na Argentina.

Os moradores destas cidades possuem acesso às mesmas com uma burocracia alfandegária e aduaneira facilidade para o bom convívio entre os povos respeitando os limites migratórios estabelecidos.

Cidade Del Este é bastante conhecida pelos brasileiros por ser considerada uma cidade de livre comércio de eletrônicos e cosméticos importados, além de ofertar vários cursos de Medicina causando um êxodo migratório positivo ao seu favor, contribuindo assim para o aumento

populacional de brasileiros residindo, estudando e comercializando na cidade.

2.1.OBJETIVOS

Com o aumento populacional de brasileiros, houve inevitavelmente um choque cultural, tanto pelos brasileiros quanto pelos paraguaios. Onde gradativamente existe uma constante evolução cultural perfazendo assim, novas exigências de posturas, costumes, qualidades, respeitos e adaptações para um bom convívio.

Tal evolução adaptativa cultural, beneficia a população em geral, pois uma nova visão cria também novas exigências e com elas novas soluções.

2.1.1. OBJETIVOS GERAIS

O objetivo geral deste trabalho é analisar de forma técnica com ajuda de laboratório especializado em análises de água, para demonstrar, indicar e informar a qualidade da água utilizada na Cidade Del Este.

2.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A demonstração da qualidade da água será feita especificamente para atingir alguns objetivos específicos:

Qualidade e nível da água com relação a coliformes fecais;

- Qual o nível do cloro utilizado na água;

- Presença de fluoreto na água;
- Nível de turbidez na água;
- Demonstrar e informar o risco microbiológico.

2.2.JUSTIFICATIVA

As infecções parasitárias são uns dos maiores problemas em países subdesenvolvidos segundo IFEC-RS [2017], e com uma população prioritariamente de classe social baixa, e sem um devido programa adequado de prevenção a parasita e a higiene os moradores de Cidade de Leste estão consumindo a água distribuída encanada ou de poço sem conhecimento se a mesma possui qualidade necessária para o consumo.

O trabalho irá assegurar com as devidas análises se a água consumida possui as mínimas condições para o consumo, conforme as normas e padrões exigidos no Brasil através da Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano do Ministério da Saúde do Brasil.

3. METODO

Trata-se de uma pesquisa de campo para coletar amostras de água de acordo com os procedimentos da Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano do Ministério da Saúde do Brasil, onde serão coletadas 36 amostras de uma população de aproximadamente 300 mil habitantes distribuídos demograficamente abaixo:

FIGURA 1: MAPA DOS BAIRROS DE CIDADE DE LESTE



FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2018

QUADRO 1: BAIRROS DE CIDADE DEL ESTE E SUA POPULAÇÃO

BARRIOS DE CIUDAD DEL ESTE					
N.º	BARRIO	POBLACIÓN	N.º	BARRIO	POBLACIÓN
1	Acaray	8.295	16	Área 4	3.606
2	Jardín del Este	22.377	17	Boquerón	5.062
3	San Juan	19.005	18	Área 1	3.227
4	Don Bosco	21.479	19	Área 8	1.265
5	Carolina	12.659	20	San Lucas	5.578
6	La Blanca	12.190	21	Santa Ana	8.375
7	Che La Reina	7.554	22	23 de Octubre	13.031
8	Pablo Rojas	10.896	23	San Alfredo	3.390
9	San Blas	8.880	24	San José	2.572
10	Microcentro	10.053	25	San Isidro	1.913
11	Juan Emilio O'Leary	1.608	26	Villa Fanny	3.162
12	Área 2	7.246	27	Ciudad Nueva	42.013
13	Remansito	13.355	28	Jesuitas	12.496
14	Bernardino Caballero	14.302	29	José Félix Bogado	18.110
15	Área 3	2.084	30	Monday	6.032

FONTE: DGEEC (DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS)

Segundo a Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano do Ministério da Saúde do Brasil (2016), quando uma população está entre 200 mil a 500 mil habitantes em uma determinada região ou cidade que será submetida a análises da água, utiliza-se os parâmetros abaixo para detectar micro bióticos e fluoretagem da água. Além do aproveitamento da medição da turbidez e cloro.

Número mínimo mensal de amostras analisadas para os parâmetros cloro residual livre, turbidez, coliformes totais/*Escherichia coli*, segundo faixa populacional do município⁽¹⁾

PARÂMETROS	POPULAÇÃO (HAB.)					
Cloro residual livre ⁽²⁾	0 a 5.000	5.001 a 10.000	10.001 a 50.000	50.001 a 200.000	200.001 a 500.000	Superior a 500.001
Turbidez			8 + (1 para cada 7,5 mil habitantes)	10 + (1 para cada 10 mil habitantes)	20 + (1 para cada 20 mil habitantes)	35 + (1 para cada 50 mil habitantes)
Coliformes totais <i>Escherichia coli</i>	6	9				

Número mínimo mensal de amostras analisadas para o parâmetro fluoreto, segundo a faixa populacional do município⁽¹⁾

PARÂMETRO	POPULAÇÃO (HAB.)					
Fluoreto	0 a 50.000	50.001 a 100.000	100.001 a 200.000	200.001 a 500.000	500.001 a 1.000.000	Superior a 1.000.001
	5	7	9	13	18	27

TABELA 1: QUANTIDADE DE AMOSTRAS POR NÚMERO DE HABITANTES.

FONTE: DIRETRIZ NACIONAL DO PLANO DE AMOSTRAGEM DA VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL

Para o levantamento bibliográfico, optou-se por conteúdos digitais como revistas eletrônicas, sites especializados, artigos científicos e livros eletrônicos, também livros e artigos científicos físicos são fontes desta pesquisa.

A pesquisa se classifica como descritiva, pois segundo Gil (2007), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas

padronizadas de coleta de dados. São pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis. Essas características podem ser idade, sexo, procedência etc., como também a descrição de um processo numa organização, o estudo do nível de atendimento de entidades, levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população, etc.

Para isso, é feita uma análise minuciosa e descritiva do objeto de estudo. Sem a interferência do pesquisador, no qual se encaixa categoricamente como descritiva.

3.1. PROCEDIMENTO DE COLETA

O procedimento para coleta da água, seguiu rigorosamente a instrução do manual de procedimentos e coletas PG023 do laboratório de análises físico químicas, bem como o procedimento do Ministério da Saúde do Brasil, através da Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2016, e todos referenciados pelas normativas abaixo:

NBR 9898 / ABNT - Preservação e Técnicas de Amostragem de Efluentes Líquidos e Corpos Receptores. Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA / AWWA / WEF 22a edição, editora: Centennial, 2012. Métodos Físico Químicos para Análises em Alimentos, Adolfo Lutz, Instituto; 2ª ed.

Editora: Varela, 2007. Brasil. NBR 9251 / ABNT – Determinação de pH, 1986. (MANUAL PG023, 2016).

Conforme o manual Pg023 (2016), os procedimentos mais importantes e que foram feitos corretamente nesta pesquisa para coleta de amostras de água em torneira são:

Microbiológico:

- Passar álcool 70° com gaze ou flambar a torneira.
- Lavar as mãos ou usar luvas descartáveis e passar álcool 70° GL.
- Abrir a torneira deixar escorrer por 3 minutos.
- Esfregar com uma gaze álcool 70° por fora do frasco estéril.
- Abrir o frasco sem tocar na parte interna e enche-lo até um pouco acima da linha.
- Cuidado para não cair respingos, que poderão contaminar a amostra.
- Fecha-lo imediatamente e enviá-lo ao laboratório em caixa térmica.

Físico-químico:

- Enxaguar o frasco 4 vezes com a água a ser analisada.
- Encher o frasco até cerca de dois cm da borda.
- Fechar o frasco e acondiciona-lo em caixa térmica com gelo reciclável.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esse capítulo tem o objetivo de informar através de referências bibliográficas dados históricos, científicos e curiosidades sobre o país pesquisado, a água, coliformes fecais, flúor, cloro e bactérias.

4.1. PARAGUAI

“O Paraguai, foi descoberto em 1524 pelo avanço espanhol, Alejo García, formando a "Província Gigante das Índias".” (SENATUR, 2017).

Entre a descoberta e as operações subsequentes, os nomes mais conhecidos da época eram Sebastián Gaboto, Pedro de Mendoza, Alvar Núñez Cabeza de Vaca, Juan de Salazar de Espinoza, Juan de Ayolas, Domingo Martínez de Irala e outros que tiveram atuação gravitacional na região. fundação de fortes e cidades e iniciaram, em aliança com as comunidades indígenas, um processo de conformação social marcado pela força dos conquistadores e pela ação evangelizadora da Igreja Católica. Os primeiros missionários eram da ordem de São Francisco de Assis, depois vieram os sacerdotes da Companhia de Jesus, os jesuítas, ambos evangelistas deixaram um legado cultural de grande importância para o Paraguai. (SENATUR, 2017).

“O domínio espanhol chegou ao fim em 1811 com a revolução de 14 de maio, quando um grupo de patriotas decidiu construir um país independente e soberano.” (SENATUR, 2017).

Conforme dados históricos disponíveis no site da SENATUR (2017), “A nova República assumiu status constitucional com o governo de Dom Carlos Antônio López em 1844 e experimentou um surpreendente desenvolvimento econômico, técnico e social. Naquela época, serviços como a ferrovia, a navegação mercante, o telégrafo fora estabelecido. Grandes e belos edifícios foram construídos, um estaleiro e a primeira usina siderúrgica da América foram instaladas.”

Atualmente, o Paraguai é um Estado Social de Direito com regime democrático, cujo governo é exercido por três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O território é dividido em 17 departamentos governados por um governador, um conselho departamental e cada distrito tem um governo local chefiado por um prefeito municipal. (SENATUR, 2017).

Além dos 17 departamentos também existe um Distrito Capital, todos relacionados abaixo. (BEZERRA, 2018).

1	Alto Paraguay	10	Concepción
2	Alto Paraná	11	Cordillera
3	Amambay	12	Guairá
4	Distrito Capital	13	Itapúa
5	Boquerón	14	Misiones
6	Caaguazú	15	Ñeembucú
7	Caazapá	16	Paraguarí
8	Canindeyú	17	Presidente Hayes
9	Central	18	San Pedro

“O multiculturalismo faz do Paraguai um país peculiar e diferente, em contínua evolução. Com populações indígenas de cinco famílias linguísticas, os Guarani prevaletentes, com a presença de imigrantes de vários países do mundo, contribuíram para a primeira mistura espanhol-guarani, uma riqueza extraordinária em manifestações culturais.” (SENATUR, 2017).

De acordo com (BEZERRA, 2018), o nome Paraguai, de origem guarani, faz referência ao rio da região, e está organizado conforme abaixo:

- Capital do país: Assunção
- Extensão do território: 406 752 km²
- População Total: 6. 854. 536
- Clima do País: Subtropical
- Idiomas: Guarani e Espanhol
- Religião: Catolicismo e grandes crenças indígenas.
- Moeda: Guarani paraguaio, porém muito aceito o dólar americano.
- Governo: Republicano

4.2.CIDADE DE LESTE

Cidade de Leste é uma cidade que se destaca por não pertencer ao sistema predominante agrícola do Paraguai, principalmente por participar do comércio de fronteira. Além de um importante centro de reexportação de mercadorias, algumas indústrias “maquiladoras”, acabaram se

instalando na região da cidade, atraídas pelos benefícios fiscais locais e também pelo mercado do Mercosul. Nesta cidade, é possível observar um esforço local na implantação de parques industriais na cidade ou ao seu redor, como parte dos planos nacionais para tornar a economia paraguaia mais dinâmica e menos dependente das exportações de commodities. Nesta cidade ou em suas vizinhas, encontram-se os seguintes espaços destinados à indústria (UTEPI, 2007, p.33):

- Parque Tecnológico Itaipu, destinado a indústrias de alta tecnologia na margem direita da represa. No total, são 54 hectares próximo à represa e mais 154 hectares na cidade de *Hernandarias*;
- Parque Industrial Taiwan, na cidade de *Mingua-Guazú*, a 23 quilômetros do centro de Cidade de Leste e a apenas 5 km do aeroporto Guaraní, localizado nesta cidade, com um total de 40 hectares, dos quais 36% já estão sendo utilizados;
- Parque MERCOSUL, a 9 km do centro de Cidade de Leste, ao longo da estrada 9, com 30 hectares, dois quais 20 já estão ocupados e o restante está em processo de ocupação.

Cidade de Leste, devido a sua facilidade de acesso e situação conjugada com o Brasil, acaba apresentando-se como um dos fatores de vantagem competitiva para o Paraguai. Dentro dessa perspectiva, é possível notar que a região conta com várias vantagens locacionais: (LIMA, 2011).

- situa-se às margens do rio Paraná, que a jusante da barragem de Itaipu é navegável até o oceano Atlântico;
- conta com dois aeroportos internacionais próximos, sendo um deles em Foz do Iguaçu e o outro em *Mingua-Guazú*;
- situa-se num importante entroncamento rodoviário, fazendo a conexão Leste-Oeste entre Curitiba e Assunção;
- conta com uma disponibilidade de energia elétrica a baixo preço. A criação destas máquinas vem sendo apontada como uma alternativa para a economia nacional, que dispõe da proximidade com os principais centros consumidores brasileiros para a fabricação local de produtos industrializados, ainda que com forte conteúdo de importados. Mas o mais importante na economia de Cidade de Leste continua sendo a atividade comercial e a movimentação decorrente da aduana local, com tráfego intenso de veículos pesados.

Esta dinâmica local atrai um contingente expressivo de trabalhadores brasileiros, hoje em dia reduzido por causa das maiores restrições impostas ao comércio de fronteira, mas ainda assim significativo, sobretudo tendo em vista o tamanho do mercado de trabalho de Foz do Iguaçu.

As faculdades particulares de Medicina são outros significantes atrativos aos brasileiros, que conseguem pagar o curso, pois é bem mais barato que no Brasil.

A Margem de tudo isso, estão as pessoas residentes, que sofrem com a falta de distribuição de água de qualidade, infraestrutura e benefícios socioeconômicos.

4.3.ÁGUA

De acordo com Bassoi (2005) a água é um recurso natural essencial a vida humana, sendo componente do ser vivo. É a fonte de vida de diversos animais e diversas plantas, pode também ser considerada como um elemento que representa valores culturais e sociais, sendo utilizada também como fator de produção de bens e de produtos agrícolas.

A utilização da água pode ser distinguida sob diversos aspectos, desde a preservação do ser vivo, até as necessidades do ser humano, desta forma, a água é utilizada para as atividades agrícolas, para o abastecimento industrial, geração de energia elétrica, preservação da fauna, abastecimento público, bem como para a navegação. (LIBÂNEO, 2015)

Libâneo (2015) ensina que a água pode ser definida como o recurso natural essencial para a vida, e é destinada especialmente para o consumo humano, contudo, mesmo nos tempos atuais, boa parte da população que vive em zonas rurais não podem usufruir deste recurso de forma plena, pois, geralmente, a água que consomem é de baixa qualidade. Não raras vezes essa parte da população é obrigada a consumir águas com níveis elevados de contaminações químicas e biológicas, assim, tendo ciência da importância da água a saúde da população, sua contaminação

apresenta um alto risco de transmissão de doenças pela falta de acesso de água potável, nesse sentido:

Em regiões carentes e excluídas da rede básica de serviços públicos, a falta de acesso a fontes seguras de água é fator agravante das condições precárias de vida. A busca por fontes alternativas pode levar ao consumo de água com qualidade sanitária duvidosa e em volume insuficiente e irregular para o atendimento das necessidades básicas diárias (RAZZOLINI & GÜNTHER, 2008, p. 22).

A qualidade da água deve ser analisada de acordo com determinados parâmetros, bem como através da análise biológica, química e física. As análises física e química são utilizadas para apontar algumas características e o modo específico da amostra, seu uso é essencial para a análise da qualidade da água. (RAZZOLINI & GÜNTHER, 2008)

Como ensina Richter (2009) para verificar a qualidade da água são utilizados parâmetros físicos, assim, verifica-se a temperatura da água, analisa-se os sólidos dissolvidos e os sólidos suspensos por meio do método gravimétrico, é utilizado também o método nefelométrico para analisar a turbidez.

Para a análise química da água o cloro residual livre também é utilizado como parâmetro, pois este fator está ligado diretamente ao tratamento da água já que o cloro é muitas vezes utilizado para sua desinfecção.

4.3.1. ÁGUA ENCANADA

De acordo com Libâneo (2015) o termo 'água encanada' é utilizada para se referir ao saneamento básico como um todo na distribuição de água, a qual geralmente é potável, através de encanamentos e tubulações. A distribuição de água requer uma infraestrutura para sua extração ou captação, armazenamento, purificação e bombeamento, para que então seja possível a sua distribuição para consumo.

De acordo com Cruz et. al (2007) não são raros os problemas com a qualidade da água encanada, por isso é indicado métodos para sua purificação como, por exemplo, a destilação ou mesmo a fervura da água, tais procedimentos são recomendados quando a potabilidade da água não pode ser confirmada.

O fornecimento da água encanada difere-se dos outros tipos de distribuição de água doce tais como a água dos poços artesianos, água da chuva em cisternas, ou mesmo da água dos rios, córregos e lados, sendo variável a potabilidade nesses casos.

4.3.2. ÁGUA POTÁVEL

A água potável é aquela que pode ser consumida pelos animais e seres humanos pois não oferecem riscos a sua saúde, assim, sua definição pode ser encontrada no art. 4º, inciso I do Decreto 5.540 como sendo a "água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereça riscos à saúde".

Essa Portaria ressalta as responsabilidades, por parte de quem produz a água, a quem cabe o exercício de controle de qualidade da água, das autoridades sanitárias, a quem cabe a missão de vigilância da qualidade da água, como também dos órgãos de controle ambiental, no que se refere ao monitoramento e ao controle das águas dos mananciais de acordo com seu uso como fonte de abastecimento destinada ao consumo humano. A ampla difusão e a implementação dessa Portaria no País constituem importante instrumento para o efetivo exercício da vigilância e do controle da qualidade da água para consumo humano, com vistas a garantir a prevenção de doenças e a promoção da saúde da população. (RICHTER, 2015, p.102)

Para a água ser considerada viável para o consumo humano é necessário que atenda as exigências de potabilidade, assim, quando verificado que a água contém alguma substância fora dos padrões deve ser imediatamente considerada como imprópria para o consumo. Para a análise da potabilidade são utilizadas substâncias como o oxigênio, compostos nitrogenados e cloretos.

Cabe ressaltar que a água cristalina nem sempre pode ser considerada potável, pois a simples análise da cor ou do odor não são capazes de determinar se a água pode ser destinada ou não ao consumo, pois existem organismos que só são identificados a partir de análise microscópica e o consumo de água

imprópria pode causar sérios riscos à saúde. Desta forma, torna-se essencial os testes de potabilidade.

Geralmente as águas de lagos e rios não são indicadas para o consumo humano, pois não tiveram o tratamento adequado, contudo, após o tratamento, e, se atendido todos os padrões de potabilidade determinados pelo Ministério da Saúde, a água pode ser enviada para a população para o consumo.

Importante destacar o que determina o art. 6º da Portaria 518/2004:

§1.º - recomenda-se que, no sistema de distribuição, o Ph da água seja mantido na faixa de 6,0 a 9,5;

§2.º - recomenda-se que o teor máximo de cloro residual livre, em qualquer ponto do sistema de abastecimento, seja de 2,0 mg/L.;

§3.º - recomenda-se a realização de testes para detecção de odor e gosto em amostras de água coletadas na saída do tratamento e na rede de distribuição de acordo com o plano mínimo de amostragem estabelecido para cor e turbidez.

Resta claro que a qualidade da água é fundamental para a preservação da saúde pública, já que a contaminação pela água é um dos maiores fatores e risco para a saúde em países em desenvolvimento, nos quais são maiores as taxas de mortalidade.

4.4. PARASITAS

Conforme Sandro Gazzinelli, (2011), as doenças parasitárias podem ser definidas como o conjunto de fatores de muita importância para determinação de frequência e acometimento destas doenças.

A distribuição geográfica, o mecanismo de transmissão, reservatórios e outros fatores são fundamentais no campo como determinísticos. (GAZZINELLI, 2011).

Na mesma linha de raciocínio, Carneiro e Antunes (2010), elencam as principais formas de disseminação de doenças parasitárias:

- Água,
- Alimento,
- O ar;
- Contato de pessoa para pessoa;
- Trato respiratório, gastrointestinal, geniturinário, cutâneo;
- e reservatório de agentes.

Como descrito acima, inúmeras são as formas de propagação de doenças parasitárias, entre tanto, a transmissão pela água merece um destaque especial uma vez que, a água é um dos mais importantes e especiais substância para a manutenção da vida.

Carneiro (2010) continua afirmando que hoje existe uma grande preocupação com a qualidade da água, pois ela é fundamental para a sobrevivência humana e atualmente encontram-se em processo de degradação, pois cada vez mais, altos índices

de substâncias e microrganismos são encontrados e em sua maioria nocivos à saúde humana. Dessa forma não seria diferente o aumento inevitável de doenças que o ser humano é acometido, principalmente pela contaminação da água. Apesar de todos os avanços tecnológicos e científicos conquistados pela humanidade nos últimos anos as doenças parasitárias de veiculação hídrica se tornaram um grave problema de saúde pública.

Segundo Santos, (2002) apud Silva et al contribui com o mesmo pensamento, quando relata que a falta de água de boa qualidade, a poluição de dejetos na água, o escasso e inadequado destino do lixo, levam a uma consequência devastadora de poluição fluvial, o que provoca a incidência elevada de doenças parasitárias.

As parasitoses hídricas acontecem por meio da ingestão de água contaminada por fezes ou urina humanas ou animais, que contenham microrganismos patogênicos. Outra forma de contágio é o contato da água com os olhos e pele. As principais parasitoses transmitidas pela água são:

- Esquistossomose;
- Ascaridíase;
- Teníase;
- Oxiuríase;
- Ancilostomose;
- Amebíase e giardíase;
- Escherichia coli, etc.

A educação sanitária, o saneamento e a melhoria do estado nutricional são importantes na profilaxia das doenças parasitárias, principalmente as de veiculação hídrica.

4.4.1. ESCHERICHIA COLI

Escherichia coli é uma bactéria que reside no intestino de animais quentes e possuidores de sangue, e sua presença indica alterações quanto à qualidade da água e também de alimentos. A E. coli, constantemente provoca doenças, quando a imunidade está alterada, como infecções urinárias, diarreia e a colite hemorrágica e síndrome hemolítico-urêmica. (BRASILESCOLA, 2018).

A E. Coli é tem a forma de bastonete, é anaeróbia facultativa. Seu habitat primário é o trato gastrintestinal de humanos e outros animais de sangue quente. Quando presente na água e alimentos serve principalmente para indicar baixa qualidade dos mesmos, tal análise faz através da análise de coliformes fecais:

O grupo de Coliformes Fecais é formada por grande parte da bactéria Escherichia coli e, dessa forma, sua presença sugere, indica e alerta sobre a possibilidade de haver, naquele local, microrganismos intestinais capazes de provocar doenças, porém ela não é a única.

Normalmente a bactéria em questão habita o intestino de uma forma harmoniosa, sem agredir e se agredida pela defesa imunitária do ser humano, ou seja, sem

causar problemas de saúde. Porém, quando se direciona para a circulação sanguínea ou outras regiões do corpo, é considerada infecciosa.

Outra forma de se manifestar, é pela ingestão de água ou alimentos contendo cepas da bactéria, tais cepas presente na água devido a contaminação por esgoto ou fezes de pessoas contaminadas, contato com animais doentes, além de contágio por mau procedimento dos profissionais da saúde ou instrumentais médicos contaminados. Além disso, por algum problema de saúde, ou falta de boa higienização, o próprio hospedeiro pode permitir que a bactéria desencadeie a doença; (BELLA CRUZ, 2010).

FOTO 2: ESCHERICHIA COLI



FONTE:

[HTTPS://WWW.TOPSANTE.COM/THEMES/ESCHERICHIA-COLI](https://www.topsante.com/themes/escherichia-coli)

Doenças que podem ser provocadas pela bactéria Escherichia coli:

- Diarreia do viajante ou gastroenterite: provoca desarranjos/diarreias gastrointestinais;
- Cistite, que é a inflamação da bexiga e aparelho urinário inferior;

- Meningite: (doença com alto grau de mortalidade) em neonatos;
- Sepsis: infecção generalizada preexistente à resposta inflamatória do organismo;
- Peritonite: Inflamação do peritônio, outra doença que pode levar ao óbito em pouco tempo caso não seja tratado a tempo.

Bella Cruz (2010), acrescenta que as bactérias naturalmente vão evoluindo, ou seja ficando resistente ao tratamento e antibióticos, para superar as condições adversas que encontram. Elas podem desenvolver a capacidade de produzir substâncias tóxicas, além daquelas que facilitam sua invasão e/ou adesão ao epitélio do hospedeiro. Por ser uma bactéria Gram negativa, possui dupla camada (2 capsulas) para sua proteção, o que dificulta a sua eliminação pelo sistema imunológico do hospedeiro; ou que facilitam sua adesão, e transmissão de informações genéticas entre indivíduos (fímbrias). O conjunto destas características determina o grau de virulência e patogenicidade.

Em função do formato anatômico feminino, as mulheres são mais acometidas pelas doenças causadas pela bactéria E. Coli, pois constantemente a bactéria é excretada pelo anus na defecação e caso não faça uma boa higienização pode contaminar o canal da uretra e provocar cistite.

Medidas importantes para prevenir infecções:

- Lavar bem as mãos antes e depois de ir ao banheiro;
- Lavar as mãos antes de todas as refeições;
- Também deve-se lavar as mãos antes de preparar os alimentos;
- Evitar o consumo de alimentos crus, em caso de consumo, lavar bem os alimentos que são consumidos, como alface e tomate, descascando-os, se possível, ou, pelo menos, desinfetando-os com água sanitária;
- Cozinhar bem as carnes e vegetais antes de ingeri-los;

Quanto ao tratamento das infecções por E. coli, dependendo de qual doença provocada, o seu tratamento é diferenciado, entretanto a abundância do consumo de água é uma medida que ajuda na defesa. A utilização de antibióticos também pode ser adotada conforme critério médico.

4.4.2. COLIFORMES FECAIS

Coliformes fecais, passou a se chamar atualmente de termotolerantes, conforme alteração e resolução nº 375 de 17 de março de 2005 no artigo 2º inciso XI, CONAMA, são:

XI - Coliformes termotolerantes: bactérias gram-negativas, em forma de bacilos, oxidase - negativas, caracterizadas pela atividade da enzima- galactosidase. Podem crescer em meios contendo agentes tensoativos e fermentar a lactose nas temperaturas de 44° - 45°C, com produção de ácido, gás e aldeído. Além de estarem presentes em fezes humanas e de animais homeotérmicos, ocorrem em solos, plantas ou outras matrizes ambientais que não tenham sido contaminados por material fecal. (CONAMA, 2005).

Denomina-se de coliformes fecais a um grupo de bactérias que são encontradas no trato intestinal de homens e animais, entretanto, alguns autores preferem utilizar o termo Termotolerantes de acordo com a resolução do CONAMA, devido a algumas bactérias pertencentes a esse grupo não serem encontradas em fezes. (MUNDOEDUCAÇÃO, [2019]).

Esse grupo, agora então denominado Termotolerantes, possui em grande maioria a bactéria *Escherichia coli* como a principal e algumas bactérias do gênero *Klebsiella*, *Citrobacter* e *Enterobacter*.

A *E. coli* é a única bactéria habitar e viver no intestino humano. Esse habitat no trato intestinal não acomete a doenças, porém quando passa a corrente sanguínea, urinária causa grande desconforto e infecções de pequena a grande relevância. Comumente, algumas variantes podem desencadear distúrbios gastrointestinais caracterizados por diarreia aquosa e gastroenterite. Além disso, essa bactéria está

relacionada com infecções urinárias, pneumonias e meningites. (MUNDOEDUCAÇÃO, [2019]).

5. RESULTADO DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo demonstrar os resultados obtidos na coleta e análise da água distribuída na Cidade de Leste.

Conforme descrito no capítulo de metodologia, foram coletadas 36 amostras distribuídas por áreas da cidade (bairros, assentamentos, mercado municipal, residências, lojas comerciais e poços artesianos).

O resultado encontrado total foi:

TABELA 2 – RESULTADO TOTAL

ESCHERICHIA COLI		
PRESENÇA		2
AUSÊNCIA		34
COLIFORME FECAIS		
PRESENÇA		15
AUSÊNCIA		21
FLUORETO		
ANORMAL		11
NORMAL		25
CLORO		
ANORMAL		16
NORMAL		20

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES

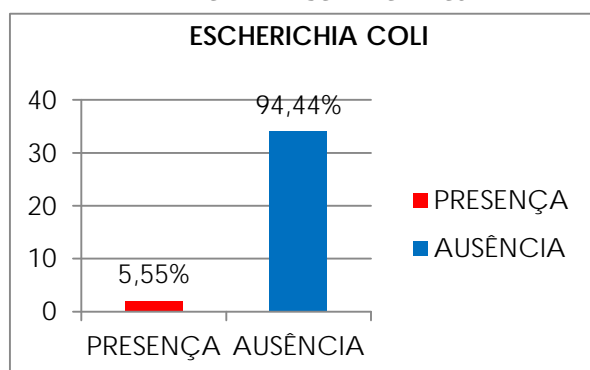
5.1.ESCHERICHIA COLI

De um total de 36 amostras coletadas na cidade, apenas 2 amostras foram afirmativas com a presença da bactéria *Escherichia Coli*.

A *Escherichia Coli* é a causadora da grande maioria das infecções urinárias, principalmente nas mulheres. Pela proximidade anatômica entre o anus e o meato uretral, a *Escherichia* pode com facilidade alcançar o aparelho urinário e as vias urinárias, ao contrário do intestino, que não dispõem de um mecanismo para uma convivência pacífica, resultando uma infecção urinária. (CAVALVANTE, [2019]).

Apesar de apenas 2 amostras infectadas pela bactéria, tem que levar em conta que os locais onde foram coletadas as amostras (área 2 e San Augustin), são áreas não muito populosas e com um desenvolvimento relativo comercial, porém deve ser feito prevenções e controles mensais para exterminar a presença desta

GRÁFICO 1 – RESULTADO DAS AMOSTRAS COM INFESTAÇÃO PELA BACTÉRIA ESCHERICHIA COLI



FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES

bactéria na água fornecida a população dessas regiões.

5.2.COLIFORMES FECAIS

Coliformes fecais, atualmente chamado de coliformes termotolerantes, são bactérias que estão presentes em grandes quantidades no intestino do homem e animais de sangue quente. (MUNDO DA EDUCAÇÃO [2018]).

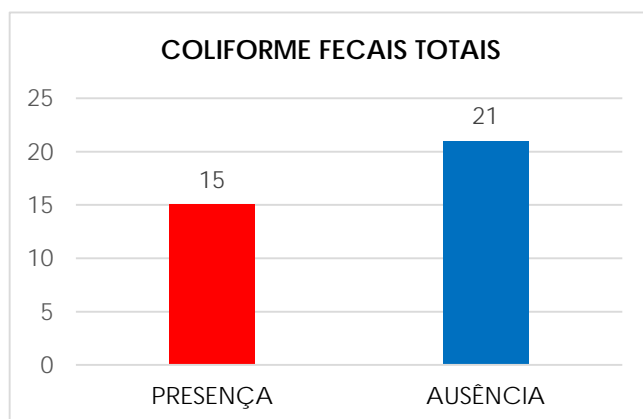
Os coliformes fecais (termotolerantes) inclui três gêneros, *Escherichia*, *Enterobacter* e *Klebsiella*, nesta pesquisa as amostras foram feitas com detecção separada para *Escherichia* e coliformes fecais totais para as demais.

No gráfico abaixo indica que 15 das 36 amostras estão infectadas com coliformes fecais, ou seja, quase 42% possuem coliformes fecais, isso é um indicativo muito forte de que a água está contaminada por fezes e esgoto, o que proporciona um risco muito elevado de contaminação e disseminação de doenças digestivas, urinárias dentre outras.

Essa contaminação pode ocorrer principalmente pela falta de limpeza dos canos e caixa d'água comunitárias e residencial, pois testes feitos em torneiras da distribuidora de água em Cidade de Leste, comprovam que a água sai inicialmente da distribuidora sem contaminação, e boa para consumo.

A constatação que a falta de cloro, e flúor em mais e 50% das análises também é um indicativo que a água sai boa para consumo da distribuidora á curto espaço, porém ao ser distribuída ao longo da cidade sua eficácia e qualidade pioram significativamente.

GRÁFICO 1 – RESULTADO DAS AMOSTRAS COM INFESTAÇÃO POR COLIFORMES FECALIS TOTAIS



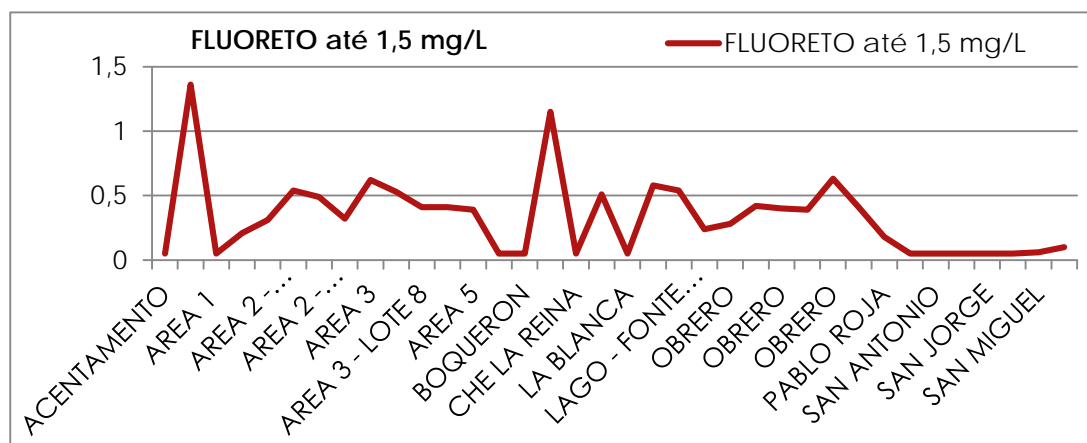
FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES

5.3.FLUORETO, CLORO E TURBIDEZ

5.3.1. FLUORETO

O fluoreto, não deve ultrapassar a 1,5 mg/L, pois torna a água imprópria para o consumo, nesta pesquisa esse limite não foi ultrapassado, porém foi detectado que em algumas amostras, o nível estava muito baixo o que não acarreta prejuízo a qualidade da água distribuída na cidade.

GRÁFICO 1 – RESULTADO DAS AMOSTRAS DO FLUORETO POR ZONAS DA CIDADE



FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES

5.3.2. CLORO

O Cloro é um dos principais agentes para a correta permanência da qualidade da água. Para tanto existe um percentual mínimo que deve constar em toda a distribuição da água para que não exista proliferação de microrganismos nocivos à saúde do ser humano.

Brasil (2012), afirma que:

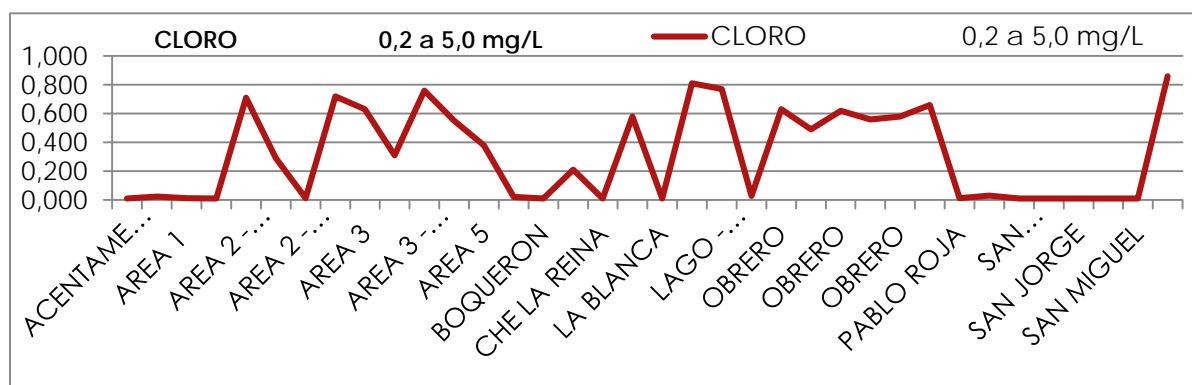
“A concentração mínima de cloro residual livre estabelecida no padrão potabilidade (0,20 mg/L) refere-se ao residual mínimo que deve estar presente na água em toda a extensão do sistema de distribuição (reservatório e rede) como prevenção a uma possível contaminação e/ou à proliferação de microrganismos no sistema de distribuição. Valores de cloro residual livre inferiores a 0,20 mg/L podem indicar falhas no processo de desinfecção, consumo excessivo do cloro residual no sistema de distribuição ou necessidade de pontos secundários de cloração (recloração) devido à extensão da rede de distribuição. Embora não ofereça riscos à saúde, níveis de cloro residual livre superiores a 2,0 mg/L (valor

recomendado) podem causar rejeição da população (devido à manifestação de gosto e odor na água) e, conseqüentemente, a busca por fontes alternativas não seguras. Por fim, a concentração de 5,0 mg/L constitui o valor acima do qual representa riscos à saúde da população, ou seja, se uma amostra de água com concentração de cloro residual livre for superior a 5,0 mg/L, não atende ao padrão de potabilidade. Tal fato pode estar associado a problemas nos equipamentos de dosagem ou à aplicação de doses excessivas (superdosagens) com o intuito de compensar o consumo do desinfetante na rede.”

Conforme o gráfico abaixo, pode-se verificar que em 16 amostras o que corresponde a 44 % das amostras analisadas estão abaixo do recomendado, abrindo caminho assim, para a contaminação e proliferação de microrganismo.

É um indicador bastante importante pois, sem essa barreira, microrganismo das fezes e esgoto que estão em contato com a água pode e está proliferando sem barreiras que deveriam existir.

GRÁFICO 1 - RESULTADO DAS AMOSTRAS DE CLORO POR ZONAS DA CIDADE



FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES

5.3.3. TURBIDEZ

A turbidez tem indicações diferenciadas dependendo do tipo de avaliação e localização e um dos indicadores seria a Pré-desinfecção:

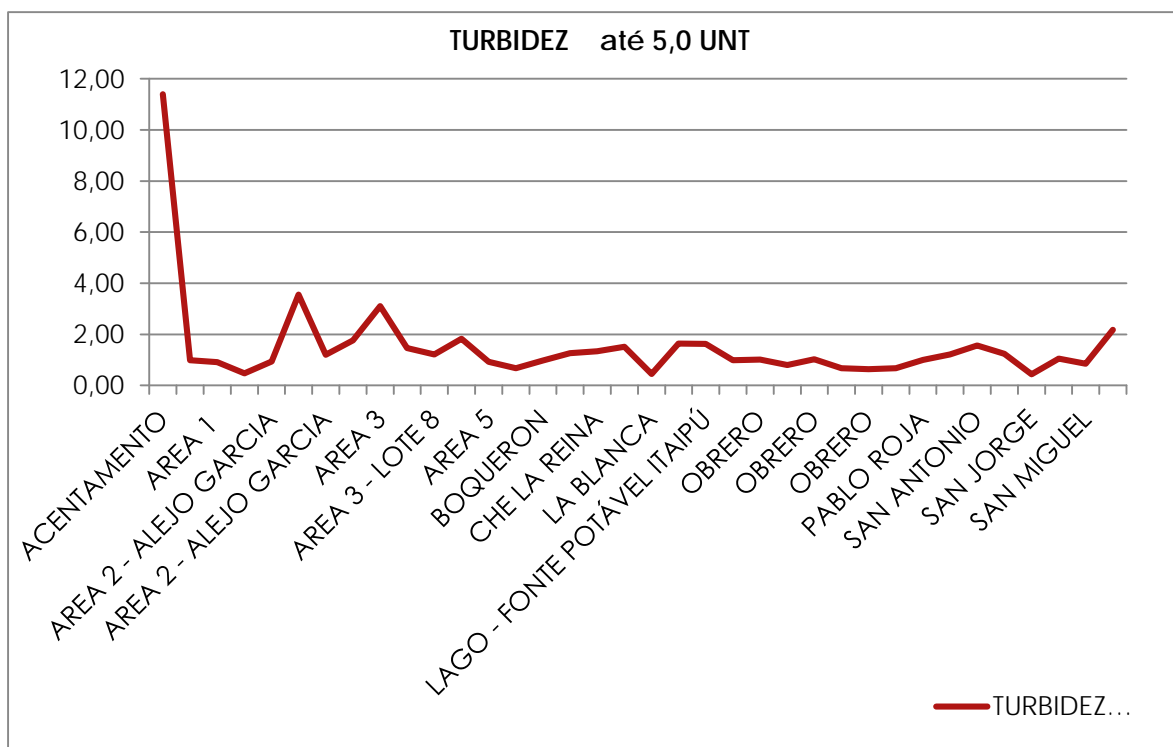
Pre-desinfecção: valores de turbidez acima de 1,0 uT indicam uma concentração de partículas em níveis potencialmente prejudiciais ao processo de desinfecção, seja pela possibilidade de servir de abrigo aos organismos patogênicos e protege-los da ação do agente desinfetante ou devido ao consumo

excessivo do produto utilizado na desinfecção, aumentando a sua demanda e, por conseguinte, a dosagem necessária.

Em apenas 1 (uma) amostra foi detectado a turbidez acima do aceitável, e esta amostra foi retirada de um assentamento que utiliza um poço artesiano comunitário.

As demais amostras apontam que a turbidez está dentro das especificações desejadas e que quanto a esse parâmetro de pesquisa, a água apresenta boa transparência, com exceção do assentamento já citado.

GRÁFICO 1 – RESULTADO DAS AMOSTRAS DE TURBIDEZ POR ZONAS DA CIDADE



FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES

6. RESULTADO FINAL

Com base nas amostras este trabalho buscou evidenciar a qualidade da água ofertada para a Cidade de Leste no Paraguai, onde após o resultado das pesquisas ficou uma alarmante preocupação com a presença de coliformes fecais em aproximadamente 42% das amostras.

E além da presença dos coliformes fecais presente, outra grande preocupação é o nível baixo de cloro em 44% das amostras, o que proporciona a proliferação de microrganismo nocivos para o ser humano na água.

Apesar de a água que sai da distribuidora ser de boa qualidade, um dos maiores problemas são os reservatórios e poços artesianos e coletivos distribuídos na cidade, onde deveria ser feito a descontaminação e prevenção e manutenção da qualidade da água, o que com os dados obtidos demonstra que existe uma falha e a

água está chegando com substâncias e microrganismos indesejáveis nas casas dos consumidores desta água.

6.1. RECOMENDAÇÕES

A devida cobrança para manutenção de limpeza da reservatórios, poços comunitários e encanamentos devem ser feitos as autorizadas competentes, bem como procedimentos caseiros como ferver a água antes de consumir, lavar os alimentos com água fervida, fazer a própria limpeza da caixa d'água, bico de torneiras dentre outros.

Uma recomendação importante é fazer exame de parasitose anual em toda a família, não somente onde foram encontrados inconsistência, pois trata-se de uma prevenção e precaução contra esses parasitas, sugere-se que, em quanto não exista descontaminação da água nas áreas contaminadas, fazer tal exame de parasitose a cada 6 meses.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, I. C. C.; EL-ROBRINI, M.; SANTOS, M. L. S.; MONTEIRO, S. M.; BARBOSA, L. P. F.; GUIMARÃES, J. T. F. **Qualidade das águas superficiais e avaliação do estado trófico do Rio Arari (Ilha de Marajó, norte do Brasil)**. Acta Amazonica. v. 42, n.1, p. 115 – 124, 2012.
- BASSOI, M. **Feeding ecology of franciscana dolphin, Pontoporia blainvillei (Cetacea: Pontoporiidae), and oceanographic processes on the Southern Brazilian coast**. PhD dissertation, University of Southampton School of Ocean and Earth Sciences, Southampton. 190 p., 2005.

- BELLUTA, I.; SILVA, A. M. M.; CAMARGO, C. H. C.; RALL, V. L. M. **Impacts on the springs of Cintra Stream (Botucatu, São Paulo State, Brazil) and downstream variations in water quality**. Acta Limnol. Bras. v. 21, n. 1, p. 11-24, 2009.
- BERGMANN, M.; PEDROZO, C. S. **Explorando a Bacia Hidrográfica na Escola: Contribuições à Educação Ambiental**. Ciência & Educação, v. 14, n. 3, p. 537-53, 2008.
- BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. et al. **Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável**. 2 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- BRASIL. **Resolução CONAMA n.º 357, de 17 de março de 2005**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Diário Oficial da República federativa do Brasil, Brasília, Seção 1, p. 58-63. 2005.
- BRASIL ESCOLA, **Escherichia coli**, 2018 Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/biologia/escherichia-coli.htm>>. Acesso em 22/08/2019.
- BEZERRA, J. (21 de Dezembro de 2018). Toda matéria. Acesso em 29 de julho de 2019, disponível em Toda matéria: <<https://www.todamateria.com.br/paraguai/>>.
- CALAZANS, N.A.R.; LEVY, M.C.T.; MOREAU, M. **Interrelações entre clima e vazão**. In: SCHIAVETTI, A.; CAMARGO, A. F. M. Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações. 2 ed. Ilhéus (BA): Editus, 2005. p. 67-90.
- ESTEVES, F. A. **Fundamentos de limnologia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1998. _____ . Fundamentos de limnologia. 3 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.
- HARVEY, I. M. e Baker, R. M. (2002) **“Chemical Analysis in the Laboratory – A Basic Guide”**, Royal Society of Chemistry, Inglaterra.
- GAZZINELLI, S. **Apostila de parasitologia**, 2011. Disponível em: <www.slideshare.net/.../apostila-deparasitologia-2011>. Acesso em: 18 de Agosto de 2019.
- GOMES, R. L. **Implantação do Laboratório de Análise e Planejamento Ambiental da UESC: Projeto Piloto – Avaliação da qualidade ambiental da bacia do rio Almada e área costeira adjacente – Relatório Final**. Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus (BA): 2010.
- KASPER, D. L. (2017). **Medicina Interna de Harrison** (19ª ed.). Porto Alegre: AMGH.

- LIBÂNEO, Marcelo. **Fundamentos de Qualidade e Tratamento de Água**. 4 ed. São Paulo: Ed. Átomo, 2015.
- LIMA, F. R. F., **desenvolvimento regional na fronteira foz do iguaçu/br - ciudad del este/py**. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26280/TESE_FERNANDODELIMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 22 de agosto de 2019.
- LUCATTO, L. G.; TALAMONI, J. L. B. **A Construção Coletiva Interdisciplinar em** Mendes, B. e Oliveira, J.F., (2004), "Qualidade da água para consumo humano", Lidel, Edições Técnicas, Lisboa.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Consumo sustentável: manual de educação**. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/IDEC, 2005.
- MORAES, D. S. L.; JORDÃO, B. Q. **Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana**. Rev. Saúde Pública. v. 36, n. 3, p. 370-4, 2002.
- MUNDO EDUCAÇÃO, **Escherichia coli**, 2019 Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/biologia/coliformes-fecais.htm>. Acesso em 10/08/2019.
- RAZZOLINI, Maria Tereza Pepe and. GUNTHER, Wanda Maria Risso. **Impactos na saúde das deficiências de acesso a água**. Saúde soc. [online]. 2008, vol.17, n.1, pp. 21-32. ISSN 0104- 1290. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n1/03.pdf>. Acesso em 05. Fev. 2020.
- REBOUÇAS, A. da C. Água doce no mundo e no Brasil. In: REBOUÇAS, A. DA C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil capitais ecológicas usos e conservação**. 3 ed. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 269-324.
- SENATUR. (10 de Agosto de 2017). Secretaria Nacional de Turismo. Acesso em 29 de Julho de 2019, disponível em SENATUR: <https://www.senatur.gov.py/index.php/visit>.
- TOPSANTE. **ESCHERICHIA COLI**. Acesso em 22 de Agosto de 2019. Disponível em: <https://www.topsante.com/themes/escherichia-coli>.

8. NOTAS BIOGRÁFICAS

João Guilherme Cruz Nunes

Aluno do 8º período do curso de Medicina na Universidade Maria Serrana, Cidade de Leste -Paraguai..

Jessica Manuela Moreira Carmo Lima

Arquiteta pela Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR, aluna do 5º período do curso de Medicina na Universidade Maria Serrana, Cidade de Leste -Paraguai.

Márcio Antônio de Abreu Brasil

Aluno do 8º período do curso de Medicina na Universidade Maria Serrana, Cidade de Leste -Paraguai.

Jefferson Oliveira Moura Silva

Aluno do 8º período do curso de Medicina na Universidade Maria Serrana, Cidade de Leste -Paraguai.

Alessandro Balbi Uchôa

Doutor em Administração pela Universidade Americana – PY, Mestre em Administração pela Universidade Americana – PY, com MBA em Finanças Corporativas, MBA em Gestão Empresarial, formado em Administração de empresas no Centro Universitário Nilton Lins, Estudante do 8º período do curso de Medicina na Universidade Maria Serrana –PY e Empresário.



REVISÃO DA LITERATURA





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

A CIÊNCIA EM QUESTÃO

A revista CIENTIFIC AMERICAN, em sua edição de número 200, trás um artigo sobre a Ciência em tempo de crise, onde busca a opinião de vários notáveis, sobre o que acontece no momento, em relação à ciência. É transcrito aqui, parte desse artigo.

Movimento antivacina, terraplanismo, design inteligente, etc. Neste nosso século, uma onda anticientífica ganha intensidade no Mundo e em especial, no Brasil. E ainda encontramos algumas autoridades olhando com simpatia, esses movimentos. Aí vem o corte de financiamento às pesquisa brasileira e ressuscita o fantasma da fuga dos nossos cientistas

No século 8 antes de Cristo, o confucionismo, religião dominante na China, eclipsou totalmente o Mohism, uma corrente filosófica mais progressista. Segundo alguns historiadores, essa é a explicação para a estagnação econômica e tecnológica da China durante séculos.

Na civilização grega, e depois no império romano, houve muito pouco progresso tecnológico por causa do sistema de valores baseado na escravidão que beneficiava as elites. No islamismo presenciamos uma grande onda inovadora na época da expansão seguida por uma estagnação tecnológica resultante da rigidez religiosa.

No século 20, a área da genética foi praticamente destruída na então União Soviética pelas decisões equivocadas do governo de suprimir qualquer questionamento às ideias de Lysenko.

Já a revolução industrial no continente europeu no século 18 foi precedida por uma enorme efervescência cultural e científica durante os séculos 16 e 17.

Nestes séculos, a procura por conhecimento e por uma melhor compreensão da natureza empreendida por homens como Bacon, Galileo, Newton, Rousseau e muitos outros, que formaram uma verdadeira "republicada de sábios", tornou-se popular e foi considerada um instrumento capaz de melhorar as condições de vida da população. Mudanças tecnológicas e organizacionais foram aceitas como sendo necessárias para beneficiar não só a aristocracia, mas toda a população.

Estamos hoje enfrentando uma nova onda anticientífica por negacionistas que questionam a eficácia das vacinas, a evolução dos organismos vivos e o aquecimento global.

Joseph Schumpeter, o grande economista do século passado, explicou que os inimigos do progresso que estimulam estas ideias são indivíduos que almejam lucrar com elas ou grupos que desejam preservar o status quo. Contribuem também para tal as burocracias governamentais reacionárias,

alguns sindicatos e associações profissionais e detentores de monopólios como as indústrias petrolíferas bem como os extremistas religiosos que não aceitam nenhuma interpretação não literal da Bíblia ou do Corão.

Esta situação se agravou nas últimas décadas pela ação de alguns filantropistas que financiam trabalhos científicos e até pseudocientífico que possam ser utilizados para apoiar suas convicções políticas conservadoras, distorcendo assim o debate científico, cujo único objetivo é a procura da verdade.

Além disso, a ignorância cultural ainda é grande, no mundo e no Brasil, e foi agravada pela facilidade dessas pessoas exibirem suas ideias através de meios de comunicação de fácil acesso, criadas nos últimos 20 anos, e que utilizam linguagem simples, acessível a pessoas de educação limitada.

A solução para esses problemas é a mesma adotada há dois ou três séculos pela "república dos sábios" que abriu caminho para a revolução industrial: pesquisar e documentar o que está ocorrendo em torno de nós de modo a tornar inquestionável, sob todos os pontos de vista, a realidade do processo evolutivo, do aquecimento global, da eficácia das vacinas e outros".

Por Ricardo De Bonis



BIBLIOTECÁRIO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

BIBLIOTECÁRIO

Análise dos resultados

U Ao chegar ao capítulo de Análise e Discussão dos resultados, já existe uma grande porção de conhecimento reunidos em torno do objeto de estudo, metodologia adotada, e dados da pesquisa. Deve-se montar uma estratégia para se fazer a análise dos resultados. Que irá depender da abordagem do estudo e deve responder aos objetivos propostos pelo estudo.

Outro fator determinante é a ordem em que se apresentam os resultados e a discussão dos mesmos. Uma boa estratégia é apresentar o resultado e fazer a discussão, na relação de cada resultado apresentado, pode ser feita em grupos, mas quando é feitas um a um, tudo fica mais claro e com menos chance de erros.

Exemplo genérico da sequência de discussão (feito para cada um dos resultados)

Os resultados parecem apontar x; A diferença principal entre x e y é...; A diferença principal de pesquisas anteriores é...; Os dados parecem confirmar os resultados obtidos nesse estudo de...; As limitações para este estudo foram x, y, z; Os resultados do estudo seriam mais conclusivos se...; Os resultados foram/não foram conclusivos em relação a x; As conclusões em relação aos resultados têm um alcance limitado devido a...; Pode-se considerar que... Isto está em desacordo com...; Isto vem ao encontro de...; Tanto x quanto y são similares no que tange ao..., É improvável que... em relação a...

Observe que a comparação é sempre feita com os autores já apresentados na “REVISÃO DA LITERATURA”, texto que serviu de base para a fundamentação teórica do estudo.

Resumindo: Resultado  Discussão do Resultado  Contraponto dos autores.

O Contraponto, pode concordar com os resultados obtidos, podem se opor e podem ser indiferentes. O importante é que todos esses fatores tenham sido levados em consideração.

Referências:

NATTINGER, J. R. & J. S. DECARRICO (1992) Lexical phrases and language teaching. Oxford: Oup.

THOMAS, S. e HAWES, T. Reporting verbs in medical journal articles. English for Specific Purposes, 13(2):129-148, 1994.

SWALES, John Malcolm; FEAK, Christine. Abstracts and the writing of abstracts. Michigan: University of Michigan Press, 2009.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



**INSTITUTO
IDEIA**

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA IDEÁRIO

Nenhum autor poderá conceder visibilidade prévia às contribuições enviadas a Editoria da Revista, que deverão ser, dessa forma, inéditas.

A extensão mínima e máxima dos artigos da REVISTA IDEÁRIO será assim considerada:

- Artigo monográfico (pesquisa): 5.000 a 7.000 palavras;
- Monografia sobre um tema conceitual/teórico: máximo de 3.000 palavras;
- Resenha de livros/obra literária ou lingüística: máximo de 1000 palavras

A redação dos textos deverá ser feita em português, de acordo com a ortografia vigente. Serão recebidas também produções em espanhol.

Os trabalhos deverão ser digitados em Word for Windows versão 2007 ou superior. Fonte: Bookman Old Style, 11 pts. O espaçamento entre linhas será de 1,5. Deverá ser respeitada a margem esquerda e superior de 3 cm e a margem direita e inferior de 2cm.

As Tabelas, Quadros e Figuras poderão ser apresentados ao final do trabalho digitado. As figuras deverão ser encaminhadas em extensão JPEG ou TIF, com resolução mínima de 300 dpi.

Aplica-se, no que couber, outras normas da ABNT, em especial as Normas: NBR 6022 - NBR 6023 - NBR 6024 - NBR 6028 - NBR 10520 - NBR 10719.

ESTRUTURA DOS TRABALHOS

- Título do Estudo;
- (APRESENTAÇÃO): Nome (s) do (s) autor (es) e referência à especialidade, função e instituição a que pertence(m). *Exemplo de como devem aparecer os nomes no artigo, no final do texto;*
- Resumos: Devem ser escritos em português e também em espanhol (não serão aceitos traduções tipo Google). Não deve exceder a 150 palavras. Deve conter sinteticamente o que foi feito, os resultados e as conclusões;
- Introdução;
- Materiais e Métodos (ou Metodologia);
- Apresentação e Discussão dos Resultados;
- Conclusão;
- Referências: Deverá conter no máximo 25 referências;

Os artigos propostos deverão conter uma **FOLHA DE ROSTO** com título do estudo, seguido de autoria identificada: nome(s) do(s) autor (es) e endereço (s) eletrônico (s). Anexo ao artigo, uma breve nota biográfica (máximo 500 caracteres), incluindo instituição a que pertence, endereço completo, titulação e atividade profissional de cada autor.

Exemplo de apresentação dos autores:

Autor (s): Ricardo De Bonis¹, Ronaldo Carvalho² (outros autores)

- 1- Doutor em administração pela Universidade Americana – PY, Cirurgião-Dentista, Professor da Disciplina de Saúde e Bioética da Universidade Columbia Del Paraguay.
- 2- Doutor em administração pela Universidade Americana – PY, Administrador de Empresas, Professor da Disciplina de Tecnologia da Informação da Universidade Estadual de Goiás – BR.

ENCAMINHAMENTO DOS TRABALHOS

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço: contato@revistaideario.com.br

ABPÓS MERCOSUL

Associação Brasileira de
Pós-Graduados no Mercosul

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUADOS NO MERCOSUL - ABPÓS MERCOSUL é um entidade civil de caráter não lucrativo, com sede no Rio de Janeiro, e tem como objetivos precípuos colaborar para a consolidação dos cursos de pós-graduação ministrados no MERCOSUL; para a admissão, no Brasil, de forma automática dos títulos de pós-graduação emitidos em outros países do Mercosul; para a consolidação do intercambio cultural e educacional dos países do Mercosul; para a apresentação da qualidade de tais cursos; para a defesa dos direitos de seus associados, colaborando para a garantia dos direitos pessoais e profissionais, para o convívio fraterno e a solidariedade mútua no âmbito acadêmico, profissional e social.

➤ QUEM DEVE SE ASSOCIAR:

Mestres, Doutores, Mestrandos, Doutorandos, Dirigentes de Universidades do MERCOSUL, Docentes e demais simpatizantes do Programa Mercosul de Pós-Graduação.

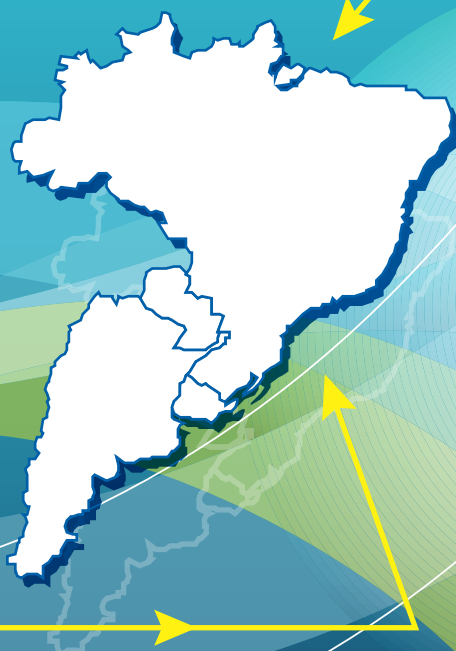
www.abposmercosul.com.br

E-mail: secretaria@abposmercosul.com.br

Tel.: 55 (21) 3173.9334

CEP: 20.270-971

Seja um
associado
e abrace a
nossa causa.





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

ISSN 2525-5975

REVISTA Nº 02 - ANO 8 (2019)